



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 155 - QUARTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT	 Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP - 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LíDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 167ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE SETEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 230, de 2005 (nº 603/2005, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 12, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de dezenove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezoito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.177, de 19 de setembro de 2005.

33096

Nº 231, de 2005 (nº 618/2005, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

33096

1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 97/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 697, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

Nº 175/2005, de 15 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 718, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

Nº 408/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 413, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

33101

Nº 409/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 666, de 2005, do Senador Eduardo Azeredo.

33101

Nº 1.946/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 721, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

Nº 1.947/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 699, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 27/2005, de 16 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 394, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

33101

Nº 28/2005, de 16 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 399, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

33101

Nº 162/2005, de 20 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 719, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

Nº 163/2005, de 20 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 682, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

Nº 216/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 720, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

Nº 217/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 624, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

33101

Nº 219/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 648, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho.

33101

Nº 220/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 637, de 2005, do Senador José Jorge.

33101

Nº 366/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 781, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

33101

Nº 368/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 717, de 2005, do Senador José Jorge.....	33101	Receita Corrente Líquida dos Municípios (Anexado ao processado do Aviso nº 9, de 2005).....	33107
Nº 931/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 416, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	33102	Recebimento da Mensagem nº 113, de 2005-CN (nº 626/2005, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2005.	33107
Nº 932/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 476, de 2005, do Senador João Capiberibe.....	33102	Recebimento da Mensagem nº 114, de 2005-CN (nº 614/2005, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a proposta de modificação do Projeto de Lei nº 40, de 2005 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, com nova estimativa de receita. (Os Volumes I, II e IV, Tomo II, republicados em Suplementos ao presente Diário do Senado Federal).....	33107
Nº 933/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 779, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	33102	1.2.6 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União	
Nº 934/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 440, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	33102	Nº 6.658/2005, de 21 do corrente, comunicando que aquele Tribunal, em atenção ao Ofício nº 1.912, de 18 de agosto último, por meio do qual foi encaminhado cópia do Requerimento nº 861, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que solicita a realização de auditoria na Casa da Moeda do Brasil, no período de 2003 até a presente data, já autuara processo de nº TC nº 012.097/2005-2, referente à auditoria de escopo idêntico ao solicitado, em razão da constatação imediata de indícios de irregularidade em contratação realizada pela CMB, sendo que também foi autuado o processo de nº TC nº 013.895/2005-6.	33107
Nº 979/2005, de 16 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 429, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	33102	1.2.7 – Parecer	
Nº 980/2005, de 16 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 427, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	33102	Nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno....	33108
1.2.4 – Leitura de projetos		1.2.8 – Leitura de projeto de lei do Congresso Nacional	
Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.....	33102	Projeto de Lei nº 45, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$118.610.131,00 (cento e dezoito milhões, seiscentos e dez mil, cento e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 112, de 2005-CN, nº 616/2005, na origem).....	33110
Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço” na contratação de serviços de propaganda e publicidade.. ..	33105	1.2.9 – Comunicações da Presidência	
1.2.5 – Comunicações da Presidência		Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Projeto de Lei nº 45, de 2005-CN, lido anteriormente.....	33125
Lembrando que a Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 28 do corrente, será dedicada a reverenciar a memória do ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.....	33107		
Recebimento do Aviso nº 34, de 2005 (nº 382/2005, na origem), de 23 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, nos meses de julho e agosto de 2005, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a			

1.2.10 – Ofícios

S/Nº, de 26 do corrente, do Senador Osmar Dias, solicitando seja reiterado o pedido de informações feito através dos Requerimentos nº 628, de 2005.....	33125
S/Nº, de 26 do corrente, do Senador José Jorge, solicitando sejam reiterados os pedidos de informações feitos através dos Requerimentos nºs 686, 695, 698 e 700, de 2005.....	33125
Nº 102/2005, de 27 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos.....	33126
Nº 08-231/2005, de 27 do corrente, do Senador Cristovam Buarque, comunicando que colocou o cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à disposição, para o qual foi eleito.....	33126
1.2.11 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.060, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando a retificação do Requerimento nº 1.057, de 2005.....	33126
Nº 1.061, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista José Lopes de Oliveira, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro.....	33126
Nº 1.062, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona.	33127
Nº 1.063, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona.....	33127
Nº 1.064, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, solicitando voto de louvor à Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo – CELSP, pelo centenário de sua fundação.....	33128
Nº 1.065, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, solicitando voto de louvor à Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.....	33128
Nº 1.066, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, apontado em 9º lugar numa lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público.....	33128
Nº 1.067, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista e humorista Ronald Golias, pioneiro da televisão brasileira.....	33128
Nº 1.068, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas CEFET/AM, pelo seu 96º aniversário de criação...	33128

Nº 1.069, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado José Martins Pinheiro Neto, um dos pioneiros da Advocacia no Brasil.....

33128

Nº 1.070, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pelo lançamento do filme Vlado – Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinado do jornalista Vladimir Herzog, no período da ditadura militar.

33128

1.2.12 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – O importante papel do município como alicerce da democracia.

33131

SENADORA IDELI SALVATTI – Comemoração da melhoria dos indicadores econômicos do País.....

33132

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos à TV Senado pelo brilhante trabalho realizado no documentário “Missões Jesuíticas – Os Guerreiros da Fé”

33139

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Críticas ao Governo pelo uso de verbas orçamentárias para negociar apoio político com vistas à eleição do presidente da Câmara dos Deputados.....

33142

SENADOR MÃO SANTA – Alerta ao Governo com relação à insatisfação dos prefeitos ante a redução gradual dos repasses de recursos da União para os Municípios.....

33143

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Manifestação em favor do desarmamento no Brasil, que será avaliado através do referendo de 23 de outubro próximo.....

33145

SENADOR PAPALÉO PAES – Saudação aos prefeitos presentes em Brasília e apoio às suas reivindicações. Comunicação da aprovação do Projeto de Lei 149, de 2003, de sua autoria, que foi transformado na Lei 11.179/05, que altera o Estatuto da Advocacia da OAB. Manifestação sobre o escândalo da arbitragem no futebol.....

33146

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Registro das comemorações dos 60 anos de fundação da Rádio Tupi, emissora que já nasceu pujante, através do visionário Assis Chateaubriand. As comemorações dos 52 anos de fundação da TV Record. Lamenta o falecimento do humorista Ronald Golias.....

33148

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Manifestação sobre as reivindicações dos prefeitos que se encontram nas dependências do Senado Federal e apelo no sentido do cumprimento do compromisso que foi feito com os mesmos e não foi cumprido. .

33150

SENADOR RAMEZ TEBET – Apelo ao Governo Federal no sentido de que ouça a voz de mais de 5.000 prefeitos do Brasil que aqui estão, acompanhados de vereadores, clamando pelo cumprimento da palavra que lhes foi dada com relação aos recursos do FPM.....

33152

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS, como Líder – Considerações sobre a greve das universidades e elogios à postura adotada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), cujos representantes encontram-se nas dependências da Casa.	33154	1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações sobre a necessidade de transição, após mil dias do Governo Lula, a fim de que a economia seja dinamizada a partir da educação, do social, da igualdade.	33160	Apreciação sobreposta por não haver acordo das Lideranças.
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre a mobilização dos prefeitos, principalmente pelo aumento de 1% do FPM. A situação das universidades federais que estão em greve.	33161	Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)
SENADOR AELTON FREITAS – A situação em que se encontra a malha rodoviária federal e, em especial, as estradas de Minas Gerais, quanto à conservação, sinalização e condições de segurança das estradas.	33164	Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Reivindicação de recursos federais para recuperação das rodovias do Estado da Bahia.....	33165	Apreciação sobreposta.
SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Registro de Moção da Radiodifusão Catarinense reivindicando alterações na atual legislação sobre as campanhas eleitorais. Homenagem ao presidente da Comissão de Turismo e ao Ministro do Turismo no transcurso do Dia Mundial do Turismo. Comentários a pronunciamentos proferidos hoje sobre as reivindicações da marcha dos prefeitos.....	33167	Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)
SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Apoio às reivindicações dos prefeitos reunidos em marcha a Brasília.....	33170	Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
SENADOR CÉSAR BORGES – Posicionamento contrário ao projeto de transposição das águas do rio São Francisco.	33178	Apreciação sobreposta.
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Críticas à Medida Provisória nº 252, de 2005.....	33179	Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
1.3 – ORDEM DO DIA	33180	Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12
Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		
Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de		

de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Apreciação sobrestada.....

Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. **Apreciação sobrestada.....**

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada.....**

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.. ..**

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.....**

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Apreciação sobrestada.....**

Item 10

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Apreciação sobrestada.....**

Item 11

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos,

33182

no âmbito de sua própria residência. **Apreciação sobrestada.....**

33183

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. **Apreciação sobrestada.....**

33183

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluso novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). **Apreciação sobrestada....**

33183

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí. **Apreciação sobrestada.....**

33183

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará. **Apreciação sobrestada.....**

33183

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. **Apreciação sobrestada.....**

33183

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. **Apreciação sobrestada.....**

33183

Item 18

Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. **Apreciação sobrestada.....**

33183

Item 19

Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Apreciação sobrestada.....**

33183

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY SUASSUNA – Comentários às reivindicações dos prefeitos municipais.....

33184

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro de entrevista da Senadora Heloísa Helena concedida

ao jornal Correio Braziliense e de artigo de autoria de Plínio de Arruda Sampaio. Considerações sobre o desempenho do Governo Lula. Solidariedade a Senadora Heloísa Helena por episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, na semana passada. Comentários a diversas matérias publicadas na imprensa.....	33188	SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “ <i>O resumo da ópera</i> ”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista Veja em sua edição de 7 de setembro do corrente.....	33210
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários a episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, na semana passada, envolvendo a Senadora Heloísa Helena.....	33195	SENADORA LÚCIA VÂNIA – Reflexão sobre estudo publicado pelo Banco Mundial sobre a desigualdade social.....	33211
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Comemoração, hoje, do Dia do Idoso.	33197	SENADOR ROMERO JUCÁ – Entraves históricos que amarram o desenvolvimento de Roraima.....	33211
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Considerações sobre o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. Cobrança de liberação de recursos para a reforma agrária.	33198	1.3.4 – Comunicação da Presidência Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 28, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	33238
SENADOR FLÁVIO ARNS – Manifestação de pesar pelo falecimento da Srª Regina Fonseca Micheleti, esposa do Prefeito de Londrina/PR. Reflexão a respeito da ética, transparência e direitos humanos.....	33201	1.4 – ENCERRAMENTO 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 27.09.2005	
1.3.2 – Apreciação de matéria Requerimento nº 1.060, de 2005, lido no Expediente da presente sessão. Deferido.	33202	SENADO FEDERAL 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52 ^a LEGISLATURA 4 – SECRETARIA DE COMISSÕES 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários à matéria intitulada “ <i>Marta explica uso de jatinho e viagens</i> ”, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo , em sua edição de 19 de setembro do corrente.	33202	CONGRESSO NACIONAL 11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	
SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro da matéria intitulada “ <i>A decepção da militância</i> ”, publicada no jornal Correio Braziliense do último dia 18 de setembro do corrente.....	33204		
SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “ <i>Gabeira e os outros</i> ”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja em sua edição de 21 de setembro do corrente. ...	33205		
SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “ <i>Esqueçam de mim</i> ”, publicada na revista Época em sua edição de 19 de setembro do corrente.....	33206		

Ata da 167^a Sessão Deliberativa Ordinária em 27 de setembro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Shhessarenko, dos Srs. Papaléo Paes, Aelton Freitas, Paulo Paim
Flexa Ribeiro e Augusto Botelho

REGISTRO DE COMPARCIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/9/2005 07:25:06 até 27/9/2005 20:52:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	-	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	-	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	-	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	-	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	-	PMDB	PI	MÁO SANTA	-	X
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	-	Bloco-PT	RJ	MARCELO CRIVELLA	-	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	-	PFL	PE	MARCO MACIEL	-	X
PMDB	RO	AMIR LÂNDIO	X	-	PMDB	MA	MAURO FECURY	-	X
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	-	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	-	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	-	PDT	PR	CISMAR DIAS	-	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	-	PSDB	AP	PAPALEO PAES	-	X
PSDB	AM	ARTHUR VÍRCILIO	X	-	-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	-	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	-	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	-	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	-	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	-	X
-	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	-	PMDB	RS	PEDRO SIMON	-	X
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	-	PMDB	MS	RAMEZ TEbet	-	X
PFL	GO	DEMOSTENES TORRES	X	-	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	-	X
PFI	MA	EDISON LOBÃO	X	-	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	-	X
PSDB	VG	EDUARDO AZEREDO	X	-	PMDB	MA	РИБАНАР ФИКУНЕ	-	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	-	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	-	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY	X	-	PFL	BA	RÔDOLFO TOURINHO	-	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	-	PMDB	RR	ROMERO JUCA	-	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	-	PFL	SP	ROMEU TUMA	-	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	-	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	-	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	-	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	-	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	-	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	-	X
P-SOL	AC	GERALDO MESSIAS JÚNIOR	X	-	Bloco-PT	MT	SERYS SHHESSENKO	-	X
PFL	MT	GILBERTO GOETTLNER	X	-	PSDB	CE	TASSO JEREISSAT	-	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	-	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	-	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	-	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	-	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	-	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	-	X
Bloco-PT	SC	ICELI SALVATTI	X	-	PP	DF	VALMIR AMARAL	-	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	-	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	-	-
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	-					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	-					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAIBERIBE	X	-					
FFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	-					
PFL	RN	JOSÉ AGripino	X	-					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	-					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	-					
PMDB	TO	LEONARDO QUINTANILHA	X	-					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	-					

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 230, de 2005 (nº 603/2005, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 12, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de dezenove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezoito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.177, de 19 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lida a seguinte:

Luiz Augusto Siqueira Bittencourt

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS**

Nome	: Luiz Augusto Siqueira Bittencourt
Filiação	: Augusto Bittencourt e Lady Siqueira Bittencourt
Data de Nascimento	: 12 de janeiro de 1947
Nacionalidade	: Brasileira
Estado Civil	: Casado
CPF	: 233.870.847-49
Identidade	: 803.406 IPF/RJ
Endereço	: SMPW – Quadra 12 – Conj. 03 – Lote 05 – Casa C Núcleo Bandeirante - DF - 71.741-203
Telefone	: (061) 3338-6028
Celular	: (061) 9988-9571
e-mail	: lasbittencourt@terra.com.br

FORMAÇÃO ESCOLAR**Universitária**

- Escola de Engenharia Industrial Metalmétrica de Volta Redonda - UFF - 1972 - Volta Redonda - RJ
- McGill University - Master of Engineering - Tese "Cold Shut Formation in Castings" - 1977/1979
Montreal - Canadá
- Universidade Presbiteriana Mackenzie - Pós-Graduação
Latu Senso em Comércio Exterior - Monografia "O Couro Brasileiro e o Desafio da Exportação" - 2003/2004
- Brasília - DF (incluso Didática de Ensino Superior)

- **Curso Políticas Públicas e Globalização – Mestrado da UnB – Instituto de Ciência Política - Prof. Ricardo Caldas – UnB – Brasília - Aluno convidado - 2004**

- **Pesquisa - Fatores de competitividade no Agronegócio: O caso da cadeia produtiva de couro e calçados – Instituto de Ciência Política – UnB – Aluno convidado – início em 2005.**

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Magistério

Professor de matemática nas quinta a oitava séries do ensino fundamental – Colégio Estadual de Piraí – RJ – 1967

Professor de Desenho Geométrico nas primeira e segunda séries do segundo grau – Colégio Estadual Nilo Peçanha – Barra do Piraí – RJ – 1968

Professor de Resistência dos Materiais no Curso Técnico de Edificações da Escola Estadual Prof. Manoel Marinho – Volta Redonda – RJ – 1974

Professor de Cálculo Infinitesimal na Escola de Arquitetura da Fundação Educacional Rosemar Pimentel – Barra do Piraí – RJ - 1975

Engenharia

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – 1972 a 1982

- Pesquisador do Centro de Pesquisas – 1972 a 1979

- Adjunto de Informações Gerenciais da Diretoria de Produção – 1980 a 1982

- Coordenação do Planejamento Estratégico da Diretoria de Produção

- Criação e manutenção do sistema de informações gerenciais da Diretoria de Produção

Siderurgia Brasileira S/A – SIDERBRÁS - 1982 a 1990

- Assessor do Diretor de Operações - Brasília - DF.

- Chefe da Assessoria de Desenvolvimento Tecnológico - Brasília - DF

- Representante da SIDERBRÁS junto à Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais - ANPEI.

- Coordenação na SIDERBRÁS do Projeto “Tópicos Especiais em Siderurgia”, patrocinado pela Organização dos Estados Americanos.

- Coordenação de 9 Projetos Cooperativos de Pesquisa e Desenvolvimento do Sistema SIDERBRÁS junto a UNIDO (United Nations Industrial Development Organization).
- Coordenação na SIDERBRÁS do Acordo de Cooperação Técnica Brasil - URSS.
- Coordenação das atividades de desenvolvimento tecnológico e de inovação tecnológica das empresas do sistema Siderbrás.

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN - 1990 a 1992

- Superintendente de Administração de Tecnologia - Volta Redonda – RJ
 - Atualização tecnológica e aquisição, administração e venda de tecnologia

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -

IBAMA – 1993 a 1994

- Chefe do Departamento de Qualidade Ambiental – DEAMB
 - Gerenciamento das autorizações para produção de agrotóxicos e para importação de produtos controlados:
 - Representação do Governo Brasileiro em reuniões da Convenção de Basílésia (Resíduos Perigosos) e da Convenção de Londres (Disposição de Resíduos no Mar).

Secretaria de Política Industrial do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – 1994 a 1998

- Coordenador Setorial de Couro, Calçado, Têxtil, Vestuário, Mármore e Granito, Vidro, Móveis, Cosméticos, Material de Limpeza e Construção Civil,
- Análise de fatores de competitividade, avaliação dos “clusters” e de restruturação industrial dos setores mencionados.

- Participação em negociações sobre “ex-tarifário”, desenvolvimento tecnológico, aliquotas de importação e de exportação, restruturação industrial, preservação da camada de ozônio e negociações no âmbito do Mercosul.

Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil – CICB – desde 1998

- Secretário Executivo do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil – CICB, entidade nacional que representa o setor curtidor brasileiro.
- Elaboração para apresentação ao governo de trabalhos sobre “Ex-tarifário”, Mercosul, União Européia, Tarifa Externa Comum, Sistema Geral de Preferência – SGP, Feiras Internacionais e Comércio Exterior
- Representação do setor curtidor na Coalizão Empresarial Brasileira, coordenada pela CNI.
- Representação do CICB na Câmara Setorial da Carne Bovina, coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Representação do CICB no Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Couro e Calçados, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- Elaboração e controle de convênio com APEX e respectiva prestação de contas.

ESTÁGIOS E REUNIÕES NO EXTERIOR

- Representação da SIDERBRÁS junto a SIDERSA da Bolívia - La Paz - 1984.
- Reuniões e visitas a Centros de Pesquisa de Moscou e negociações para Projetos Cooperativos e Acordos de Cooperação Técnica - URSS - 1989.

- Negociação com UNIDO para financiamento de Projetos Cooperativos de Pesquisa e Desenvolvimento para a SIDERBRÁS - Áustria - 1989.
- Reuniões e negociações quadripartites com Argentina, Paraguai e Uruguai nas áreas de Tecnologia e Meio Ambiente no MERCOSUL - Buenos Aires, Assunção e Montevidéu - 1993/1994.
- Participação em reuniões da Secretaria Executiva do Protocolo de Montreal sobre ações de preservação da Camada de Ozônio- Canadá - 1994.
- Representação do Governo Brasileiro na reunião da Convenção de Basileia - Suíça - 1994.
- Representação do Governo Brasileiro na reunião Técnica sobre a Decisão II/12 da Convenção de Basileia - Senegal - 1995.
- Representação do Governo Brasileiro em reunião da Organização Marítima Internacional - Inglaterra - 1995.
- Reuniões e negociações quadripartites com Argentina, Paraguai e Uruguai sobre tecnologia e sobre setores de Couro, Calçados, Têxtil e Vestuário no MERCOSUL - Buenos Aires, Assunção e Montevidéu - 1996/1998.
- Organização da participação de curtumes brasileiros nas Feiras de Bologna (Itália), Hong Kong e Miami. 1999/2001
- Participação e elaboração das propostas nas negociações sobre o setor curtidor para formação da ALCA e no acordo Mercosul e União Européia – em curso.

REFERÊNCIAS

- Prof. Ricardo Wahrendoff Caldas – UnB – fone celular 61 9214-7501
- Dr. Roberto Nogueira Ferreira – Consultor – fone escritório 61 326-5216

Brasília, agosto de

LUIZ AUGUSTO SIQUEIRA BITTENCOURT

Aviso nº 1.019 – C. Civil

Brasília, 22 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Augusto Siqueira Bittencourt, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 97/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 697, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 175/2005, de 15 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 718, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 408/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 413, de 2005, Arthur Virgílio;
- Nº 409/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 666, de 2005, do Senador Eduardo Azeredo;
- Nº 1.946/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 721, de 2005, do Senador José Jorge; e
- Nº 1.947/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 699, de 2005, do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

As informações referentes aos **Requerimentos nºs 718 e 721, de 2005**, encontram-se à disposição dos requerentes na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 27/2005, de 16 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 394, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 28/2005, de 16 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 399, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 162/2005, de 20 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 719, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 163/2005, de 20 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 682, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 216/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 720, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 217/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 624, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 219/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 648, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho;
- Nº 220/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 637, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 366/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 781, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 368/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em res-

- posta ao Requerimento nº 717, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 931/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 416, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
 - Nº 932/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 476, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
 - Nº 933/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 779, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
 - Nº 934/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 440, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
 - Nº 979/2005, de 16 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 429, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
 - Nº 980/2005, de 16 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 427, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

As informações referentes aos **Requerimentos nºs 440 e 717, de 2005**, encontram-se à disposição dos requerentes na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2005 (COMPLEMENTAR)

Acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo IV da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a viger acrescido da seguinte Seção IV e respectivos artigos:

“CAPÍTULO IV Da Despesa Pública

SEÇÃO IV Das Despesas com Publicidade e Propaganda

Art. 24-A. As despesas com propaganda e publicidade não excederão:

I – 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida da União;

II – 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Distrito Federal, dos Estados e Municípios.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, somar-se-ão todos os recursos gastos com a divulgação de políticas públicas, realizações, programas institucionais e sociais ou qualquer outra mensagem cuja concepção, elaboração ou difusão seja custeada com recursos públicos.

§ 2º Tais limites poderão ser excedidos na hipótese de decretação de calamidade pública, estado de defesa ou estado de sítio, unicamente para informar a população sobre condutas necessárias ao restabelecimento de sua segurança.

§ 3º Excluir-se-ão do cálculo previsto no § 1º os gastos realizados com a propaganda eleitoral gratuita prevista na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e com a instrução dos eleitores realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais.” (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As investigações levadas a cabo por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios” trouxeram à tona o universo escabroso das relações dos governos com suas agências de publicidade, que ficaram caracterizadas pela ausência de transparência e de critérios objetivos para a escolha das prestadoras dos serviços de propaganda que serão contratadas.

Paralelamente a esses fatos, o crescente gasto público, com propaganda e publicidade, ao mesmo tempo em que alimenta esse sistema, gera um desvio de finalidade dos recursos públicos, que acabam por promover as realizações dos governantes, ao invés de favorecer uma melhor execução das políticas públicas em si.

Historicamente, o valor destinado aos gastos com propaganda e publicidade vem sendo definido pelas leis orçamentárias anuais, sujeitas a pressões já bem conhecidas e passíveis de comportar freqüentes aumentos em tais destinações de recursos. Dessa forma, amparados no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal entendemos devida a inclusão de norma na Lei de Responsabilidade Fiscal que venha a limitar as despesas com publicidade e propaganda, de modo a evitar o descalabro que hoje se vê.

Faz-se necessário que tal norma seja incluída na LRF em virtude de sua natureza complementar, pois, um dispositivo com esse teor vigente numa lei ordinária não vincularia a redação do orçamento, uma vez que ele também é lei formal, com possibilidades, portanto, de derrogar uma norma anterior de mesmo nível que lhe contradiga. Embora cientes da ausência de hierarquia entre a lei ordinária e complementar, segundo entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal, entendemos que dentre as faculdades conferidas pela Carta Magna à lei complementar no já citado Capítulo II de seu Título VI, está a possibilidade de orientar a confecção das leis orçamentárias, também no que diz respeito aos gastos com publicidade e propaganda.

Por esses motivos, estamos seguros da aprovação por esta Casa do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.
– Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO IV Da Despesa Pública

SEÇÃO I Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ÍNDICE TEMÁTICO

Vide texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e

a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000*)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irreduzibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998*)

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (*vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943*)

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal; (*Vide Del 5.452, art. 59 § 1º*)

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhos urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25-05-2000*)

a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural; (Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25-05-2000)

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no trabalhador portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical

respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI – é obrigatoriedade a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo

de direção ou representação sindical e, se eleita, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º – A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º – Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, Cabendo à última em Decisão Terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2005

Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço” na contratação de serviços de propaganda e publicidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigor acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 46.

§ 5º Para a contratação de serviços de propaganda e publicidade, será vedada a adoção de licitações do tipo “melhor técnica”, bem como as do tipo “técnica e preço”, sempre que o peso atribuído à valoração da proposta de preço referido no inciso II do § 2º deste artigo represente menos que 50% (cinquenta por cento) da média ponderada final.” (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As investigações levadas a cabo por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios” trouxeram à tona o universo escabroso das relações dos governos com suas agências de publicidade, que ficaram caracterizadas pela ausência de transparência e de critérios objetivos para a escolha das prestadoras dos serviços de propaganda que serão contratadas.

Um dos maiores problemas no que se refere à contratação de tais serviços de publicidade pelo Poder Público é que as licitações são direcionadas na esmagadora maioria dos casos. Isso se dá porque elabora-se um edital de licitação do tipo “melhor técnica” onde os critérios para julgamento são subjetivos e direcionados para favorecer a agência de propaganda que de antemão já se deseja contratar. As diferentes concorrentes são usualmente instadas a apresentar projetos de comunicação que serão avaliados por unia comissão interna do órgão licitante e que, na prática, apenas formaliza a decisão política anteriormente tomada de escolher este ou aquele licitante. Eventualmente, são também realizadas licitações do tipo “técnica e preço” nas quais se atribui à proposta econômica (de preço) um peso tão reduzido na avaliação final que verdadeiramente demonstra ser aquela uma licitação do tipo “melhor técnica” mascarada.

A presente alteração na Lei de Licitações determina um peso mínimo de 50% (cinquenta por cento) para a proposta econômica nas licitações de serviços de publicidade, dificultando o direcionamento de tais contratos, aumentando a concorrência e aplicando o princípio da isonomia, que vem sendo fraudado em tais licitações. Ainda, em virtude da relevância do critério de preço, levaria necessariamente a uma economia nos gastos públicos que seria rapidamente percebida.

Por esses motivos, estamos seguros da aprovação por esta Casa do presente projeto de lei.

Saia das Sessões, 27 de setembro de 2005.
– Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.666, DE 24 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado

Mensagem de voto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 46. Os tipos de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Nas licitações do tipo “melhor técnica” será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

I – serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas exclusivamente dos licitantes previamente qualificados e feita então a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução;

II – uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima;

III – no caso de impasse na negociação anterior, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com os demais proponentes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação;

IV – as propostas de preços serão devolvidas intactas aos licitantes que não forem preliminarmente habilitados ou que não obtiverem a valorização mínima estabelecida para a proposta técnica.

§ 2º Nas licitações do tipo “técnica e preço” será adotado, adicionalmente ao inciso I do parágrafo anterior, o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório:

I – será feita a avaliação e a valorização das propostas de preços, de acordo com critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

II – a classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

§ 3º Excepcionalmente, os tipos de licitação previstos neste artigo poderão ser adotados, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

§ 4º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra ao Plenário que a Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicada a reverenciar a memória do ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto, de acordo com o **Requerimento nº 918, de 2005**, do Senador Roberto Saturnino e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 34, de 2005** (nº 382/2005, na origem), de 23 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, nos meses de julho e agosto de 2005, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, anexado ao processado do **Aviso nº 9, de 2005**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 113, de 2005-CN (nº 626/2005, na origem), pela qual o Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2005.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 114, de 2005-CN (nº 614/2005, na origem), pela qual o Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição Federal, a proposta de modificação do Projeto de Lei nº 40, de 2005-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, com nova estimativa de receita.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a mensagem recebida:

(*) MENSAGEM Nº 114, DE 2005-CN

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Aviso nº 6658-GP/TCU

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimento cordialmente Vossa Excelência e em atenção ao Ofício nº 1912 (SF), de 18-8-2005, por meio do qual foi encaminhada cópia do Requerimento nº 861/2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita a realização de auditoria pelo TCU na Casa da Moeda do Brasil, de 2003 até a presente data, com finalidade de investigar a gestão do Sr. Manoel Severino dos Santos, ex-Presidente da Entidade — informo-lhe que este Tribunal já autuara processo (de nº TC-012.097/2005-2) referente a auditoria de escopo idêntico ao solicitado.

(*) Os Volumes I, II e IV, Tomo II, do Projeto de Lei nº 40, de 2005, serão republicados no Suplemento ao presente **Diário do Senado Federal**.

Decorrente dessa auditoria, em razão da constatação imediata de indícios de irregularidade em contratação realizada pela CMB, também foi autuado o TC-013.895/2005-6.

Ambos os processos estão, no momento, sendo analisados pela Unidade Técnica competente do TCU.

Assim, tão logo tais processos sejam apreciados por esta Corte de Contas, as respectivas decisões serão remetidas à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do **Requerimento nº 861, de 2005**, que ficará na Secretaria-Geral da Mesa, para aguardar a decisão do Tribunal de Contas da União.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.769, DE 2005

Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005. –

,Presidente

,Relator

ANEXO AO PARECER Nº 1.769, DE 2005

Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

Altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 60 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. Até o final do exercício de 2016, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o **caput** do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

.....
§ 3º A União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, a ser divulgado pelo Tribunal de Contas da União e que corresponderá à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas, ressalvado o disposto no § 8º.

.....
§ 8º No primeiro, segundo e terceiro anos da vigência desta Emenda, o valor mínimo anual por aluno será, respectivamente, de 70%, 80% e 90% do valor calculado pelo Tribunal de Contas da União, segundo a regra prevista no § 3º (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

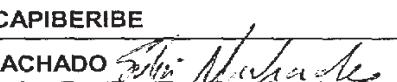
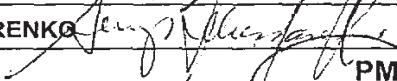
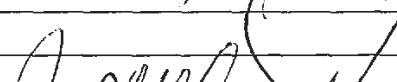
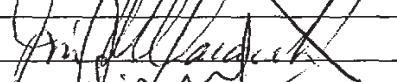
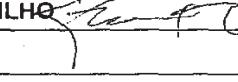
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005. _

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 29 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/09/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	 Sen. José Jorge
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES 	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA (PMDB) ⁽⁴⁾	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) ⁽¹⁾	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB,⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELcídio AMARAL
EDUARDO SUPLICY 	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIAZI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI 	5-SIBÁ MACHADO 
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO 	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEbet	1-NEY SUASSUNA
VAGO ⁽⁵⁾ 	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO 	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-(VAGO)
AMIR LANDÓ	5-LEOMAR QUINTANILHA 
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO 
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 15/09/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17/08/2005 a 13/01/2006.

(4) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

(5) O Senador João Batista Motta deixou de integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 15/09/2005.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2005-CN**MENSAGEM Nº 112, DE 2005-CN**

(nº 616/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$118.610.131,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ÓRGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ANEXO**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	E	VALOR
0461 PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO											2.500.000
ATIVIDADES											
19 571	0461 4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA									2.500.000
19 571	0461 4947 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			2.500.000
0463 INOVACAO E COMPETITIVIDADE											36.244.072
OPERACOES ESPECIAIS											
19 845	0463 0741	EQUALIZACAO DE TAXA DE JUROS EM FINANCIAMENTO A INOVACAO TECNOLÓGICA (CT-VERDE AMARELO)									17.040.010
19 845	0463 0741 0001	EQUALIZACAO DE TAXA DE JUROS EM FINANCIAMENTO A INOVACAO TECNOLÓGICA (CT-VERDE AMARELO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			17.040.010
19 845	0463 0743	SUBVENCAO ECONOMICA A EMPRESAS QUE EXECUTAM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL (PDTI OU PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUARIO (PDTA - CT-VERDE AMARELO - LEI N° 10.332/01))									1.000.000
19 845	0463 0743 0001	SUBVENCAO ECONOMICA A EMPRESAS QUE EXECUTAM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL (PDTI OU PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUARIO (PDTA - CT-VERDE AMARELO - LEI N° 10.332/01)) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			1.000.000
19 845	0463 0745	ESTIMULO AS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA MEDIANTE PARTICIPACAO NO CAPITAL (CT-VERDE AMARELO)									16.004.062
19 845	0463 0745 0001	ESTIMULO AS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA MEDIANTE PARTICIPACAO NO CAPITAL (CT-VERDE AMARELO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			16.004.062
19 845	0463 0748	INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM CIENCIA E TECNOLOGIA PELA IMPLEMENTACAO DE INSTRUMENTOS DE GARANTIA DE LIQUIDEZ (CT-VERDE AMARELO - LEI N° 10.332, DE 2001)									500.000
19 845	0463 0748 0001	INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM CIENCIA E TECNOLOGIA PELA IMPLEMENTACAO DE INSTRUMENTOS DE GARANTIA DE LIQUIDEZ (CT-VERDE AMARELO - LEI N° 10.332, DE 2001) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			500.000
ATIVIDADES											
19 572	0463 6214	FOMENTO A PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E A INOVACAO TECNOLÓGICAS NAS ÁREAS DE MATERIAIS, DISPOSITIVOS AVANÇADOS E MICROELETRONICA									1.000.000
19 572	0463 6214 0001	FOMENTO A PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E A INOVACAO TECNOLÓGICA NAS ÁREAS DE MATERIAIS, DISPOSITIVOS AVANÇADOS E MICROELETRONICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			1.000.000
19 572	0463 6434	FOMENTO A PROJETOS DE INCUBACAO, EXTENSAO E TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIAS									700.000
19 572	0463 6434 0001	FOMENTO A PROJETOS DE INCUBACAO, EXTENSAO E TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			700.000
0471 CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL											9.440.010
ATIVIDADES											
19 572	0471 4147	FOMENTO A CAPACITACAO TECNOLÓGICA EM TEMAS DE IMPACTO SOCIAL									8.240.010
19 572	0471 4147 0001	FOMENTO A CAPACITACAO TECNOLÓGICA EM TEMAS DE IMPACTO SOCIAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	300			8.240.010
19 572	0471 6256	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E									7.740.010
											500.000
											700.000

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$118.610.131,00 (cento e dezoito milhões, seiscentos e dez mil, cento e trinta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

		PESQUISAS DA DINAMICA DE INOVACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL					
19 572	0471 6256 0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA DINAMICA DE INOVACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - NACIONAL					700.000
			F	3	2	90	0 300
19 572	0471 6830	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E USO DE TECNOLOGIAS NA AREA DE TELEMEDICINA					500.000
19 572	0471 6830 0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E USO DE TECNOLOGIAS NA AREA DE TELEMEDICINA - NACIONAL					500.000
			F	3	2	90	0 300

1110 DESENVOLVIMENTO DA NANOCIENCIA E DA NANOTECNOLOGIA

1,000,000

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES	VALOR	VALOR PAGAMENTO	VALOR PAGAMENTO %	VALOR PAGAMENTO F	VALOR PAGAMENTO D	VALOR PAGAMENTO C	VALOR PAGAMENTO B	VALOR PAGAMENTO A
						1	2	3	4	5
19 572 1110 6225	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM NANOCIENCIA E NANOTECNOLOGIA		1.000.000							
19 572 1110 6225 6001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM NANOCIENCIA E NANOTECNOLOGIA - NACIONAL		1.000.000							

III.3. DIFUSÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

300-300

		ATIVIDADES							
19 573	1112 4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS PARA POPULARIZACAO DA CIENCIA							200.000
19 573	1112 4148 0001	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS PARA POPULARIZACAO DA CIENCIA - NACIONAL							200.000
			F	3	2	90	0	300	200.000
19 573	1112 6021	FOMENTO A DIFUSAO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS							500.000
19 573	1112 6021 0001	FOMENTO A DIFUSAO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS - NACIONAL							500.000
			E	3	2	90	0	300	500.000

TOTAL - FISCAL

49-384-082

TOTAL - SEGURIDADE

9

TOTAL - GERAL

49 584 082

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32101 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									3.773.519
		PROJETOS							
25 752	0273 1379	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELETRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NAO-SUPRIDAS PELA REDE ELETERICA CONVENTIONAL (PRODEEM)							3.773.519
25 752	0273 1379 0001	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELETRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NAO-SUPRIDAS PELA REDE ELETERICA CONVENTIONAL (PRODEEM) - NACIONAL							3.273.519
25 752	0273 1379 0010	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELETRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NAO-SUPRIDAS PELA REDE ELETERICA CONVENTIONAL (PRODEEM) - NA REGIAO NORTE	F	3	2	90	0	300	3.273.519 500.000

TOEFL TEST

3-773-519

TOTAL SECUNDARIA

8

TOTAL - GERAL

3 773 519

**ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32265 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP**

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	E	VALOR
0052 EDUCACAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS										213.511	
ATIVIDADES											
18 131	0052 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	50	0	300			213.511
18 131	0052 4641 0001		F	3	2	90	0	300			213.511 101.964 111.547
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS										142.695	

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000										
		OPERACOES ESPECIAIS										
18 541	1047 0772	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FAMILIARES SUSTENTAVEIS EM MICROBACIAS DO SEMI-ARIDO										140.192
18 541	1047 0772 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FAMILIARES SUSTENTAVEIS EM MICROBACIAS DO SEMI-ARIDO - NACIONAL										140.192
			F	3	2	90	0	300				56.194
			F	4	2	90	0	300				83.998
		1140 CONSERVACAO E USO SUSTENTAVEL DE RECURSOS GENETICOS										257.044
		ATIVIDADES										
18 541	1140 4976	PROMOCAO DA REPARTICAO DE BENEFICIOS DECORRENTES DO USO DOS RECURSOS GENETICOS E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO										9.300
18 541	1140 4976 0001	PROMOCAO DA REPARTICAO DE BENEFICIOS DECORRENTES DO USO DOS RECURSOS GENETICOS E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO - NACIONAL										9.300
18 601	1140 6056	FOMENTO A BIOPROSPECCAO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS DERIVADOS DA BIODIVERSIDADE										247.744
18 601	1140 6056 0001	FOMENTO A BIOPROSPECCAO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS DERIVADOS DA BIODIVERSIDADE - NACIONAL										247.744
			F	3	2	80	0	300				16.326
			F	3	2	90	0	300				231.418
		1210 PREVENCAO DE RISCOS E COMBATE AS EMERGENCIAS AMBIENTAIS										171.108
		ATIVIDADES										
18 122	1210 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA										171.108
18 122	1210 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL										171.108
			F	3	2	90	0	300				171.108
		8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS										198.977
		ATIVIDADES										
18 122	8007 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA										198.977
18 122	8007 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL										198.977
			F	3	2	90	0	300				198.977
		TOTAL - FISCAL										4.235.628
		TOTAL - SEGURIDADE										0
		TOTAL - GERAL										4.235.628

**ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

**ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS**

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO								E G R M I F S N P O U T	VALOR
0511	GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE										1.058.400

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44206 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO - JBRJ

**ÓRGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44901 - FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE**

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES : R\$ 1,99

		ATIVIDADES								
18.541	0506 6429	FOMENTO A PROJETOS DE EXTENSAO FLORESTAL							199.743	
18.541	0506 6429 0001	FOMENTO A PROJETOS DE EXTENSAO FLORESTAL - NACIONAL							199.743	
		F	3	2	50	2	300		125.309	
		F	3	2	90	2	300		74.434	

0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE

2-183,759

		ATIVIDADES											
18 122	0511 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA											2.183.759
18 122	0511 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL											2.183.759
		F	3	2	80	21	300						712.096
		F	3	2	90	0	300						1.471.663

1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS

1.125.000

		ATIVIDADES					
		FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS					
		FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS - NACIONAL					
18 541	1145 6087						1.125.000
18 541	1145 6087 0001						1.125.000
		F 3	2	30	0	300	210.000
		F 3	2	40	0	300	210.000
		F 3	2	50	0	300	420.000
		F 3	2	90	0	300	210.000
		F 4	2	30	0	300	75.000

5003. RESIDUOS SOLIDOS URBANOS

3 634 640

		ATIVIDADES								
18 512	8007 6459	FOMENTO A PROJETOS DE GERENCIAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES								2.634.640
18 512	8007 6459 0001	FOMENTO A PROJETOS DE GERENCIAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES - NACIONAL								2.634.640
			F 3	2	40	0	300			372.798
			F 3	2	50	0	300			151.825
			F 4	2	40	0	300			1.293.960
			F 4	2	50	0	200			816.052

TOTAL - FISCAL

3 830 064

TOTAL - SEGURIDAD

8

TOTAL SERIAL

3-830-061

**ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA**

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUBJEMBÉTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA**

**ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXÉRCITO**

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA**

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

EM nº 00191/2005 - MP

Brasília, 12 de setembro de 2005,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O Poder Executivo encaminhou, para apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 7.188, de 2002, que trata de proposta de desvinculação de parte dos recursos de **Royalties** e de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural. Tais recursos destinam-se a estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, estudos de planejamento da expansão do sistema energético, estudos e projetos relacionados à preservação do meio ambiente, recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo, encargos da fiscalização e proteção das áreas de produção de petróleo, estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional, sendo que as restrições impostas pela legislação têm implicado na geração de sucessivos superávits financeiros na fonte específica e em questionamentos pela não aplicação integral dos recursos.

2. O art. 96 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005) estabeleceu que, na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei para 2005, poderiam ser considerados os efeitos de propostas de alterações na Legislação tributária e das contribuições que fossem objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que estivesse em tramitação no Congresso Nacional.

3. Com base nessa norma, foram incluídas, no Projeto de Lei Orçamentária de 2005, dotações condicionadas à aprovação da alteração na Legislação da vinculação de recursos de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, as quais constavam da Lei Orçamentária vigente no valor de R\$699.989.537,00 (seiscientos e noventa e nove milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais).

4. Entretanto, o § 3º do artigo acima mencionado determina que, se as alterações propostas não forem aprovadas, ou forem parcialmente, até 28 de fevereiro de 2005, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas fontes condicionadas serão canceladas, mediante decreto, até 31 de março de 2005.

5. Desse modo, considerando que a proposta de alteração da referida vinculação não foi aprovada até a data estabelecida, as programações à conta dessa fonte foram canceladas, mediante edição do Decreto

de 30 de março de 2005, publicado no **Diário Oficial** da União do dia 31 de março de 2005, o que reduziu drasticamente as dotações dos Órgãos envolvidos.

6. Uma parcela da fonte de recursos condicionada, no valor de R\$ 10.266.900,00 (dez milhões, duzentos e sessenta e seis mil e novecentos reais), foi substituída por intermédio da Portaria nº 65, de 30 de março de 2005, desta Pasta, nos termos do § 6º do art. 96 da Lei nº 10.934, de 2004, por se tratar de despesas de caráter obrigatório.

7. Outra parcela, no valor de R\$ 544.511.700,00 (quinhentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e onze mil e setecentos reais), referente a programações imprescindíveis ao funcionamento dos Órgãos, cujo cancelamento sem a imediata recomposição poderia implicar a interrupção de suas atividades, foi atendida por intermédio da edição da Medida Provisória nº 247, de 15 de abril de 2005, convertida na Lei nº 11.165, de 18 de agosto de 2005.

8. Além disso, será atendida por meio de Decreto suplementação equivalente a R\$ 12.986.230,00 (doze milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta reais).

9. Do montante remanescente das programações canceladas são necessários recursos no valor de R\$118,6 milhões para atender a despesas:

a) no Ministério da Ciência e Tecnologia, com produção científica e tecnológica, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT;

b) no Ministério de Minas e Energia, com prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica em comunidades não supridas pela rede elétrica convencional, outorga e gestão das concessões para a exploração e produção de petróleo e gás natural, gestão do acervo sobre bacias sedimentares brasileiras, regulamentação da indústria de petróleo e da distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível;

c) no Ministério do Meio Ambiente, com educação ambiental, uso sustentável dos recursos pesqueiros, assistência técnica ao produtor rural em áreas de floresta, desenvolvimento sustentável do Pantanal e do Semi-Árido, desenvolvimento do ecoturismo, manejo sustentável das florestas brasileiras, gestão das políticas de recursos hídricos e de meio ambiente, conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos, prevenção e combate às emergências ambientais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, proteção das Unidades de Conservação Federais, participação em organismos internacionais de proteção ao meio ambiente, apoio às comunidades tradicionais brasileiras, preservação das bacias hidrográficas, con-

servação e uso adequado das águas, preservação do patrimônio cultural e a difusão da ciência ligados ao meio ambiente, manutenção de cursos de pós-graduação em botânica e meio-ambiente; e

d) no Ministério da Defesa, com implantação da infra-estrutura básica nos municípios mais carentes da região da Calha Norte, sistema de comunicações militares via satélite, manutenção administrativa dos Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, manutenção e suprimento de material bélico, adequação e instalação de organizações militares e pesquisa e desenvolvimento tecnológico da força terrestre.

10. Dessa forma, toma-se necessária nova atuação do Governo Federal, razão pela qual apresento a Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que abre, ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 118.610.131,00 (cento e dezoito milhões, seiscentos e dez mil, cento e trinta e um reais), conforme detalhamento a seguir:

Órgão/ Unidade Orçamentária	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	49.884.082	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	49.884.082	
Ministério de Minas e Energia	6.894.579	
Ministério de Minas e Energia (Administração direta)	3.773.519	
Agência Nacional do Petróleo - ANP	3.121.060	
Ministério do Meio Ambiente	17.301.470	
Ministério do Meio Ambiente (Administração direta)	4.235.628	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	2.442.147	
Agência Nacional de Águas - ANA	2.696.400	
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	97.231	
Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	7.830.064	
Ministério da Defesa	44.530.000	
Ministério da Defesa (Administração direta)	1.430.000	
Comando da Aeronáutica	10.000.000	
Comando do Exército	23.100.000	
Comando da Marinha	10.000.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004		118.610.131
Total	118.610.131	118.610.131

11. O presente crédito decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

12. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 - LDO - 2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) a suplementação de despesas primárias, com recursos de origem financeira, tem sua compensação no cancelamento de despesas primárias constantes do citado Decreto de 30 de março de 2005; e

b) o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

13. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva.**

MENSAGEM Nº 616

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$118.610.131,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 22 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

LEGISLACÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

LEI Nº 10.332, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001

Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos

– Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de novação para Competitividade, e dá outras providências.

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....
Art. 96. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a utilização de receitas condicionadas ao financiamento de despesas com pagamento de pessoal e benefícios previdenciários, exceto quando vinculadas ao atendimento dessas despesas.

§ 2º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II – será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 3º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até 28 de fevereiro de 2005, de forma a não permitir a integralização dos

recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, até 31 de março de 2005, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação seqüencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até 100% (cem por cento) das dotações relativas aos novos subtítulos de projetos;

II – de até 60% (sessenta por cento) das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento;

III - de até 25% (vinte e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;

IV - dos restantes 40% (quarenta por cento) das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento; e

V - dos restantes 75% (setenta e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 4º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão procederá, mediante portaria, a ser publicada até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, à troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da lei orçamentária sancionada, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação foram aprovadas.

§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

§ 6º Observadas as vinculações de receitas vigentes e o disposto no § 4º, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas de que trata este artigo, antes do cancelamento

previsto no § 3º, desde que destinadas ao atendimento de despesas obrigatórias relacionadas na Seção "I" do Anexo V desta Lei:

I - por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no caso das despesas à

conta de recursos decorrentes de alteração na vinculação das receitas;

II - somente por excesso de arrecadação, nos demais casos.

.....
LEI N° 11.165, DE 18 DE AGOSTO DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R\$586.011.700,00, para os fins que especifica.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARCO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964).

**DECRETO Nº 5.379,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 2/10 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 10/10 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 15/10 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 25/10 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, feito através do Requerimento nº 628, de 2005. – Cordialmente, – **Osmar Dias**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, feito através do Requerimento nº 686, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, feito através do Requerimento nº 695, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado do Turismo, feito através do Requerimento nº 698, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de

Estado dos Transportes, feito através do Requerimento nº 700, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, em nome da Mesa, defiro a reiteração, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo de dez dias.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Ofício nº 102/05

Brasília, 27 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Tasso Jereissati, pelo Senador José Jorge, como membro titular, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Cordialmente, – **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Ofício GSCB nº 8-231/2005

Brasília, 27 de setembro de 2005

Assunto: Comunica que colocou o cargo de Presidente à disposição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em razão do meu desligamento do Partido dos Trabalhadores - PT, conforme cópia do Ofício GSCB nº 8-224/2005, de 7-9-2005, que faço constar em anexo, enviado ao Excelentíssimo Líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, Senador Delcídio Amaral, coloquei à disposição daquela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal o cargo de Presidente, para o qual fui eleito.

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Senador.

Ofício GSCB nº 8-224/2005

Brasília, 7 de setembro de 2005

Assunto: Comunica desligamento do Partido dos Trabalhadores — PT.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Excelência meu desligamento do Partido dos Trabalhadores - PT, a partir desta data, e aproveito para colocar à disposição da Bancada de

Apoio ao Governo o cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.060, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, com inicio da programação no dia 29 de setembro e término no dia 2 de outubro do corrente, em Bilbao, Espanha, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Requeiro, outrossim, a retificação do Requerimento nº 1057 de 2005, que com o mesmo intento, foi apresentado sem levar em consideração todos os dias da programação do evento.

Comunico, por oportunidade, que estarei ausente do País no período de 28 de setembro a 6 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– Senador **Leonel Pavan**, SDB/DC.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.061,DE 2005

Requerem voto de pesar pelo falecimento do economista José Lopes de Oliveira, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro.

requeremos nos termos do art 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de Pesar, pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro, do economista José Lopes de Oliveira.

Requeremos, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares do economista.

Justificação

O economista e também advogado José Lopes de Oliveira foi um dos mais eminentes técnicos do País, ocupando diversos cargos públicos, numa carreira que se iniciou como funcionário de carreira do Banco Brasil, para participar ativamente da estruturação do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, bem como de cargos nos gabinetes dos Ministros Carvalho Pinto e Sebastião Paes de Almeida. Além disso, foi o interlocutor do Governo do Brasil enviado a Paris com a missão de entregar ao Presidente Charles de Gaulle uma carta de reconciliação entre os dois Governos acerca do episódio que ficou conhecido como Guerra da Lagosta, suscitada pelo aprisionamento de barcos franceses que faziam pesca no mar territorial brasileiro. Em 1979, foi nomeado para presidir o Banco Nacional de Habitação, cargo que exerceu até 1983.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB - Senador **Sérgio Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.062, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinando com os art. 215, inciso IV, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social pedido das informações disponíveis na Secretaria da Previdência Complementar sobre a denúncia de que os Fundos de Pensão Previ, Petros e Funcionários cujos patrocinadores são empresas estatais, teriam assinado contrato de "put" com o Citigroup em condições desfavoráveis aos referidos fundos, mediante qual teriam se comprometido a comprar a participação acionária do Citigroup na empresa Brasil Telecom S.A..

Justificação

Através do Aviso nº 29, de 2005, o Tribunal de Contas da União (TCU) comunicou ao Congresso Nacional ter sido protocolizada, junto àquela Corte de Contas, Representação (TC-012.886/2005-2) do

Deputado Federal João Alberto Fraga Silva, denunciando irregularidades que estariam sendo perpetradas por Fundos de Pensão (Previ, Petros e Funcionários), cujos patrocinadores são empresas públicas ou sociedades de economia mista.

A denúncia se refere a um contrato entre os três fundos de pensão mencionados e o Citigroup, determinando a compra da participação acionária do Citigroup junto à empresa Brasil Telecom S.A. ao preço de R\$ 1,045 bilhão, corrigido pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 5% ao ano. Tal negociação, cujo nome técnico é "put", poderia gerar elevados prejuízos aos fundos de pensão e, por conseguinte, às estatais que os patrocinam, pois o preço das ações fixado no contrato corresponde a aproximadamente o triplo do preço atualmente praticado no Bovespa.

As informações disponíveis na Secretaria de Previdência Complementar poderão subsidiar ao Senado Federal na análise da mencionada denúncia.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2005,
– Senador **Luiz Otávio**.

REQUERIMENTO Nº 1.063, DE 2005

Requer informação ao Ministro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acerca de apreensões dos produtos brasileiros de algodão diante de entendimentos do Governo brasileiro, conforme denúncia, de prováveis compensações do Brasil aos EUA no contencioso da Organização Mundial do Comércio.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações acerca de apreensão manifestada pela Associação Brasileira de Produtores de Algodão, ABRAPAI diante do encaminhamento de negociações do Brasil junto aos Estados Unidos, aos quais sejam concedidas compensações em troca do abandono, pelo Brasil, do contencioso do algodão na Organização Mundial do Comércio, OMC.

Requeiro, a propósito, esclarecimentos a respeito, sobretudo se há em curso, sob o comando pessoal do Ministro, as negociações que estariam gerando as apreensões manifestadas pelos produtores brasileiros de algodão.

Justificação

Por intermédio da Diretoria-Executiva da Associação Brasileira de Produtores de Algodão – ABRAPA, tomei conhecimento de que no momento, sérias

apreensões entre os cotonicultores brasileiros, que consideram lesivos ao País entendimentos em curso no âmbito do MDIC e junto ao Governo dos Estados Unidos, para que o País desista do contencioso do algodão, numa vitória já conquistada na OMC.

Essa negociação, dizem os cotonicultores, não atende aos interesses do Brasil, mas tão somente, aos Estados Unidos, preocupados com as recomendações da OMC e de se livrarem da incomoda ameaça de retaliação pelo Brasil. Daí a razão deste Requerimento, para que o assunto se esclareça.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.064, DE 2005

Requeiro nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Louvor à Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo — CELSP, entidade mantenedora da Universidade Luterana do Brasil — ULBRA, em face da comemoração neste ano de 2005 do seu centenário de fundação.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim**

– Senador **Pedro Simon**

REQUERIMENTO Nº 1.065, DE 2005

Requeiro, nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto do Louvor à Universidade Luterana do Brasil — ULBRA, pela sua destacada atuação especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde completou recentemente 33 anos de presença marcante. Além disso, a instituição vem consolidando sua presença, nos Estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins e Goiás, contribuindo significativamente para a qualificação do ensino superior em nosso país e se constituindo em um motivo de orgulho para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim**

– Senador **Pedro Simon**

REQUERIMENTO Nº 1.066, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, aponta-

do em 9º numa lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público, em pesquisa mundial, levantada na Inglaterra, pela revista “Prospect”, e nos Estados Unidos, pela revista “Foreign Policy”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em pesquisa das revistas “Prospect”, da Inglaterra, e “Foreign Policy”, dos Estados Unidos, foi consagrado em nono lugar numa lista que elegeu os 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e das duas publicações que realizaram a pesquisa.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora proponho ao Senado justifica-se pela honrosa deferência com que o Brasil acaba de ser contemplado, ao ser divulgado o resultado de pesquisa realizada por duas importantes revistas, a americana “Foreign Policy” e a inglesa “Prospect”. Nela, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso figura em nono lugar numa lista que aponta os 100 mais influentes intelectuais contemporâneos em todo o mundo.

As revistas americana **Foreign Policy** e a inglesa **Prospect**, segundo publica a edição desta semana de “Veja”, divulgam uma lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público, além da publicação de dezesseis artigos de “pensadores de destaque”. Nas duas frentes, como informa ainda a revista “Veja”, um único brasileiro: o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. “Seu artigo — diz a **Veja** — escrito no começo de maio, fala de partidos político e, vejam só, cita o PT como exemplo de adaptação aos novos tempos. ‘Como organização partidária, foi inovadora a forma como o PT se estruturou. O suicídio veio depois’, justifica. Já sobre a eleição na **internet**, revela seu voto. ‘No Indiano (Nobel de Economia) Amartya Sen’.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.067, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista e humorista Ronald Golias, pioneiro da televisão brasileira, ocorrido no dia 26 de setembro de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido ontem, dia 26 de setembro de 2005, do artista e humorista Ronald Golias.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do artista.

Justificação

Ronald Golias era um dos mais conhecidos artistas do Brasil, com uma vida inteira dedicada ao humor, sempre sadio. Ele foi um dos pioneiros da televisão brasileira, iniciando uma longa carreira na TV-Tupi, de São Paulo, também pioneira. Criador de personagens que se tornaram célebres, sua biografia se confunde em muitos momentos com a própria história da televisão no Brasil.

Nascido em 1929 na cidade de São Carlos, no interior de São Paulo, Golias começou a carreira artística nos anos 40, quando participou de um grupo de acrobacias aquáticas, os Aqualoucos. Antes disso chegou a trabalhar como alfaiate e funileiro. Nos anos 50 ingressou no rádio onde conheceu Manuel da Nóbrega (pai de Carlos Alberto da Nóbrega) que em pouco tempo o levou para a televisão, para trabalhar no programa humorístico "Praça da Alegria". Pacífico, seu primeiro personagem marcante da televisão, nasceu em 1956 e se tornou famoso pela expressão chamaativa de outro personagem: "ô Cride!".

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas. CEFET/AM, pelo seu 96º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas-CEFET/AM, pelo seu 96º aniversário de criação, em 23 de setembro de 2005.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos dirigentes do CEFET/AM, por intermédio de seu Diretor-Geral, Prof. Raimundo Vicente Jimenez.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas é uma unidade de ensino de referência e em breve estará comemorando um século de existência. Sua presença em Manaus e no Amazonas e, ademais, poderoso instrumento de formação de mão de obra especializada, fundamental para o Pólo Industrial de Manaus.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

RERIMENTO Nº 1.069, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do advogado José Martins Pinheiro Neto, um dos pioneiros da Advocacia no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em São Paulo, no dia 21 de setembro de 2005, do Advogado José Martins Pinheiro Neto, conhecido em todo o País e um dos pioneiros da Advocacia.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do Advogado e à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Justificação

O Dr. Pinheiro Neto é um dos mais conhecidos advogados do Brasil, formado em 1938 na Faculdade de Direito da USP, no Largo de S. Francisco, também identificada como a "Faculdade das Arcadas". Seu escritório é especializado em administração jurídica e empresarial de empresas do País e do exterior. Seu nome, sinônimo de Advocacia, orgulha o País no campo das Ciências jurídicas e da modernidade.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.070, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pelo lançamento do filme Vlado – Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no período da ditadura militar.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pela produção do filme Vlado - Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog ocorrido durante o período de exceção, em 1975, nas dependências do DOI-CODI, unidade do Exército Brasileiro em São Paulo.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Senhora Clarice Herzog, viúva do jornalista.

Justificação

O Brasil vive hoje, felizmente, uma democracia construída com esforço e para que jamais se repita a barbárie de que foi vítima um jornalista brasileiro, que apenas trabalhava e foi preso injustamente, torturado e morto num quartel do Exército Brasileiro, na Rua Tuácia, em São Paulo, o então famigerado DOI-CODI, que acabou se tornando sinônimo da brutalidade cega do grupo que torturava e matava. Vladimir Herzog foi um deles. Foi preso por nada, mas isso pouco importava aos carrascos-torturadores de uma fase de obscurantismo vivida pelo País e que teve fim pela obstinação do povo brasileiro, que sempre repugnou excessos como aquele. Vlado, como era conhecido desde o final da década de 50, foi repórter de **O Estado de S.Paulo**, na Capital paulista. Em 1960, foi enviado para Brasília, juntamente com mais seis repórteres e dois fotógrafos, com o objetivo de realizar a cobertura jornalística da nova Capital do País. Aqui permaneceu por alguns meses, no cumprimento de sua missão de repórter, retomando para São Paulo, de onde se deslocou para Londres, para um curso na BBC de televisão educativa, que então começava a dar os primeiros passos como veículo educativo. No retorno, passou rapidamente por Brasília e, novamente em São Paulo, teve de se dedicar à televisão educativa na TV-Cultura, da Fundação Padre Anchieta.

Do grupo de repressão da ditadura que então vigia no Brasil, Vlado foi tratado como conspirador, quando, na verdade, era um brasileiro que se preparou numa área do ramo da comunicação social e desenvolvia meritório trabalho em favor da cultura e da educação.

Preso, foi encarcerado no DOI-CODI, torturado e morto pelos estúpidos mecanismos de repressão então existentes. O inconformismo dos brasileiros está expresso numa música de Geraldo Vandré, em que Clarice é citada, como símbolo de muitas viúvas de vítimas iguais a Vlado. A letra da canção ecoou as lágrimas de muitas Clarices que choravam a dor do exagero político-policialesco. Agora, chega o filme de João Batista de Andrade, que haverá de perenizar um passado que jamais voltará ao País, como veículo de informação às gerações novas. É pois, merecedor do aplauso do Senado o filme que conta essa história triste de uma Nação que afastou do seu convívio a possibilidade de repetição desses episódios que não são dignos do ser humano.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Antes, pela ordem, tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável, como primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como segundo pela ordem de chegada, peço também a minha inscrição para um breve aviso à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O terceiro, por favor, pela ordem de chegada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para falar como Líder do PSDB, após a Ordem do Dia, mas gostaria de ser o primeiro, até porque hoje é o Dia Mundial do Turismo e gostaria de prestar uma homenagem ao trade turístico do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento. Para que isso aconteça, é necessária a formalização da autorização devida do Líder do PSDB.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me inscrever para uma comunicação inadiável como terceiro inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a está inscrito de acordo com o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PMDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PMDB – PA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também para uma comunicação inadiável como primeiro suplente, na ausência de um dos três inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Na ausência de um dos três inscritos, V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as}s terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, foi o saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles que nos ensinou, na Assembléia Nacional Constituinte, o importante papel do município como alicerce da democracia, a valorização do “governo Local”, consensual entre os partidos e movimentos políticos que nasceram do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e dos grupos de oposição à ordem autoritária, tomando forma em um conjunto de propostas descentralizadoras.

Essas propostas provocaram uma redefinição em regra da estrutura do Estado brasileiro: o federalismo centralizado, até então predominante, deu lugar a um modelo federativo descentralizado e em boa medida cooperativo.

O exame do modelo federativo resultante da Constituição de 1988, como a dinâmica de transferência de recursos e o desenho das políticas sociais, merece, nesse momento, a mobilização desta Casa, com atenção voltada para as dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros.

É possível até que alguém diga “mas sempre ouvimos esses recursos das dificuldades dos municípios brasileiros”, mas quem sabe esse momento apresente dificuldades ainda mais contundentes.

Mais de 500 prefeitos de todo o País estão em Brasília e promovem hoje e amanhã um grande encontro para reiterar a urgência e a necessidade de aprovação de vários projetos vitais para a sobrevivência do “espaço local”.

Atendendo o apelo de vários prefeitos do Paraná que estiveram, hoje, pela manhã, em meu gabinete, entre eles, o Prefeito Lísias de Araújo Tomé de Cascavel, a Prefeita de Campina Grande do Sul, Nelise Cristiane Dalprá, e outros.

Venho à tribuna manifestar nossa solidariedade e a do nosso Partido, Senador Papaléo Paes (PSDB), a todos os prefeitos de nosso País. Ressalto o apoio pleno a essa pauta urgentíssima apresentada pela Confederação Nacional dos Municípios juntamente com as entidades estaduais de municípios, como a Associação dos Municípios do Paraná, presidida pelo brilhante Prefeito Luiz Sorvos*, que é de um pequeno Município no noroeste do Estado, Nova Olímpia.

Entre os itens, Senador Leonel Pavan, que devem ser definidos no horizonte temporal de curtíssimo prazo, sessenta dias, no máximo, gostaria de destacar o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, passando de 22,5% para 23,5%, segundo redação dada pelo Senado. Esse acréscimo será repassado juntamente com a parcela do primeiro decêndio de dezembro.

Há quase um ano, o Senado Federal aprovou essa medida em benefício dos Municípios, e a proposta ficou paralisada na Câmara dos Deputados. O Governo impediu que ela fosse aprovada no final do ano passado. O próprio ex-Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, prometera aos prefeitos do País que colocaria na pauta e em votação esta proposta. No entanto, as promessas não foram cumpridas, o compromisso não foi honrado.

Vale lembrar a importância do cumprimento desse cronograma que agora os prefeitos sugerem como forma de socorrer os Municípios no pagamento do 13º salário dos servidores. A estimativa é que essa medida gere uma transferência adicional de R\$1,4 bilhão aos Municípios brasileiros por ano.* Portanto, o prejuízo que os Municípios sofrem já neste ano pelo não-cumprimento desse compromisso é de R\$1,4 bilhão.

Concedo ao ilustre Senador municipalista, que foi o maior prefeito da história de Balneário Camboriú, Leonel Pavan, com muita satisfação, o aparte que ele solicita.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, primeiro quero cumprimentá-lo por trazer este tema à discussão. Centenas e centenas de Prefeitos estão hoje aqui, em Brasília, justamente pedindo socorro ao Governo Federal. Nós temos acompanhado o trabalho de V. Ex^a aqui no Senado, sempre voltado aos Municípios – sabemos que os Prefeitos conhecem a realidade –, reivindicando muito para os Prefeitos do Paraná e, consequentemente, para os Prefeitos do Brasil inteiro. Recebi, apenas na manhã de hoje, no meu gabinete, 26 Prefeitos de Santa Catarina. O pior é que os Prefeitos estão vindo aqui porque alardearam que, com a vinda deles, seria possível o Governo atendê-los, colocando em votação o projeto no dia de hoje ou de amanhã. Isso é impossível, até porque está sendo discutida a eleição do Presidente da Câmara Federal. Nós já aprovamos aqui no Senado o projeto de lei que propõe o aumento no Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5%, que está há mais de um ano parado na Câmara Federal e não está sendo votado por falta de vontade política do Governo Federal. Se o Presidente quisesse, mandaria que fosse votado. Infelizmente, o Governo faz o maior alarde na imprensa de que quer ajudar os Municípios, mas a verdade é que não dá contrapartida no Congresso, não atende aos nossos Municípios brasileiros. Isso é de responsabilidade única do Governo Federal, do Governo Lula.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, Senador Leonel Pavan. Nós estamos chegando ao final do ano, quando os prefeitos se defrontam com a dificuldade de sempre de pagar o décimo terceiro salário. Há urgência nessa providência por parte da Câmara dos Deputados. Amanhã será eleito um novo Presidente naquela Casa, e nós esperamos que esse novo Presidente, seja quem for, coloque na pauta essa proposta para atender o compromisso que foi desonrado já há um ano. A Câmara dos Deputados, com essa proposta em suas gavetas, frustra os prefeitos que, mais uma vez, são obrigados a vir a Brasília, evidentemente na esperança de terem esse pleito atendido.

Além desse pleito, há outros que devemos apoiar: a justa reivindicação de fixação de um prazo para parcelamento de débitos junto ao INSS. É importante fixar um percentual de 9%, no máximo, do Fundo de Participação dos Municípios, para pagamento exclusivamente das dívidas, sem retenções de contribuições correntes.

É fundamental, Sr. Presidente, que a correção dos débitos tenha como parâmetro a TJLP – Taxa de Juro de Longo Prazo –, não apenas durante a amortização, mas principalmente na etapa de consolidação dos débitos.

A Confederação Nacional dos Municípios – CNM, com toda legitimidade, reivindica a isenção de IPI para aquisição de equipamentos de uso das prefeituras: máquinas rodoviárias, ambulâncias, caminhões. Os “equipamentos locais” estão sucateados. A Confederação negocia com o Confaz estender a isenção ao ICMs.

No rol da pauta urgentíssima, consideramos de suma importância reinserir a questão referente à regulamentação dos precatórios judiciais, fixando o limite em 2% do total da receita corrente líquida do município como teto para pagamento e, o restante, fixando em até cento e vinte meses o tempo para parcelamento.

Originalmente, Sr. Presidente, o Senado incluiu a regulamentação dos Precatórios na PEC nº 74, de 2003, retirada em seguida, e na PEC nº 285, de 2004.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente. A exigüidade do tempo não me permite enumerar todas as legítimas reivindicações dos Municípios.

Eu gostaria de lembrar, para finalizar, como registra a melhor doutrina, que no Brasil, durante bem mais de meio século, o Município foi considerado o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos.

Essa maneira de encarar o âmbito local da política mudou radicalmente durante a longa transição do autoritarismo para a democracia. O Município foi transformado em ente federativo, ganhou autonomia plena no âmbito político, administrativo, legislativo e financeiro.

É hora de repensar com profundidade o pacto federativo. Vamos atender os prefeitos, aos Municípios em caráter emergencial, mas devemos estar atentos porque na Constituição de 1988 o poder local ficava com algo em torno de 19% da arrecadação nacional. Atualmente mal recebe 14%. Estamos devendo, portanto, 5% aos Municípios do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e dois minutos de tolerância, Senadora.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, reiteradas vezes tenho vindo a esta tribuna para buscar traduzir, no cotidiano das pessoas, a melhora significativa nos indicadores econômicos do nosso País. Muitas vezes, as pessoas não conseguem traduzir, entender o que significam determinadas palavras, conceitos, índices, mas as pessoas têm capacidade de identificar no seu cotidiano aquilo que está aparecendo com resultado positivo. E é muito importante sempre ligar a causa ao efeito.

Por isso, tenho muitas vezes vindo a esta tribuna para falar exatamente o que significa, qual é o resultado no cotidiano, na vida das pessoas, essa melhora significativa na economia brasileira que os especialistas no assunto não se cansam de afirmar que são os melhores indicadores das últimas décadas no Brasil. Ou seja, há muito tempo o Brasil não apresentava conjugação tão favorável de indicadores econômicos, como crescimento, estabilidade, controle de inflação, superávit em contas correntes – sobra dinheiro, em vez de exportarmos dinheiro aqui do nosso País. Esse quadro forma um círculo virtuoso que levará, com certeza, a resultados cada vez melhores e que serão progressivamente percebidos no dia-a-dia das pessoas, particularmente no que se refere a preços, a compras, a crédito, a poupança, a trabalho, a oportunidades.

Esse, portanto, é mais uma vez o objetivo do meu pronunciamento.

O IBGE anunciou, agora no final de semana, a alta recorde, descontada a inflação, do rendimento real médio do trabalhador brasileiro residente nas principais regiões metropolitanas. O aumento do poder aquisitivo em agosto foi de 3,7%, em comparação a igual mês do ano anterior, maior número desde que esse indicador passou a ser calculado pelo IBGE. Portanto, esse é um dado significativo. Ou seja, o rendimento, descontada a inflação, teve exatamente em agosto o melhor índice de todo o período em que o IBGE calcula esse indicador. Isso significa, portanto, uma renda que está sobrando no bolso do trabalhador, ou que o que ele está conseguindo fazer tem sido superior, cada vez melhor.

Tudo leva a crer também que, em 2005, haverá o primeiro aumento de poder aquisitivo dos trabalhadores nos últimos oito anos. Trata-se de resultado esperado diante do crescimento da economia conjugado à redução da inflação. Nós tivemos, inclusive, oportunidade de detalhar aqui como a redução da inflação tem se transformado em resultados extremamente positivos no cotidiano das pessoas.

O crescimento atual do Brasil levou ao aumento de emprego, o que, por sua vez, permite aos trabalhadores melhores condições de renegociar os seus salários com as empresas. Eu também tive oportunidade de dizer que este ano praticamente a ampla maioria das negociações salariais teve resultados acima da inflação. Inclusive no meu Estado, das oitenta e uma negociações salariais, oitenta foram superiores à inflação do período, e todos os indicadores da pesquisa realizada recentemente em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre confirmam essa negociação salarial dos trabalhadores com índices superiores à inflação.

Além disso, trata-se de emprego de qualidade, com carteira de trabalho assinada. Em relação a agosto do ano passado, o aumento do emprego formal foi de 6,2%. Também os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho apontam para a mesma direção: em agosto foram 136 mil novos postos de trabalho com carteira assinada. Quando a média, desde a posse do Presidente Lula, tem sido superior a 100 mil empregos com carteira assinada/mês, no mês de agosto, tivemos o número bastante expressivo de mais de 136 mil novos postos. Em Santa Catarina, reportagem do jornal **A Notícia** dá conta exatamente dos indicadores da última pesquisa: a quadruplicação do número de oferta de empregos com carteira assinada, no meu Estado, o que me deixa bastante feliz.

Vale ainda ressaltar que o pagamento de salários mais altos, juntamente com o aumento de emprego, resulta no acréscimo da chamada massa de salários da economia, ou seja, do total pago em salários no País. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em julho essa massa aumentou 5,6% em relação a igual mês do ano anterior. E esse crescimento dos dois últimos anos dependeu, num primeiro momento, das exportações no ano de 2003, que gerou essa possibilidade do aumento do emprego em 2004; depois, em 2004 e este ano, a partir do aumento do crédito. Mas, a partir deste ano, temos uma novidade que modifica significativamente essa questão do aumento do emprego e da massa salarial, que é o fato de as famílias estarem consumindo mais, por causa do aumento da massa salarial do emprego. Dessa forma, toda a economia passa a ter, no mercado interno, ou seja, a partir do consumo dessas famílias, um grande esteio, uma das grandes alavancas também do crescimento. E esse novo impulso do crescimento torna-se

mais sustentável, porque fica menos dependente do exterior ou do endividamento de nosso País.

Poderíamos ter ainda alguma preocupação de que o aumento das compras das famílias pudesse ter repercussão na inflação, mas há outro dado apresentado por pesquisas recentes e divulgado pelos noticiários dos últimos dias. Trata-se do fato de que o aumento do emprego, o aumento da massa salarial vem acompanhado do aumento da produtividade no trabalho, diferentemente de períodos do Governo anterior, quando a produtividade acabava gerando a demissão. Ou seja, quando as empresas tinham maior produtividade, acabavam transferindo isso para seus lucros, inclusive demitindo os seus trabalhadores.

No atual período, no atual Governo, o dado colocado pela pesquisa demonstra claramente que nós estamos tendo aumento da produtividade do trabalho com o aumento do emprego, o que é uma conjugação, Senador Paulo Paim, extremamente positiva, que há muito tempo não tínhamos, ou seja, a produção subiu, o emprego também subiu e a produtividade das empresas também subiu. Essa conjugação há muito tempo nós não a tínhamos.

Além disso, segundo outra pesquisa interessante, Senador Paulo Paim, feita pela Fecomércio, do Rio de Janeiro, houve um aumento de mais de sete pontos percentuais, entre maio e agosto, do número de famílias que puderam poupar parte das suas rendas. Ou seja, há um número maior de famílias que está conseguindo chegar ao final do mês com alguma sobra, invertendo aquela amarga curva ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, já vou concluir meu discurso.

Inverteu-se aquela amarga curva, Senador Paulo Paim, sobre a qual os trabalhadores normalmente dizem: "Sobra muito mês no final do salário".

A pesquisa da Fecomércio aponta para essa inversão, havendo modificação ainda pequena, obviamente, mas é uma tendência que para nós é bastante importante.

Eu teria ainda questões aqui para falar a respeito do aumento do crédito, da oferta, principalmente no setor da indústria imobiliária, das casas populares.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nobre Senadora, V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não vou ter essa oportunidade, porque são três páginas, e eu peço que meu discurso seja considerado como lido.

Agora, é muito importante que nós tenhamos a capacidade de identificar, no meio de uma crise política como a que estamos vivenciando, aquilo que para a população é de fundamental importância, ou seja, quais são as medidas de Governo, quais são as medidas na economia que efetivamente revertem em aumento de emprego, aumento de renda, aumento

de produtividade, aumento de poupança e aumento de oportunidades para que as pessoas possam ter vida mais digna.

Por isso, Sr. Presidente, todas as semanas eu faço questão de apresentar esse rescaldo das notícias positivas que estão colocadas, porque, se não for assim, a população que assiste à TV Senado pode ter a imagem de que, aqui, estamos únicos e exclusivamente preocupados com as investigações. Elas são necessárias, mas a nossa preocupação, além das investigações e das punições, tem que ser também a

de reforçar e de reafirmar os resultados positivos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo Lula e que repercutem no cotidiano, cada vez mais positivo, da população brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu peço que seja dado como lido na íntegra o discurso, tendo em vista não ter tido a oportunidade de trazer todos os dados.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SR^a SENADORA IDELI SALVATTI.

Sr. Presidente, já deveria ser consenso o entendimento de que o desempenho da economia brasileira durante o governo Lula tem sido bastante superior ao ocorrido no governo anterior a despeito de o tempo disponível até agora corresponder a apenas 1/3 do tempo que tiveram aqueles que comandaram o país durante oito anos.

Os especialistas no assunto não se cansam de afirmar que há décadas o Brasil não apresentava conjugação tão favorável de indicadores econômicos, como crescimento e estabilidade. Este quadro forma um círculo virtuoso que levará a resultados cada vez melhores e que serão progressivamente percebidos no dia-a-dia das pessoas, particularmente no que se refere ao mercado de trabalho.

Este é o objetivo deste meu pronunciamento; mostrar o reflexo no dia-a-dia das pessoas do excelente desempenho da economia brasileira durante o governo Lula. Já tivemos a oportunidade de mostrar em outra ocasião os efeitos da queda da inflação sobre o aumento do padrão de vida da população.

O IBGE anunciou, no final da semana passada, a alta recorde do rendimento real (descontada a inflação) médio do trabalhador brasileiro residente nas principais regiões metropolitanas. O aumento do poder aquisitivo em agosto foi de 3,7% em comparação a igual mês do ano anterior, maior número desde que este indicador passou a ser calculado pelo Instituto.

Tudo leva a crer que, em 2005, haverá o primeiro aumento de poder aquisitivo do trabalhador em oito anos. Trata-se de resultado esperado diante do crescimento da economia conjugada à redução da inflação. Em 2003, foi necessário fazer o “ajuste na economia” por conta dos problemas herdados do governo anterior. Em 2004, a economia voltou a crescer, com aumento recorde do produto de 4,9%. Em 2005, os efeitos aparecem claramente no mercado de trabalho.

O crescimento leva ao aumento do emprego, o que, por sua vez, permite aos trabalhadores melhores condições para renegociar seus salários junto às empresas. Ainda segundo o IBGE, somente em agosto foram criados 81 mil empregos na

região pesquisada (São Paulo, Rio, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre).

Ademais, trata-se de emprego de qualidade, com carteira de trabalho. Em relação a agosto do ano passado, o aumento do emprego formal foi de 6,2%. Também os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho apontam para a mesma direção: em agosto foram 136 mil novos postos levando o total de 2004 e 2005 para cerca de 2,7 milhões de empregos formais,

a média no govt. Lula tem sido superior a 100 mil empregos co carteira assinada por mês.

Evidentemente, o pagamento de salários mais altos juntamente com o aumento do emprego resulta no acréscimo da chamada massa de salários da economia, ou seja, o total pago em salários no país. Segundo o IPEA, em julho, essa massa aumentou 5,6% em relação a igual mês do ano anterior.

Dieese
Vale registrar que os dados do Dieese sobre emprego, desemprego, rendimento real e massa de salários referentes à região metropolitana de São Paulo e aos meses de julho e agosto também apontam claramente na mesma direção dos números do IBGE.

É preciso que se diga qual a importância destes indicadores para a evolução futura da economia. O crescimento dos últimos dois anos dependeu das exportações e do aumento do crédito, mas, a partir de 2005, e possivelmente com mais força em 2006, passará a depender principalmente do mercado interno, das compras das famílias. Trata-se de um novo impulso ao crescimento e que, ademais, o torna mais sustentável, pois menos dependente do exterior ou do endividamento.

Alguém poderia levantar a preocupação com os efeitos das compras das famílias sobre a inflação. receio, aliás, justificável frente a tantas decepções com as quais se defrontou a população nas últimas décadas.

Ocorre que há um dado favorável, mais um, e que traz grande reforço no combate ao aumento da inflação: trata-se da produtividade do trabalho. Este conceito consiste na produção gerada pela mão de obra com os instrumentos que lhe são fornecidos. Quando a produtividade aumenta, as empresas

Podem
conseguem aumentar os salários sem afetar os seus lucros e,
portanto, não precisam repassar os custos extras aos preços.
podem

Produziria
O trabalhador pode, com razão, se assustar quando se fala em produtividade. No ~~fusão~~ anterior, diante da estagnação, as empresas só conseguiam ganhos de produtividade com cortes de emprego, levando ao progressivo aumento da taxa de desemprego. Na verdade, havia menos pessoas produzindo a mesma quantidade ou ainda quantidades menores.

Só
Depois de manter-se estável no período 1998-2003, a produtividade aumentou 6% em 2004 e neste ano, até julho, o aumento é de 2,6%. Entretanto, a dinâmica agora é bastante diferente do passado. Desta feita, ocorre aumento da produção e do emprego, simultaneamente. No período já transcorrido de 2005, por exemplo, a produção subiu 4,3% e o emprego 2,2% *Também* segundo o IBGE.

Pesquisa
Ainda com relação às perspectivas de controle da inflação, não se pode esquecer a importância da evolução dos preços administrados, entre os quais estão as tarifas de telefone, luz, aluguel e gás, conforme já comentado em outra oportunidade. Como estas tarifas são corrigidas pela inflação passada, a baixa inflação em 2005 resultará em baixa correção de tarifas em 2006, com aumento estimado inferior a 3%.

É
É por conta de todos estes acontecimentos, especialmente os verificados no mercado de trabalho, que os resultados de pesquisas relativas à situação das famílias, como a feita recentemente pela Fecomércio-RJ, não causam surpresas. A pesquisa registrou aumento de mais de 7 pontos percentuais entre maio e agosto do número de famílias que puderam poupar parte das suas rendas.

Já foi destacado anteriormente outro indicador econômico favorável, mas que merece menção mais detalhada: trata-se da evolução do crédito. O crédito com recursos livres, isto é, não direcionados pelo governo, subiu mais de R\$ 100 bilhões comparando-se os saldos de julho de 2005 e dezembro de 2002. Correspondem agora a R\$ 328 bilhões.

Cabe registro especial, entretanto, ao chamado crédito consignado, com desconto da prestação no contracheque, e ao crédito imobiliário. Nestes setores, há clara relação de causa e efeito entre medidas tomadas pelo governo Lula e seus efeitos benéficos para o conjunto da população.

O primeiro foi instituído pelo governo em 2003 e se difundiu rapidamente, permitindo à população substituir créditos com juros altíssimos, muitas vezes junto à agiotas, por juros mais civilizados, de cerca de 2% ao mês. Ao reduzir os pagamentos com juros feitos pelas famílias, houve evidentemente, liberação de renda para utilizar em outros fins.

Quanto ao crédito imobiliário, uma passagem de um artigo publicado recentemente pelo jornal Valor Econômico sintetiza a avaliação do atual estágio deste mercado, em um movimento que começou nos últimos anos, alimentado pelas medidas adotadas pelo governo:

“Grandes bancos privados estão voltando ao crédito imobiliário, financiando tanto empresas como mutuários, em um movimento que pode ser considerado o renascimento do setor depois de quase vinte anos de estagnação.” (Jornal o Valor, 12/09/05, pg. C8).

Alguns números ajudam a dar a dimensão do processo que se encontra em seus anos iniciais: o número de habitações financiadas pela caderneta de poupança subiu para 54 mil em 2004, comparado aos 34 mil em média do período 1999-2002, quase 60% de aumento, portanto. Em 2005, as operações até julho já chegaram a 31 mil. Também no caso das unidades financiadas com o FGTS, o aumento é de dimensão similar.

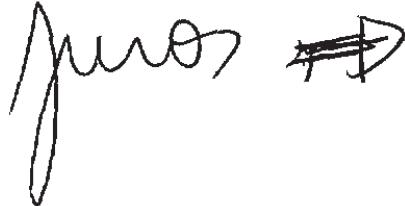
Trata-se de fato de grande importância quando se considera o tamanho do déficit habitacional do Brasil, juntamente com os efeitos do mercado imobiliário para economia, pois este setor não somente absorve muita mão de obra pouca qualificada, como corresponde a importante parcela da construção civil e mesmo do conjunto da economia.

Há outros inúmeros indicadores que poderiam ser comentados para ilustrar o sucesso da política econômica do governo Lula, tais como aumento recorde da bolsa de valores,

redução recorde do risco Brasil, emissão de títulos em reais no mercado internacional, consistente aumento das reservas internacionais, grande aumento das exportações, redução da dívida pública, etc.

Não há, entretanto, espaço aqui para tratar de todos estes assuntos. Caberia apenas fazer um comentário final relativo à taxa de juros que, todos sabem, se encontra bastante elevada por conta da necessidade de controlar a inflação e por conta do exagerado tamanho da dívida pública herdada do governo anterior.

Depois dos aumentos iniciados há um ano, a taxa de juros estipulada pelo Banco Central iniciou movimento de queda na última reunião da diretoria deste Órgão. Aguarda-se que seja um processo de redução contínua para níveis compatíveis com os existentes em outros países emergentes. Evidentemente, este fato alimentará de forma acentuada o ciclo virtuoso aqui descrito, como novos e relevantes impactos sobre o emprego e a renda.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. M. S. P." followed by a stylized initial "P".

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendida de acordo com o Regimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem a palavra o Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria e, ao mesmo tempo, parabenizar o Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina, Estado que, aparentemente, é o único que vai tão bem assim no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB AP)

– Senador José Jorge, V. Ex^a está inscrito para falar como Líder da Minoria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a é o segundo da lista inscrito.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr.

Presidente, só enquanto aguardamos a chegada à tribuna do Senador Paulo Paim, nós não temos problema nenhum em mandar alguns catarinenses – dos bem bons – lá para Pernambuco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Inclusive na Presidência da República, para ver se ensina o Lula a governar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB AP)

– Já foi concedida a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

Nobre Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato é uma comunicação. É que hoje eu gostaria de cumprimentar a TV Senado pelo brilhante trabalho feito na exibição do documentário “Missões Jesuíticas: Os Guerreiros da Fé”, que teve a direção dos jornalistas Deraldo Goulart e Chico Sant’Ana; produção de Adriana Moreira e Laice Machado; fotografia de Jairo Brito e Marcos Feijó. Cumprimento também o Diretor desse órgão de comunicação, o jornalista James Gama.

Sr. Presidente, o documentário “Missões Jesuíticas – Os Guerreiros da Fé” integra a série “Senado Documento”, que tem por objetivo debater os grandes temas da história nacional. O programa procura analisar e dimensionar a influência dos jesuítas no território sul-americano, em especial na região dos Sete Povos das Missões. Foram ouvidos especialistas de todas as correntes e escolas: religiosos, historiadores, arquitetos, lingüistas, sociólogos, além de especialistas em patrimônio histórico e no folclore.

A criação das Missões Jesuíticas, Sr. Presidente, contribuiu para a construção de um modo de vida especial no sul do Brasil, no meu Rio Grande, mas também deixou raízes na economia, nas artes, na cultura e na identidade brasileira. É exatamente esta herança que o nosso Senado documentou. “Missões Jesuíticas: os guerreiros da fé” busca resgatar para o conhecimento da sociedade essa bela história.

Quando o velho continente era dominado pelos sistemas feudais, existiu uma república no cone sul da América. A República Guarani, Sr. Presidente, como ficou conhecida, tinha entre seus mentores os padres jesuítas, que organizaram os índios guaranis e tapes num avançado sistema coletivo de produção.

Seu território chegou a abranger 30 cidades, que abrigava uma sociedade sem classes, ordeira e pacífica. Tamanha ousadia política e social era demais para as poderosas nações da península ibérica que dividiam o domínio do território sul-americano.

A decadência das reduções começa com o Tratado de Madrid, em 1750, assinado pelas coroas espanhola e portuguesa, que determina a troca da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões.

Os índios guaranis se recusam a sair do noroeste do Rio Grande do Sul. A república é invadida pelos dois exércitos praticamente dizimada, gerando heróis como o cacique Sepé Tiaraju, que bradou a lendária frase: “Esta terra tem dono... Ela nos foi dada, por Deus e São Miguel”.

Sepé Tiaraju lutou até 1756, quando morreu em combate na batalha de Caibaté, junto com mais de 1.500 índios, nunca chacina que, infelizmente, decretou o fim das Missões. Na história brasileira, nenhum outro episódio é tão pouco lembrado, como o massacre perpetrado por Portugal e Espanha contra os povos missionários do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, nestes dois minutos, lembro ainda a minha tristeza por mais um caso gravíssimo de racismo a que assistimos há poucos dias. Na semana passada, o goleiro do Vitória da Bahia, Sr. Luis Felipe Ventura de Santos, com razão, prestou queixa, numa delegacia da capital baiana, contra o ex-presidente do Clube, Paulo Carneiro.

Conforme o goleiro Luis Felipe, Paulo Carneiro o agrediu chamando-o de “negro safado, vagabundo” e acusando-o de facilitar o jogo com a Portuguesa.

O caso, embora até o momento tenha tido pouca repercussão nacional, como deveria ter tido, a exemplo do caso do Grafite, mostra que, infelizmente, a luta contra o racismo é uma luta à qual nós todos temos que, cada vez mais, nos dedicar, sejam brancos, sejam negros.

Lembro ainda de ações do Movimento Negro, como, por exemplo, do Secretário Municipal de Reparação Social, de Salvador, Gilmar Santiago; do Promotor de Combate ao Racismo no Ministério Público Estadual, Sr. Brito, e, agora, este Senador se soma nesta luta contra o racismo, no caso específico da Bahia, porque é uma luta que vimos travando há algumas décadas.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me, Sr. Presidente, apenas um minuto? O Senador Paulo Paim está falando da questão do racismo, que é de extrema importância. Lembro ao Senador Paulo Paim que hoje é Dia do Idoso. V. Ex^a tem sido aqui um batalhador, tanto do Estatuto da Igualdade Racial, como do Estatuto do Idoso, da Criança, assim como tantos outros Senadores. Eu queria aproveitar para justamente neste dia homenagear a todos os idosos, Sr. Presidente Papaléo Paes, que certamente está homenageando os idosos do Brasil. Senador Paulo Paim, que é um homem que luta pelas causas sociais, eu queria aqui homenagear todos os idosos do Brasil que precisam de políticas sociais que realmente lhes proporcionem atendimento eficaz. Quero deixar registrado nesse aparte que faço ao pronunciamento de V. Ex^a meus votos de parabéns aos idosos do Brasil por tudo que fizeram e que ainda poderão fazer por todos nós!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, como hoje, dia 27, é o Dia Nacional do Idoso, e, no dia 1º, comemora-se o Dia Internacional do Idoso, quero convidá-lo para, na sexta-feira, fazermos uma sessão de homenagem aos idosos, usando esse período de debate para saudar tanto os idosos do Brasil como os do mundo todo. Essa é a intenção do trabalho que estamos fazendo.

Por isso estou falando hoje sobre esse caso grave de racismo. Estive ontem, na Bahia, com o Senador Rodolpho Tourinho, em um belíssimo evento, discutindo o Estatuto da Igualdade Racial. Naquele Estado, a denúncia foi feita com muita força.

Sr. Presidente, se me permitir, concluirei o meu pronunciamento, cumprimentando o Ministério Público do Trabalho de Brasília, que está movendo ação contra cinco bancos da Capital pela forma como discriminam os negros no que tange ao acesso a postos de trabalho nos bancos. Os bancos que tanto lucram – parece que estamos, agora, em primeiro lugar no mundo em matéria de taxas de juros – se dão ao luxo ainda de discriminar os negros, que não são contratados para operarem nos bancos, conforme atesta o Ministério Público de Brasília, o qual quero cumprimentar. A não ser com raras exceções, o número de negros que trabalham nos bancos é praticamente insignificante, ou seja, é muito pequeno em relação àqueles profissionais

preparados que se apresentam nos bancos, mas que não são contratados por serem negros.

Parabéns ao Frei Davi, que está liderando essa campanha para que os negros também tenham espaço dentro dos bancos e, naturalmente, ao Ministério Público, pelo belíssimo trabalho que está realizando.

Eu gostaria que V. Ex^a considerasse como lidos, porque não pude fazê-lo, os meus dois pronunciamentos. Termino mais uma vez cumprimentando o Senador Rodolpho Tourinho, que é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, pelo brilhante movimento do qual participei com S. Ex^a na Bahia. Nós haveremos de aprovar ainda este mês. O movimento foi por S. Ex^a organizado, com a presença de lideranças daquele Estado, que, sem sombra de dúvida, tem uma história marcante na caminhada do povo negro.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, mais um caso de discriminação racial aconteceu no esporte brasileiro. Na semana passada o goleiro do Vitória da Bahia, Luis Felipe Ventura dos Santos, prestou queixa numa delegacia da capital baiana contra o ex-presidente do clube, Paulo Carneiro.

Conforme o goleiro Luis Felipe, Paulo Carneiro agrediu-o verbalmente, chamando-o de “negro safado” e “vagabundo” e acusando-o de facilitar o jogo para a Portuguesa, na última rodada da primeira fase da Série B, e que culminou com a queda do time baiano para a Série C. Há muitas testemunhas, inclusive familiares do goleiro.

O caso, embora até o momento, tenha tido pouca repercussão nacional está contando com apoio de entidades que lutam em defesa dos movimentos negros; do secretário Municipal de Reparação Social de Salvador, Gilmar Santiago; do promotor de Combate ao Racismo do Ministério Público Estadual, Lindivaldo Brito; e agora deste senador que fala.

O episódio é gravíssimo. Não é o primeiro, e sabemos que nem será o último. Posso lembrar aqui o caso do jogador Grafitte do São Paulo que também foi vítima de discriminação.

Quero insistir num ponto crucial. Precisamos denunciar amplamente e punir com o rigor da lei a prática do racismo. Mas precisamos também, educar para o respeito à diversidade racial e étnica.

Faço questão de registrar hoje também nesta Tribuna, uma ação inédita que o Ministério Público do Trabalho está movendo contra os cinco maiores

bancos privados em operação no Distrito Federal, por discriminação de gênero e raça na formação do quadro de funcionários.

O Ministério Público explica que, segundo dados do IBGE e do IPEA, que traçam uma radiografia dos trabalhadores de instituições bancárias, os negros no DF, por exemplo, representam apenas 19% dos quadros nos bancos. Só que os negros são metade da população economicamente ativa da capital.

As mulheres negras por sua vez, enfrentam dificuldades na remuneração e na ascensão funcional. Remunerações inferiores às dos homens e a falta de acesso aos cargos de confiança são fatores que agravam sua situação.

Os dados apresentados e também denúncias feitas por mulheres e por movimentos negros geraram essas importantes ações por parte do Ministério Público do Trabalho.

Mediante essas ações o Ministério está pedindo indenização por danos morais coletivos e multa diária, para que os bancos passem a contratar negros e possibilitem a ascensão profissional das funcionárias do sexo feminino.

Esse dinheiro será investido em um fundo que irá colaborar no financiamento de ações de combate à discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho.

A militância dos movimentos negros vibrou com esta importante vitória. E é assim que deve ser. Esmerecer na luta, jamais!

O Estatuto da Igualdade Racial, que considero a tão esperada carta de alforria da população negra será um forte instrumento de luta pelo fim da discriminação racial no nosso País e pela igualdade que tanto almejamos.

Tive a honra de participar, a convite do nobre Senador Rodolpho Tourinho, de audiência pública realizada na Bahia ontem, dia 26, para debater o Estatuto.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que se insisto em trazer estes exemplos de atitude contra o preconceito e a discriminação é para mostrar o quanto o governo, as instituições, o movimento negro, a sociedade, enfim, cada um de nós, pode e deve colaborar para o despertar da consciência humana.

Sim porque, este despertar, é a única forma que nós temos de transformar o mundo, de gerar o bem do coletivo.

Não são somente os negros que alcançam seu lugar de direito no contexto social quando ações como as que descrevi são levadas a termo.

Na verdade quem ganha, é a sociedade, que recupera sua consciência adormecida e faz aflorar sua capacidade de justiça e de humanidade!

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, o segundo assunto eu gostaria de parabenizar a TV Senado pela exibição do documentário Missões Jesuíticas "Os Guerreiros da Fé" que teve a direção dos jornalistas Deraldo Goulart e Chico Sant'ana; produção de Adriana Moreira e Laice Machado; fotografia de Jair Brito e Marcos Feijó, bem como o diretor deste órgão de comunicação, jornalista James Gama.

O documentário – Missões Jesuíticas: os guerreiros da fé – integra a série Senado Documento, que tem por objetivo debater os grandes temas da história nacional. O programa procura analisar e dimensionar a influência dos jesuítas no território sul-americano, em especial na região dos Sete Povos das Missões. Foram ouvidos especialistas de todas as correntes e escolas: religiosos, historiadores, lingüistas, arquitetos, sociólogos, além de especialistas em patrimônio histórico e folclore.

A criação das Missões Jesuíticas contribuiu para a construção de um modo de vida que caracteriza o Sul do Brasil, mas também deixou raízes na economia, nas artes, na cultura e na identidade brasileira. É exatamente esta herança que o Senado Documento, Missões Jesuíticas: os guerreiros da fé, busca resgatar para o conhecimento da sociedade.

Quando o velho continente era dominado pelos sistemas feudais, existiu uma república no cone sul da América. A República Guarani, como ficou conhecida, tinha entre seus mentores os padres jesuítas, que organizaram os índios guaranis e tapes num avançado sistema coletivo de produção.

Seu território chegou a abranger 30 cidades, que abrigava uma sociedade sem classes, ordeira e pacífica. Tamanha ousadia, política e social, era demais para as poderosas nações da península ibérica que dividiam o domínio do território sul-americano.

A decadência das reduções começa com o Tratado de Madrid de 1750, assinado pelas coroas espanhola e portuguesa, que determina a troca da colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões.

Os índios guaranis se recusam a sair do nordeste do Rio Grande do Sul. A república foi invadida pelos dois exércitos e praticamente dizimada, gerando heróis como o cacique Sepé Tiaraju, que bradou a lendária frase: "Esta terra tem dono ...Ela nos foi dada por Deus e São Miguel".

Sepé Tiaraju, lutou até 1756, quando, morre em combate, na batalha de Caibaté, junto com mais 1500 índios numa chacina que decretou o fim das Missões. Nenhum outro episódio da história brasileira é tão pouco lembrado como o massacre perpetrado por Portugal e Espanha contra os povos missionários do Rio Grande do Sul.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passados apenas 7 meses desde a última eleição para o terceiro cargo da República, que é o de Presidente da Câmara dos Deputados, estamos novamente envolvidos num clima pré-eleitoral.

E, mais uma vez, vemos a base governista dividida e o Poder Executivo usando de todos os artifícios para interferir nas decisões e prerrogativas do Poder Legislativo.

Os jornais desse fim de semana estamparam em suas manchetes a liberação de R\$500 milhões para as emendas parlamentares, com o objetivo explícito de tentar viabilizar a eleição do candidato ungido pelo Palácio do Planalto, o ex-Ministro Aldo Rebelo.

Os de hoje já falam em uma reforma ministerial para acomodar os partidos que vierem a apoiar o candidato do Presidente Lula. Os Ministros do PMDB foram convocados pelo Palácio do Planalto para apresentar suas listas de apoio. Até um possível apoio à queda da cláusula de barreira já foi prometido aos partidos menores.

Essa liberação de recursos deixou a todos surpresos, já que até então o discurso do Governo era de arrocho e de grandes contingenciamentos orçamentários para áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança e saneamento público.

Só no mês de setembro, Sr. Senador Mão Santa, o Governo do Presidente Lula liberou mais emendas parlamentares do que nos oito meses anteriores.

A que será que se deve tanta presteza? A assessoria técnica da Liderança do PFL na Câmara divulgou levantamento da liberação de emendas parlamentares que confirmam o uso das verbas pelo Governo. O PFL, que é o terceiro maior partido, ficou apenas em sétimo lugar, e a maioria das emendas foram exatamente para os partidos da base do Governo.

Segundo uma declaração muito feliz do Deputado José Carlos Aleluia, essa tentativa de corromper os Parlamentares é uma forma de humilhação do Legislativo. Agora não tem mensalão, mas tem o que podíamos chamar de emendão.

De fato, sai o mensalão e entra o emendão. Tudo ao arrepião da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que considera crime de responsabilidade usar as verbas

orçamentárias para negociar apoios políticos com Parlamentares. Isso já está na LDO. Foi incluído na LDO do ano passado, que vale para o orçamento deste ano. Mas o Governo não cumpre.

Mais uma vez o Governo Lula foi flagrado em uma tentativa indevida de interferir na autonomia do Congresso Nacional. O Partido dos Trabalhadores, que deveria buscar uma candidatura suprapartidária, acabou sendo atropelado até pelo Presidente Lula. Depois de reunir a bancada para indicar o nome do Deputado Arlindo Chinaglia, o PT foi forçado a renunciar ao candidato próprio para apoiar, compulsoriamente, o Parlamentar do Partido Comunista do Brasil, Deputado Aldo Rebelo.

O Deputado Aldo Rebelo é um parlamentar respeitável, com um passado limpo, mas o fato de ter exercido postos-chaves do Governo, como Líder na Câmara e Ministro da Coordenação Política, exatamente no período em que ocorreu o mensalão, acaba por colocar dúvidas sobre uma eventual isenção dele no exercício da Presidência da Câmara, especialmente no período em que os deputados envolvidos nos escândalos estão sendo julgados por seus pares.

É oportuno lembrar que o Deputado Rebelo foi citado por Roberto Jefferson como um dos que tinham informações ou que foram informados por ele, Roberto Jefferson, sobre o mensalão. Teria feito gestões no Congresso Nacional e concluído que não havia o citado esquema. Isto o torna em condições de ser chamado para depor em CPIs, na Comissão de Ética e na Corregedoria da Câmara dos Deputados.

Além disso, para reforçar essa dúvida que paira sobre o candidato do Planalto, devemos lembrar que ele foi arrolado como testemunha de defesa do Deputado José Dirceu há poucos dias. Seria possível o Deputado conduzir o julgamento do ex-Ministro sem que fique qualquer dúvida no ar?

A candidatura imposta do Ministro Aldo Rebelo deixa claro que o Governo decidiu comandar a Câmara dos Deputados sem intermediários, já que até há pouco tempo o candidato oficial do Governo foi coordenador político do Executivo.

Há de se ressaltar ainda que, em passado muito recente, Aldo Rebelo foi impiedosamente torpedeado por petistas quando ocupou o cargo no Palácio do Planalto, o que o levou a declarar “sou um sobrevivente” logo depois de sua indicação palaciana.

Entre seus torturadores, destaca-se o Deputado José Dirceu. Hoje, estes mesmos agressores estão sendo constrangidos a apoiar S. Ex^a.

Não é à toa que os Parlamentares do próprio PT têm vindo a público para criticar a escolha do Presidente Lula. O Deputado Walter Pinheiro, da Bahia,

disse: "Fizeram uma escolha sem consultar ninguém. A Câmara está se submetendo ao Senado, pois o nome veio sugerido de lá. O Aldo é uma boa pessoa, mas ele não ganha".

O Governo Lula erra novamente ao não buscar um acordo no âmbito do Legislativo. E com a sua proverbial inabilidade coloca em risco a estabilidade política do País.

Finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar a figura do candidato que, a meu ver, é o que tem melhores condições de representar a Câmara nestes dias negros que atravessamos: o Promotor de Justiça, Deputado há 23 anos, José Thomaz Nonô.

Não quero cometer o mesmo abuso do Presidente Lula de intervir na eleição da Câmara dos Deputados. Quero apenas de dar o meu testemunho sobre a figura pública do Deputado Nonô, com quem tive a oportunidade de conviver por 16 anos na Câmara, e agora por mais seis anos, ele Deputado e eu Senador, como Parlamentar da bancada do Nordeste na Câmara.

Portanto, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados certamente reagirá à interferência indevida do Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo da ordem de inscrição dos oradores.

S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e uma prorrogação máxima de dois minutos, se for necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus esta sessão estar sendo presidida pelo Senador Papaléo Paes. Senador Leonel Pavan, o Senador Papaléo Paes foi prefeitinho lá do Amapá, como eu o fui e como V. Ex^a, que está ligado com o mundo.

Leonel Pavan, tenho uma grande admiração por V. Ex^a. Dos 81 Pares que aqui há – sei que aqui há ex-Presidente da República, ex-Vice-Presidente, Ministros, pessoas que foram duas ou três vezes governadores de Estado, como eu, juristas; há muita autoridade... Quando olho assim, ninguém supera o nosso Leonel Pavan, porque ele tem um título que a meu entender – e eu entendo bem, procuro entender as coisas por meio do estudo e das inspirações de Deus – é o mais importante instrumento da democracia: o de prefeito.

Senador Amir Lando, a presença de V. Ex^a, que simboliza o saber jurídico, faz reviver Rui Barbosa,

que disse só haver um caminho e uma salvação: a lei e a justiça.

Por que o Senador Leonel Pavan está aqui? Ele foi prefeito por três vezes, foi o único. Ele é o julgamento. Ele teve a sabedoria de administrar. O prefeito é o único que administra o povo, que não está na Alvorada nem na Granja do Torto. Só estão lá aqueles traquinos amigos do Lula. O povo, não. O povo está na cidade, mora na cidade.

Nós, que somos da ciência médica, aprendemos biologia, que a base de tudo é a célula do corpo. A célula da Nação é o Município. Lá começa a vida que se vive. Quero lhe dizer que somos privilegiados.

Por que o Leonel Pavan está aqui? S. Ex^a é conhecido. Foi um extraordinário Prefeitinho. Quando eu era Governador do Estado do Piauí, fui ao Estado dele buscar uma multinacional – era a Ceval, depois foi a Bunge – para desenvolver o Piauí na plantação de soja. E, na cidade de Uruçuí, implantamos a Bunge para beneficiar a soja. Fui ao Espírito Santo negociar, e hospedaram-nos na beleza da cidade de Camboriú – Gaspar fica próximo.

E vi o encanto, Senador Paim. Em um bar, comi um peixe muito bom – lembro que era salmão com maracujá –, e o povo me reconheceu. Na época, eu era Governador. Perguntaram-me: "Governador Mão Santa, o senhor não conhece o Leonel Pavan?" Lula é operário, Leonel Pavan foi garçom, não traiu ninguém e está aqui. E Deus nos aproximou. Vi o entusiasmo do povo, no bar, comentando: "Mas o senhor vem aqui e não conhece o Leonel Pavan? Ele foi um garçom como nós, um grande líder, um grande prefeito." Eu disse: "Não, não conheço". Fiquei com aquele trauma. E Deus nos coloca juntos no Senado.

Por que Leonel Pavan está aqui? Porque foi Prefeito, em 1989. Atentai bem! Milhares de Prefeitos estão aqui em marcha. E está aí o "Lulinha Paz e Amor", sem estudo, sem saber, general da incompetência. Nunca dantes houve isso! Milhares e milhares estão aí em uma marcha – antigamente quem marchava era soldado, em 07 de Setembro, e o povo aplaudia; agora, o povo vaia o Presidente no Dia da Independência. E por que os Prefeitos estão aí, Senador Leonel Pavan? Eles poderiam ter vindo só, mas há uma marcha de Prefeitos. Aprendi que marcha era feita por soldados, e havia música. Mas marcha de Prefeitos?

Senador Amir Lando, desobedecem à lei e à Justiça, à Constituinte, que Ulysses beijou. Senador Paulo Paim, desrespeitar a Constituição é rasgar a Bandeira. A regra está lá na Constituição, "Lulinha Paz e Amor". Leia pelo menos a Constituição. A Bíblia nunca leu. Deve-se obedecer ao que está na Constituição que Ulysses beijou. A regra está lá! Por isso, Senador Leonel

Pavan, V. Ex^a está aí e eu estou aqui. Fui Prefeitinho naquela época, em 05 de outubro de 1988. Homens como Amir Lando e Paulo Paim a fizeram.

Lula, está lá escrito! O bolo, o imposto é normal. Está na Constituição. É justo pagar a Cristo imposto? “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. É justo, mas o bolo a Constituição dividiu: 54% para a União, para o Governo Federal, para o Lula; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios; e 2% para os fundos constitucionais. E atentai para a gravidade: aumentou a quantidade de Estados. O seu Estado, por exemplo, Senador Papaléo, é novo, assim como Tocantins. Municípios, só eu criei 78. Então, a receita diminuiu.

Além disso, há a fome dos presidentes e a fome galopante desses famintos, larápios do PT. A União está levando mais de 60%, e os Prefeitos estão com 14%. Aumentamos 1%. Esse Governo – que não é “paz e amor” – é incapaz, incompetente, despreparado. E estão aí os Prefeitos. Leonel Pavan está aqui porque, quando ele governou, era exaltado pelo povo, e a cidade cresceu bela. O índice era de 21,5% e diminuiu para 14%. A fome, a roubalheira do PT.

Ouço o aparte deste homem que simboliza Rui Barbosa no plenário, pelas suas virtudes e por seu saber jurídico, Senador Amir Lando, do meu PMDB dos autênticos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, quero alertar V. Ex^a de que o seu tempo já se esgotou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas não se esgotou a paciência, a sensibilidade e a bondade do Presidente. E o apelo que fazemos é...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...por aqueles heróis da administração, que são os nossos Prefeitos, que V. Ex^a representou.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Peço ao Exmº Senador Amir Lando que seja breve na sua intervenção.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero lembrar o passado de V. Ex^a, como Prefeito, que o trouxe aqui, para gastarmos um pouco mais de tempo para saciar a necessidade dos nossos Prefeitos e ver se esse Presidente tem sensibilidade e lê ao menos esse artigo da Constituição que divide as receitas da União.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Mão Santa, V. Ex^a, mais uma vez, brinda esta Casa com esse discurso vibrante por uma causa nobre. V. Ex^a tem toda razão. O Município é a **cellula mater** da República. No Município as pessoas moram e ali se resolvem as questões concretas do dia-a-dia da vida de cada um, das demandas sociais, das necessidades

mais prementes. Ali se responde à necessidade da população. V. Ex^a aqui traça esse libelo. Nós devemos prosseguir nisso e isso perseguir: a maior participação dos Municípios no bolo tributário, em que vemos cada vez uma redução maior. É um crime que se comete contra as instituições republicanas, porque, como sabemos, no Município a população fiscaliza. Ali o desvio é visualizado de maneira imediata, e as correções podem acontecer também de pronto e de maneira eficiente. Solidarizo-me com V. Ex^a e digo que realmente se governa de longe, mas – como disse Napoleão – se administra de perto. Nós queremos administração. Esse Brasil precisa de um choque de gestão, que começa no Município, porque a população participa. Hoje o Município é uma célula participativa, e não há dúvidas de que precisamos avançar no sentido de deslocar mais verbas para o Município. E com certeza serão mais bem aplicadas, porque ali a população está presente. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Corroboro com as sabedorias ditas aqui pelo nosso Senador Amir Lando e imploro para que também seja ouvido o aparte do Senador Leonel Pavan, que foi a fonte de inspiração do nosso pronunciamento. S. Ex^a foi Prefeito por três vezes e chegou aqui porque apenas se obedecia à Constituição e havia mais recursos na prefeitura.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente Papaléo Paes, agradeço sua gentileza por me conceder um tempo a mais. Quero cumprimentar o Senador Mão Santa, um dos homens públicos mais corajosos de nosso Congresso Nacional e do Brasil, uma pessoa que, desde o primeiro dia em que aqui esteve, veio cobrando do Governo Federal mais transparência na distribuição dos recursos e no atendimento aos Estados, bem como o respeito aos Municípios. O Senador Mão Santa tem feito isso ao longo desses dois anos e meio – quase três anos –, avisando o Governo Lula de que, se não se mudasse a forma de governar, poderia chegar ao final com um índice de reprovação maior do que de aprovação. E o Senador Mão Santa está com a razão. Hoje, a reprovação supera a aprovação. Por quê? Porque não se respeitam as bases, não se respeita o povo que sofre, que precisa de saneamento, educação, saúde, investimentos na área social. E o elo dos recursos constitucionais do Governo Federal com os Municípios é o Prefeito, que é cobrado pelas entidades, pelas associações de moradores, pelas donas-de-casa, pelos idosos, pela juventude, por toda a sociedade. Na igreja, nas ruas, nas praças, em eventos como um casamento, o Prefeito, todas as horas, está sendo visto pela comunidade, que cobra, e ele não tem mais o que dizer. Por quê? Porque ele votou e acreditou num homem que disse que abriria a porta

do céu, que atenderia os Municípios, que seria um Presidente municipalista, sendo que, na verdade, abriu a outra porta: a da desgraça, da desesperança. Os Prefeitos estão aqui, Presidente Papaléo Paes e Senador Mão Santa, pedindo apenas que o Presidente cumpra o que prometeu em campanha eleitoral, distribuindo os recursos para os Municípios, pois eles não podem atender os seus Vereadores, não podem atender as suas comunidades se o Presidente, autoridade maior deste País, não distribuir os recursos como deve ser. Os Prefeitos estão pedindo socorro. Eles vêm para cá de “pires na mão”, pedindo migalhas, esmolas, e voltam mais pobres ainda, sem esperança e, principalmente, envergonhados por terem votado em um homem que prometia atender aos Municípios, mas que não está fazendo. Ainda é tempo. Esperamos que o Lula acorde. O projeto de lei está lá na Câmara; é só liberar para votar. Se ele for votado, vai-se dar o mínimo de atenção e respeito aos Prefeitos deste País. Parabéns, Senador Mão Santa, pelo seu brilhante pronunciamento, como sempre, respeitando o povo brasileiro!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, há necessidade que se compreenda, mas o núcleo duro não comprehende nada e é difícil fazer o Lula aprender as coisas.

Então, eu diria o seguinte: a Constituinte aumentou as responsabilidades dos Prefeitos. Eles são responsáveis pela educação, pela saúde, pela assistência social. A Constituição lhes garantiu 21,5% do bolo do Orçamento.

Mas este governo foi esfomeado e irresponsável criando vários Ministérios. Havia 15 ou 16 e, de chofre, a incompetência aumentou para 38. Criou até Ministério das Cidades; mas se ele está acabando com as cidades... Bastaria devolver o que lhes manda a Constituição. Mas o que esperar de um Governante que não obedece nem às Leis de Deus e à Constituição. O que se vê é o “roubarás!”, ao invés do “não roubarás!”.

O caso deste Governo, Senador Eduardo Suplicy, não vamos resolver aqui nem com *impeachment*. A destinação deste Governo, a destinação de todos eles é o inferno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, das lembranças mais vivas que tenho de meu pai, Paulo Cochrane Suplicy, falecido em 1980, aos 77 anos, destaco as suas

palavras sobre por que preferia nunca ter armas em casa, no automóvel ou mesmo ao seu alcance. Lembro que sempre recomendava aos seus onze filhos – eu sou o oitavo – que respeitassem os outros, evitando ficar com raiva ou furiosos com os interlocutores, por mais difícil que pudesse ser a situação. Ao mesmo tempo, recomendava que fôssemos assertivos, defendendo com firmeza o nosso ponto de vista, fosse qual fosse, garantindo, assim, o respeito dos outros.

Com freqüência, o meu pai relatava casos de vítimas de violência, de acidentes domésticos ou ocorridos na rua, pessoas que morriam ou eram gravemente feridas por armas de fogo que, se não estivessem próximas, a tragédia seria evitada. Para mim, seus ensinamentos foram fortes, tanto que, até hoje, aos 64 anos, nunca senti necessidade de ter arma de fogo em casa.

Com o passar dos anos, tornei-me, cada vez mais, um admirador dos defensores de transformações da sociedade por meios não-violentos. Aprendi a admirar as teses e os exemplos de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr., de que devemos lutar pelo que acreditamos com toda a nossa força, sem nos conformar com a lentidão das transformações, mas sempre procurando enfrentar a força física com a força da alma.

É com entusiasmo e convicção que vou participar e registrar o meu voto a favor do desarmamento no Brasil no dia 23 de outubro. Em primeiro lugar, creio que é preciso saudar a utilização, entre nós, do instrumento de consulta popular, como o referendo e o plebiscito, para a tomada de decisões que afetam toda a população. É muito positivo que as recomendações nesse sentido de grandes juristas como Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari e Celso Antônio Bandeira de Mello começem a ser colocadas em prática.

Segundo, respeitando as vozes daqueles que acreditam ser necessária a liberdade de comercialização de armas de fogo, sobretudo, como dizem, para que possam defender-se de bandidos, de assaltantes ou até de estupradores de suas mulheres ou filhas, lembro os argumentos que têm sido expostos pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelos que vêm empenhando-se a favor do “sim” no referendo, como o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

Os números demonstram bem: houve um aumento significativo do número de mortes por armas de fogo no Brasil nos últimos 13 anos. Em 1992, foram 16.729; em 98, 30.211; em 2003, 39.325. Foi então que se desencadeou uma forte reação com a aprovação do Estatuto do Desarmamento e da campanha de entrega de armas,

com resultados positivos. O número de homicídios por arma de fogo em 2004 caiu para 36.119.

O Estatuto do Desarmamento assegurou ao Poder Executivo os meios de se controlar o comércio e o uso de armas de fogo e ainda estimulou a população a entregar as suas para reduzir o estoque das existentes. De julho de 2004, quando se iniciou a campanha de recolhimento, até o início de setembro, o Governo já havia recolhido 451.542 armas. Espera poder completar mais de 500 mil armas recolhidas até a data do referendo.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Os números do Ministério da Saúde mostram que a maior diminuição de mortes por arma de fogo se deu exatamente nas regiões do Brasil onde as campanhas de recolhimento foram mais bem-sucedidas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Estima o Ministro Márcio Thomaz Bastos que essa campanha possa explicar as 5.563 vidas poupadadas em 2004.

Na verdade, segundo levantamento do FBI, para cada sucesso no uso defensivo com arma de fogo, há 185 mortes com essas próprias armas. É uma questão, pois, de bom-senso. Basta lembrar quantas vezes observamos desavenças banais que, certamente, poderiam ser resolvidas por meio do diálogo e da negociação transformarem-se em tragédias irreversíveis. Diariamente, no trânsito pesado das cidades, por exemplo, muitos motoristas perdem a cabeça e passam a se xingar, por pouco não chegando a brigas físicas, que às vezes acontecem de fato. Se um deles tiver uma arma, a probabilidade de tragédia é altíssima.

Para viver num Brasil mais seguro, teremos de fazer muito mais para que a nossa sociedade se torne mais justa e, em consequência, resulte na paz social. O “sim”, pelo desarmamento, é um passo na direção correta.

Ao concluir, ressalto três pontos que o Ministro da Justiça considera importantes:

O referendo de outubro diz respeito à entrada em vigor do art. 35 do Estatuto do Desarmamento. Caso a população decida pela não-adoção da proibição de comércio de armas e munições, a política nacional de controle de armas de fogo permanece como está. Caso a população decida pelo “sim”, a política do controle de armas aprofunda-se e completa-se.

Completa-se, inicialmente, pelo fato de as armas continuarem disponíveis apenas àqueles diretamente ligados à segurança pública. As munições também estarão disponíveis apenas a esses órgãos, sendo nelas todas marcadas, por força de portaria do Governo Federal, a origem e a corporação de destino. As munições, que são hoje vendidas quase que livremente, passarão

a receber controle estreito, reduzindo ainda mais a letalidade do estoque de armas em circulação.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Estou terminando, Sr. Presidente.

Eleições ditam mudanças políticas. O referendo de outubro busca saber da população se está preparada para uma mudança social de grande alcance, se seremos, em poucos anos, capazes de viver em um Brasil mais seguro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Supilcy, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, por permuta com o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança do PL antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a está inscrito, Senador Marcelo Crivella.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de inscrever-me como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO) – Sr. Presidente, chegará à Mesa uma delegação do meu Partido para falar antes da Ordem do Dia, e peço a V. Ex^a que me inscreva na ordem dos demais Líderes que estão inscritos, de acordo com o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa aguarda o documento e fará a devida inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por dez minutos, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Incialmente, quero fazer uma saudação a todos os prefeitos presentes. Realmente, estamos apoiando as reivindicações muito justas dos prefeitos.

Não precisam agradecer. Fui prefeito, passei pelas dificuldades por que todos os prefeitos do País passam, principalmente das pequenas cidades, dos pequenos municípios, onde as arrecadações mal dão

para sustentar a limpeza da cidade. Sou solidário aos prefeitos e digo a todos que não percam a determinação em lutar por dias melhores para os municípios que representam.

Sr. Presidente, é com satisfação que comunico a todos que o Projeto de Lei nº 149/2003, de minha autoria, foi aprovado por unanimidade nesta Casa e na Câmara dos Deputados, transformando-se em lei no último dia 22. A Lei recebeu o número 11.179 e foi publicada na sexta-feira, dia 23. A mencionada Lei alterou os arts. 53 e 67 da Lei nº 8.906, de 1994, que é o Estatuto da Advocacia da OAB.

A alteração, Sr^{as}s e Srs. Senadores, corrigiu uma anomalia no processo eleitoral de escolha da Diretoria daquele Conselho Federal. No antigo processo, quem elegia os membros da Diretoria eram os Conselheiros Estaduais, que, na somatória dos votos, valiam um só voto por Seccional, ficando de fora os Conselheiros Federais.

Agora, Sr^{as}s e Srs. Senadores, pela Lei de que fui autor, a eleição da Diretoria se dará por votação secreta e individual de cada um dos Conselheiros Federais. Sendo assim, é o próprio colegiado que elegerá a sua Diretoria. Nada mais justo que os Conselheiros Federais elejam a sua própria Diretoria.

Só a título de comparação, é como se os Deputados Estaduais pudessem eleger os membros da Mesa do Senado Federal, ficando de fora da votação os Senadores. Nada mais justo que os Senadores elejam sua própria Mesa Diretora.

Portanto, a presente Lei, Sr. Presidente, corrigiu essa anomalia.

Aproveito a oportunidade, Sr^{as}s e Srs. Senadores, para, do Senado Federal, cumprimentar todos os advogados brasileiros reunidos na 19ª Conferência Nacional dos Advogados, na cidade de Florianópolis.

Faço votos de que a Conferência Nacional dos Advogados atinja seus objetivos e contribua com a Advocacia e com o Brasil.

Sr. Presidente, fiz questão de mencionar, neste meu pronunciamento, essa lei que foi sancionada pelo Senhor Presidente da República e aproveito para, no restante do meu tempo, fazer o registro de mais um escândalo que ocorre neste País e que, publicado em revista de grande circulação nacional, no domingo, vem realmente trazer mais momentos chocantes para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, sou representante do povo amapaense, mas não posso, de maneira alguma, deixar de lado a minha região, a nossa região, que é a Norte, muitas vezes sacrificada, muitas vezes mal olhada pelo Governo Federal. Realmente, nesta tribuna,

temos um ponto de apoio para chamar a atenção de todo o Brasil.

Venho a esta tribuna hoje para falar de um terrível fato que parece ser o elo de uma grande corrente, mas está sendo tratado como um fato isolado, que é o escândalo da arbitragem no futebol.

É importante esse tema? É sim. Esse tema envolve o povo, envolve o País pentacampeão do mundo, envolve o País que já usou, nos seus diversos momentos políticos, o futebol como grande dissimulador de graves questões internas. Então, o futebol é muito importante para todos nós, sim.

Refiro-me ao escândalo da arbitragem, contaminada para atender a interesses escusos, que visam ao ganho fácil, à vantagem financeira sem correr risco e ao enriquecimento ilícito.

Há um réu confesso, Senador Pavan. Pergunto: acabaram-se os problemas? Teria sido mesmo só um árbitro? Apenas árbitros foram envolvidos? A "análise" feita da atuação do árbitro aprisionado, naquilo que parece a primeira teia da atuação policial, concentra-se apenas em lances capitais. Mas será que apenas esses lances são representativos de uma ação direcionada ao cumprimento efetivo de um acordo espúrio?

Há suspeitas, e muitas, no ar. Há necessidade de se rever tudo, deixando de lado essa mania de "remover a sujeira para baixo do tapete", só reconhecendo como verdadeiras, e mesmo existentes, as atitudes flagradas, confessadas, tornadas públicas. É preciso haver seriedade nas investigações feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, e a sociedade precisa de esclarecimentos comprobatórios de que houve apenas esse fato isolado.

Lances capitais! As autoridades esportivas falam em "lances capitais", como se noventa minutos se resumissem e se condensassem em meros segundos.

Não vou me arvorar em analista esportivo, mas sou, como a grande maioria da população brasileira, amante e espectador de futebol. Ora, senhores, têm-se visto muitos lances neste campeonato brasileiro que são motivo de uma desconfiança generalizada. Por isso, apelo ao Poder Legislativo que fique atento, pronto a intervir caso as investigações se configurem direcionadas a uma grande acomodação, que só à elite futebolística interessa. Nosso País está passando por uma série de escândalos, e esses escândalos estão em todas as partes ou em quase todas as partes da sociedade; e, agora, chegam ao futebol.

Por isso, Senador Leonel Pavan, chamo a atenção para a necessidade de instalarmos até uma CPI do Futebol, para analisarmos com segurança e determinação mais um fato importante de cujo esclarecimento a sociedade brasileira precisa.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a que me concedesse, uma vez que sou orador inscrito, mais dois minutos pelo menos, para eu encerrar o meu pronunciamento e conceder um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Papaléo Paes, primeiro, quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a sempre demonstrou espírito público muito grande, sempre preocupado com as injustiças. E quer justiça neste caso.

O motivo que certamente levou muitos clubes à falência e à segunda divisão deve ter sido justamente essa máfia da arbitragem. Até gostaria de questionar se não foram os responsáveis por levar o meu Grêmio à segunda divisão. É possível que tenha ocorrido isso. No pronunciamento de V. Ex^a, que cobra justiça, também vou cobrar justiça. Acredito que o responsável pela segunda divisão do Grêmio foi a arbitragem.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos.

Como homem da Amazônia, repito, não me callarei ante as atitudes que, tudo indica, objetivam isolar a Amazônia do resto do Brasil, como se nós, que temos o orgulho de ter um único clube representando o Norte do Brasil, que é o Paysandu Sport Clube, não fôssemos brasileiros.

Basta, senhores! O tempo das ditaduras acabou. Os integrantes dos tribunais devem ouvir os seus pares e os reclamos da sociedade, que pugna por um esclarecimento real e definitivo. Se a reação das autoridades esportivas for tímida, que a Polícia Federal amplie a sua atuação para esclarecer os fatos.

Vamos ficar atentos, senhores; há suspeita de mais coisas podres. Não vamos deixar que clubes brasileiros, como o nosso Paysandu, que representa o Norte do País, sejam expurgados da competição em razão da máfia da arbitragem. Voltaremos ao assunto, Sr. Presidente, sempre que entendermos que não está sendo feito tudo o que precisa ser realizado, sempre que entendermos que a Amazônia, neste caso específico representada por um único clube, o Paysandu, estiver sendo esbulhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição na ordem de

oradores, pelo Partido da Frente Liberal, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a fica devidamente inscrito, em segundo lugar, logo após o Senador Leonel Pavan, para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência deseja registrar a presença de integrantes do Comando Nacional de Greve da Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior: Professor Althen Teixeira Filho, da Universidade de Pelotas; Professora Gislene Alves, da Universidade Federal de Juiz de Fora; Professor Josevaldo Cunha, da Universidade Federal de Campina Grande; Professor Jacob Paiva e Professora Rosimê Meguins, da Universidade do Pará.

Para nós, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é uma honra a presença dos Srs. Professores, que fazem uma justa reivindicação. Tenho certeza de que esta Casa não apenas ouvirá, mas participará desta importante luta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, de acordo com o Regimento desta Casa, o nobre Senador Marcelo Crivella, para uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, o Senador Osmar Dias, para uma comunicação de interesse partidário, pelo PDT, e, como orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero, neste momento, me associar às congratulações pelos 70 anos da Rádio Tupi.

Uma das primeiras grandes rádios do Brasil, a Rádio Tupi AM, inaugurada no meu Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1935, fruto da genialidade do líder do grupo Diários Associados, o jornalista paraibano Assis Chateaubriand, já nasceu pujante. Tanto que, dois anos depois, a Tupi chegava a São Paulo com força total.

O nome indígena surgiu da criatividade nacionalista de Chateaubriand. Aliás, a partir da rádio, ele criou outras cadeias – todas com nomes de tribos indígenas – e essa ficou conhecida como a “Taba Associada”.

À época da inauguração, o Brasil passava por um período de conflitos. Exércitos, rebeliões militares, revoluções, dentre outras atrocidades ocorridas no País, foram cenários pouco convidativos para a entrada da emissora no ar.

Porém, tantas idéias expostas precisavam ser divulgadas à sociedade. Os jornalistas não tinham a liberdade que gostariam de ter para colocar suas opiniões. Portanto, a Tupi surge como um importante veículo para articular as novas idéias que nasciam no

seio de nossa sociedade. E os jornalistas, mais do que ninguém, sabem disso.

Em meio àquela avalanche, o visionário Chateaubriand conseguiu fazer da Rádio Tupi um meio pelo qual as notícias eram mescladas com entretenimento, política e economia. A emissora analisava também o sentimento nacionalista que era colocado pelo Estado Novo. Uma mistura extraordinariamente perfeita.

Vendo como fonte proveitosa o carisma dos artistas e profissionais que tinham destaque na emissora, o Velho Capitão – como era chamado Chateaubriand – explorou de forma magnífica os talentos da música brasileira.

Na inauguração da rádio, por exemplo, foi executado o Hino Nacional Brasileiro pela Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a regência do maestro Heitor Villa Lobos. Tocou-se pela primeira vez a música “Aquarela Brasileira”, de Ary Barroso.

Nomes famosos participaram dos primeiros anos da Tupi, como Marlene, Emilinha Borba e Ary Barroso, que estreou em 1936 como narrador de futebol tocando sua gaita na hora do gol. A emissora contou também com Luiz Gonzaga, compositor de “Asa Branca”, que se tornaria um clássico da música popular brasileira.

Até hoje, a Tupi tem seu lugar entre as emissoras, cumprindo importante papel na história brasileira. A Rádio Tupi está em constante crescimento e sua tecnologia avançou tanto que hoje alcança todas as “tribos”, como anteviu o seu criador.

Hoje, também, Sr. Presidente, comemoram-se os 52 anos da TV Record, que foi inaugurada em 27 de setembro de 1953. A Record, então “canal 7”, foi a terceira emissora de televisão a surgir na capital paulista, fundada pelo empresário Paulo Machado de Carvalho.

Num sentido estrito, a expressão “Jovem Guarda” designou programa da TV Record, estreado em setembro de 1965, comandado por Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléia. Hoje, todavia, a expressão define gênero musical também conhecido como iê-iê-iê.

Na década de 50, embora as três emissoras existentes (Tupi, Record e Paulista) produzissem todo tipo de programação, a TV Tupi caracterizou-se pela emissão de teledramaturgia, e a TV Record se definiu pela linha de *shows* humorísticos e musicais. A TV paulista realizava teleteatros, musicais, telejornalismo e humorismo, mas sem se caracterizar por um gênero preferido.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O aparte não diz respeito ao tema do brilhante pronunciamento de V. Ex^a, mas para comunicar ao Presidente Eduardo Siqueira Campos que está havendo um massacre contra os prefeitos. Eles estão sendo sufocados. São centenas de prefeitos que não conseguem subir as escadas. A Segurança tenta colocar ordem, mas é preciso que sejam tomadas providências urgentes, pois há prefeitos sendo pisoteados na subida da escadaria para o Salão Azul. É preciso que sejam tomadas providências urgentes quanto ao que está ocorrendo na subida para o Salão Azul. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Marcelo Crivella, vou interromper V. Ex^a, já descontando automaticamente o tempo, para que esta Presidência possa responder ao Senador Leonel Pavan.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência já convocou o Diretor responsável pela Secretaria de Segurança da Casa, que estará aqui para prestar os esclarecimentos devidos a este Presidente, que pediu a adoção imediata de medidas que assegurem a livre manifestação e o devido respeito nos corredores e no recinto do Congresso Nacional.

Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Antes que V. Ex^a conclua o discurso, gostaria que me concedesse um aparte.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Com o maior prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Fala V. Ex^a sobre a TV Record.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Tupi e Record.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Tupi e Record. E sobre o aniversário, mais de meio século. Eu estava no Rio de Janeiro, era estudante, quando surgiu a TV Tupi e, a partir daí, a TV Record, que foi um desmembramento posterior, a partir de determinado instante, em que se criaram algumas cadeias de televisão. Em verdade, a TV Record desde aquela época presta relevante serviço à nação brasileira não apenas por ser a terceira maior cadeia, mas porque a sua programação é de excelente qualidade. Quero cumprimentar, com a permissão de V. Ex^a que está na tribuna, todos os diretores, artistas e jornalistas que fazem a Record. Quem dirige o jornalismo da Record é Boris Casoy, que todos admiramos como um dos jornalistas mais

competentes, mais austeros e prestigiados deste País. Isso demonstra, Senador Crivella, o cuidado da Record para com a sua programação e os seus noticiosos. Quero dizer que estou sempre ligado na Record por tudo quanto ela representa, no convencimento de que ela presta, como disse no início, transcendental serviço social ao nosso país. Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa que tem de trazer este assunto ao plenário do Senado Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Muito obrigado, Senador Lobão.

Sr. Presidente, concluo lembrando que, ao comemorarmos o aniversário da Tupi e da Record, lamentamos o falecimento de Ronald Golias, 76 anos, que fez parte da Família Trapo e de outros grandes programas da Record, ocorrido esta madrugada, vítima de infecção generalizada decorrente de infecção pulmonar. Vai Ronald Golias descansar ao lado do Pai, enquanto nós festejamos emissoras que permitem que talentos brilhem na constelação desta Pátria.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente, mais uma vez.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a fala em Ronald Golias, eu falo também em Raul Gil. É bom lembrar o nome desse artista extraordinário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Pois não. É que Ronald Golias faleceu esta madrugada de infecção pulmonar. Quis o destino que falecesse no dia do aniversário de duas emissoras que lhe deram abrigo e em cujos palcos brilhou. Refiro-me à Tupi e à Record.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – E merece nossos cumprimentos V. Ex^a por lembrar também Ronald Golias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Marcelo Crivella, eu me associo a V. Ex^a. Assim fazendo, é claro que me associo às comemorações do 52º aniversário da TV Record e refiro-me a quem faz a Record respeitada, a quem a faz ouvida, que são os seus dirigentes e atores. Como político, eu me permito saudar a Organização Rede Record de Televisão na pessoa daquele que eu mais ouço: Boris Casoy, que em seu tradicional noticiário para o Brasil, com firmeza, expressa a sua opinião, manifesta o seu ponto de vista. A TV Record, como disse V. Ex^a, também o Senador Edison Lobão, em aparte, presta relevantes serviços à sociedade brasileira. Devemos muito à organização que V. Ex^a, em bom momento, está saudando da tribuna. Sei que V. Ex^a também é um dos que contribui para a grandeza da Record. Quero cumprimentá-lo e

associar-me à sua manifestação, uma vez que V. Ex^a permitiu o aparte e, consequentemente, que essas modestas palavras fizessem parte de seu discurso. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Sr. Presidente, peço que faça constar em meu pronunciamento os brilhantes apartes do Senador Edison Lobão e do Senador Ramez Tebet.

Agradeço muito a V. Ex^a a prorrogação do meu tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias, a Presidência registra a presença do Prefeito Júnior Bandeira, da cidade de Lajeado na tribuna de honra.

A Presidência deseja esclarecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, caso o assunto seja levantado novamente pela ordem, que, com o intuito de contribuir com nossos prefeitos, respeitados por todos nós e a cuja causa somos sensíveis, foi cedido, na negociação, o Auditório Petronio Portela, para que eles possam ouvir a palavra dos Srs. Senadores e também proceder a suas manifestações, de acordo com as normas da utilização dos espaços desta Casa. Assim, esta Presidência pede as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que contribuam para que possamos ter sempre esta Casa a serviço das boas causas em favor do povo brasileiro, dos Municípios brasileiros, mas dentro também do que estabelece nosso Regimento quanto ao uso das dependências do Senado Federal. Portanto, essa é uma tarefa de todos nós e não apenas desta Presidência.

A Presidência determinou que sejam assegurados todos os direitos aos Srs. Prefeitos. Colocou o auditório à disposição deles e pede a colaboração de toda a Casa para que tudo transcorra no clima de normalidade.

Senador Osmar Dias, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tumulto está formado ali fora do plenário, e há uma preocupação dos Senadores que estão no plenário. Tanto a Câmara quanto o Senado foram tomados por prefeitos e vereadores de todos os Estados brasileiros. É um tumulto que preocupa, porque há irritação e até revolta por parte dos prefeitos, mas que não podem ser manifestadas dessa forma. Eu não sou daqueles que se utilizam de um momento de emoção para ir à tribuna e na gritaria tentar conquistar a simpatia daqueles que estão revoltados. Eu estou do lado dos prefeitos, mas quero falar com absoluta tranquilidade, serenidade, equilíbrio, até porque o momento exige isso.

O que leva os prefeitos a se revoltarem neste momento é a falta do cumprimento da palavra. Prometeram aos prefeitos 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios. Um por cento, Senador Jefferson Péres – V. Ex^a sempre fala muito duro e sem perder o equilíbrio e por isso eu o acompanho sempre –, é pouco dinheiro para a União, que poderia abrir mão dessa parcela, que garantirá aos municípios brasileiros a possibilidade de pagar o 13º salário de seus funcionários.

Quantos funcionários dependem dessa decisão que a Câmara já deveria ter tomado! É bom lembrar que nós aqui no Senado já votamos e aprovamos o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Hoje os municípios recebem 22,5% e passariam a receber 23,5%. Cada 1% significa mais ou menos um bilhão de reais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador, recentemente eu fui prefeito e quero dizer a V. Ex^a que a Constituição de 5 de outubro de 1988 divide o bolo da seguinte maneira: 54% para o Governo Federal – a União; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios e 2% para os fundos constitucionais. Para saciar a fome do Governo Federal, a União está levando mais de 60% e a quota dos Municípios baixou para 14,5%. Daí a revolta justa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Eu estou junto com os prefeitos nessa luta. Tenho lembrado aqui que os Municípios ficam com 14%, a União fica com 61% e os Estados, com 25%. Eles não estão aqui pedindo alguma coisa nova; estão reivindicando aquilo que o Presidente Lula lhes prometeu. Quando o municipalismo brasileiro se manifestou, o Presidente Lula e os Ministros da área econômica assumiram esse compromisso com o Senado Federal. Os Senadores se lembram de que, tendo em vista o compromisso assumido pelo Governo, nós aprovamos a Medida Provisória que tratava do PIS e do Cofins. Se não me engano é a de nº 135 – são tantas que não guardei o número. Acredito que aquele compromisso deveria estar sendo cumprido pelo Governo Federal e pela Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados, que precisa levantar o seu conceito perante a opinião pública, não pode deixar de cumprir mais esse compromisso, porque também os Líderes daquela Casa assumiram o compromisso com os prefeitos de aumentar o FPM. E são os pequenos municípios que vão perder, são aqueles que dependem deste Fundo em 80% das suas receitas.

Então, estou aqui da tribuna para falar em nome do PDT, o meu Partido, que fechamos com os prefeitos, não na forma de manifestação que houve aqui, mas na reivindicação, que é justa e precisa ser atendida muito mais porque é um compromisso assumido pelo Governo Federal e pela Câmara dos Deputados, aliás, pelo Congresso Federal. O Senado já cumpriu a sua parte, aprovando aqui esse 1%.

Acabei de apresentar uma emenda constitucional que acredito será importante para os municípios, porque estabelece que 10% das contribuições serão destinadas aos municípios e 10% para o Estado. Se nós queremos um novo pacto federativo, se queremos uma distribuição melhor dos recursos arrecadados da sociedade, que paga os seus impostos para ver esses recursos voltar na forma de obras e de ação social, nós precisamos reformular o sistema tributário, principalmente no que se refere à distribuição do dinheiro.

Essa emenda constitucional está tramitando no Senado. Eu espero contar com o apoio de todos os Senadores.

E mais, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos: o Governo Federal cancelou o Censo e alegou não ter recursos, não ter dinheiro. Como é que os municípios brasileiros vão ser classificados para receber o Fundo de Participação dos Municípios se não for feito o Censo? Se o Governo não tem dinheiro para fazer o Censo, como é que explica ter pago 106 bilhões até agosto deste ano para pagar juros da dívida? Só em agosto, 13,5 bilhões foram pagos de juros da dívida, e não têm dinheiro para fazer o Censo, que poderia mudar a classificação e a receita de muitos municípios brasileiros? O Governo não ganha, matando de fome os municípios brasileiros. O Governo perde e muito porque, quando os municípios não têm condições financeiras para executar suas tarefas, acaba arrebatando na sociedade, principalmente nos trabalhadores, que recebem um péssimo serviço de saúde, de segurança pública, não têm creche para colocar os seus filhos. Enfim, nós estamos deteriorando os serviços públicos em nosso País por essa concentração faminta que faz o Governo Federal dos recursos arrecadados.

Têm razão os prefeitos em reclamar. O compromisso que foi assumido não está sendo cumprido. E espero que todos os Senadores que vierem à tribuna hoje cobrem do Governo e da Câmara dos Deputados o cumprimento do compromisso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, aproveitando da generosidade de V. Ex^a, vou me utilizar desses cinqüenta segundos que me restam... É porque essa campainha desconcentra. Inclusive, vou até propor a V. Ex^a que sugira à Mesa uma nova sis-

temática para controlar o tempo porque essa campanha desconcentra, tira o ritmo do discurso e, às vezes, esquecemos até o que estamos falando.

Mas eu estava falando dos municípios brasileiros e devo encerrar dizendo o seguinte: vejo que, no Auditório Petrônio Portella, estão mais de dois mil prefeitos reunidos. O que eles estão reivindicando é o cumprimento da palavra. Aliás, ontem eu falei aqui que o Governo já não está cumprindo a palavra com os agricultores brasileiros, com os empresários brasileiros, não cumpre com os prefeitos, não cumpre com os vereadores.

Estão brincando com a paciência do povo. E com a paciência do povo, Sr. Presidente, não se deve brincar.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem) – Sr. Presidente, após os oradores inscritos, conforme o mecanismo que estiver sendo estabelecido pela Mesa, quero me inscrever, pela Liderança do P-SOL, antes da Ordem do Dia. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência informa a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, que fará uso da palavra como orador regularmente inscrito o Senador Ramez Tebet, Líder do PSDB. A Presidência inscreve de imediato V. Ex^a e aproveita para esclarecer ao Senador Osmar Dias que o dispositivo da campanha é, realmente, o resultado de uma automação, mas este Presidente, particularmente, concorda com a opinião de V. Ex^a.

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a tem a palavra como orador inscrito.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho dar continuidade ao discurso que proferi ontem nesta tribuna. Ocupei esta tribuna, como outros Senadores o fizeram, para fazer um apelo, um chamamento ao Governo Federal, à Câmara dos Deputados, para que ouça a voz de mais de cinco mil prefeitos do Brasil.

Ao ouvir a voz de mais de cinco mil prefeitos do Brasil, Sr. Presidente, o Governo Federal estará ouvindo a voz de todo o Brasil, de todos os brasileiros. Porque, positivamente, o que estamos vendo hoje aqui? Estamos vendo hoje mais de mil ou dois mil prefeitos, acompanhados de vereadores, pedindo, como disse o Senador Osmar Dias, que me antecedeu, o cumprimento da palavra empenhada, de compromisso assumido,

Senadora Heloísa Helena, de 1% só! Querem 1% só! Isso não equivale a R\$2 bilhões, a R\$3 bilhões!

O Governo paga, só em um mês, R\$13 bilhões de juros e está dando uma prioridade, como nunca se deu na história do Brasil, para o ajuste fiscal. Nunca se teve um superávit tão grande. Quase que se bateu o recorde agora de superávit primário. Quem é que pode acreditar que todo esse dinheiro é só para pagar juros, num País de tanta desigualdade social?

Então, os prefeitos estão clamando, estão gritando. E quando eu digo 'clamando e gritando', não estou aplaudindo – se por acaso existir qualquer indisciplina, o que não acredito. Mas eles têm o direito de participar, o direito de reivindicar.

Isso já passou da conta. Há mais de um ano que nós estamos esperando o cumprimento dessa palavra, que estamos esperando o acréscimo só de 1% a mais nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, cuja receita, este mês de setembro, distribuída aos municípios foi sem aviso prévio. Há municípios que não receberam nada, absolutamente nada, e que estão com o funcionalismo em atraso.

Não posso admitir tanta insensibilidade, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores. Nós estamos aqui para defender os nossos municípios, para defender a Federação brasileira. É preciso acabar com esse artificialismo. É isso aí. Falam que o Brasil é uma República Federativa, mas de Federação não está tendo nada, absolutamente nada!

Como se explica um superávit na balança comercial, acumulando quase 30% em relação ao ano passado e chegando a aproximadamente US\$32 bilhões? Isso é recorde histórico. Acrescente-se a isso a falta de execução do Orçamento.

Precisamos de ser mais claros, mais didáticos quanto a esse 1% que se reivindica no Fundo de Participação dos Municípios, quanto a essa questão orçamentária de não estarmos liberando nada com relação ao ano passado, que já foi minguado. Precisamos de entender que entre o empenho e a liberação de recursos, Senadora Heloísa Helena, vai uma distância muito grande. E aí se dá a impressão de que o Governo liberou recursos, quando não liberou. Ele apenas colocou no papel.

Então, dirão – e é preciso colocar isso, volto a repetir, Senador Sérgio Cabral, de forma didática: isso significa usurpar dos municípios, usurpar dos prefeitos aquilo que eles querem fazer em favor da sua população, que é levar saneamento básico, que é melhorar a educação, que é dar mais saúde, que é dar remédio para a população, que é dar tratamento médico, calçamento, asfalto para a população.

Então, data vénia, uma perspectiva econômica dessas, uma política econômica desse jaez significa quase que um atentado contra a sociedade, porque, efetivamente, é não pensar na dívida social deste País, é esquecer completamente as necessidades mais primárias, mais elementares da nossa população.

Eu diria até que isso se aproxima da insensibilidade governamental. Não é possível haver tanta insensibilidade nas decisões do Governo. Governar é estabelecer prioridades. A prioridade, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há de ser o atendimento da nossa população.

É justo acertar as contas do Brasil, mas não é justo tentar acertar as contas do nosso País com um prejuízo tão grande para a população que chega a ser irrecuperável – aí não tem mais jeito, Sr. Presidente.

Agora os Prefeitos estão aqui. Eu fui Prefeito. Comecei a minha carreira pública como Prefeito da cidade que me viu nascer. Lá na barranca do rio Paraná, em Três Lagoas. Prefeito que andava na rua, cumprimentando a população, ouvindo os seus anseios, procurando atender às reivindicações do povo.

Já naquela época lutava tanto pelo municipalismo no Brasil. Ali, em contacto com o povo, eu me aprimorei e me estimulei para a caminhada da minha vida pública. E, hoje, aqui no Senado, continuo com a mesma vocação municipalista, com a mesma vontade. Olhe, poucas vezes, a população do nosso Estado fala nos nossos discursos, Senador Leonel Pavan, mas o faz, e muito, quando conseguimos liberar nossas emendas individuais, quando chega uma parcela do orçamento lá para ajudar os Municípios, desde a Capital até os Municípios menores, os Municípios da fronteira, os Municípios do Pantanal, em suma, todos os Municípios sul-mato-grossenses!

E isso não é diferente, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em relação aos outros Estados da Federação brasileira. É assim em todos os Estados brasileiros, inclusive naqueles que são mais ricos e que estão mais bem dotados, como os do Sul e do Sudeste, que têm de se encontrar aqui, têm de comparecer aqui com o pires na mão.

Sei que estamos vivendo uma crise política e social muito grande. Sei que há eleição na Câmara dos Deputados, mas haverá de haver sensibilidade. Vamos dar um jeito. Vamos votar ou retirar medidas provisórias que lá estão, para votar aquilo que é indispensável e que mais interessa à nossa população.

(*O Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, essa campainha dói mesmo, como disse o Senador Osmar Dias, principalmente quando temos de

atender Senadores como esse brilhante Senador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que está lá com o seu microfone levantado, solicitando um aparte, que concedo com muito prazer, com a benevolência de V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Eterno Presidente deste Senado, Senador Ramez Tebet, referência moral ética, política para mim e para o nosso Partido, o PMDB. V. Ex^a traz a esta Casa, a este plenário, um assunto fundamental antenado com centenas de Prefeitos que estão aqui do lado de fora fazendo sua manifestação em defesa dos interesses mais legítimos do povo brasileiro. As pessoas não moram na União; as pessoas não moram nos Estados; as pessoas moram nos Municípios, nos bairros, nas ruas. O que temos – e V. Ex^a descreveu com muita competência – é uma concentração de recursos da União nunca vista antes. E mais: para quê? O orçamento está contingenciado e, hoje, Senador Ramez Tebet, a manchete dos jornais refere-se à queda do dólar, mas há também uma submatéria – infelizmente não dada com a mesma eloquência – e V. Ex^a certamente deve ter atentado para ela. É que a dívida pública do Brasil chega, com o mês de agosto, a R\$ 900 bilhões: 51% do PIB brasileiro – 51% do PIB brasileiro é a nossa dívida pública! Quer dizer, estamos contingenciando verbas, dando resultados fiscais para quê? Para encher a pança do mercado financeiro, enquanto isso, como bem V. Ex^a disse, não existe dinheiro para creche, nem para escolas, nem para rodovias. Hoje é o Dia Nacional do Idoso. Sou Presidente da Subcomissão do Idoso no Senado. O que falta de recurso para a política de assistência ao idoso neste País é uma vergonha.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – O que falta de recursos para a Previdência Social é uma vergonha. Então, V. Ex^a está de parabéns por trazer à nossa Casa, ao Plenário, um tema tão relevante que interessa ao povo brasileiro: a míngua por que passam os Municípios brasileiros em detrimento de uma política fiscal absolutamente severa e que tem como consequência apenas o aumento da dívida pública e o pagamento de juros aos banqueiros nacionais e estrangeiros. Parabéns a V. Ex^a por trazer ao Plenário este tema tão importante!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Sérgio Cabral, evidentemente que as palavras de V. Ex^a só enriquecem o meu pronunciamento. Se este não tem colorido, tem sinceridade, porque falo tendo ouvido os Prefeitos do meu Estado e até de outros Estados.

Hoje mesmo, pelos corredores, vi o Senador Mão Santa acompanhado de vários Prefeitos do Piauí falando a mesma linguagem. Todos eles clamando por

maiores benefícios para os seus Municípios. E não é possível continuar assim. Isto é, vamos ficar pagando juros e vendo o povo sofrer? É vantagem isso para o Brasil? É conveniente isso para o Brasil, para os Estados, para os Municípios? Por isso uso a palavra sobre essa política que está aí. Isso demonstra insensibilidade com os reclamos da sociedade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, queremos aqui aplaudir e dizer que ninguém melhor do que V. Ex^a poderia usar da palavra, porque foi um Prefeito vitorioso. Aí nasceu a carreira brilhante de V. Ex^a – hoje tem até uma filha Prefeita –, mas V. Ex^a, como eu, no passado, obedecia à lei e à Constituição, cuja divisão é clara. O que falta ao Presidente da República é obedecer às leis; primeiro, à lei de Deus que diz: “Não roubarás” – e ô gente na maior da roubalheira está aí! –; segundo, à Constituição, às leis dos homens, à Constituição, que Ulysses Guimarães beijou em 5 de outubro de 1988 e disse: “Desrespeitar, desobedecer à Constituição – foi mesmo, Serys – é rasgar a bandeira”. E na Constituição, para os analfabetos que estão dirigindo este País, está claro: do bolo, da receita, 54% é para o esfomeado Governo Federal – e ele está levando 60% –; 22,5%, para os Governos dos Estados; 21,5%, para os Prefeitos; e 2% para...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – os constitucionais, e os pobres prefeitos... Os grandiosos, os extraordinários estão recebendo apenas 400%. Essa é a tradução do desgoverno que estamos vivendo.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a faz muito bem em invocar a Constituição. Vamos cumprir a Constituição. Em 88, o direito dos Municípios era a 19%, hoje está reduzido a 14%. Isso não dá certo!

Vou encerrar, Sr. Presidente, apenas citarei mais alguns dados: de janeiro a setembro deste ano, portanto em 9 meses, foram executados apenas 9% do montante de R\$22 milhões destinados aos investimentos no Brasil. Em 2004, Senador Sérgio Cabral, no mesmo período, já haviam sido gastos 15% de um orçamento de R\$13 milhões. Isso diz tudo. Significa cada vez menos dinheiro para investimentos, cada vez mais dinheiro para pagar juros e para fazer um acerto fiscal que não está trazendo benefício algum para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência esclarece ao Plenário que

os prefeitos já se encontram no auditório Petrônio Portela. Todas as providências para que seja garantida a livre manifestação e o respeito à democracia, principalmente aos Srs. Prefeitos, foram asseguradas por esta Presidência, em consonância com o que solicitaram as Sr^{as}s e os Srs. Senadores. Todos os Senadores que desejarem dirigir sua palavra aos Prefeitos, apoiar sua causa e essa luta poderão se dirigir ao Plenário Petrônio Portela.

Solicito à Senadora Serys Slhessarenko que assuma a Presidência para que eu faça uso da palavra.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos pela Liderança do PSDB, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko; Sr^{as}s e Srs. Senadores presentes a este plenário, mais uma vez anuncio a presença do Comando Nacional da Greve dos Docentes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a Andes.

Sr^a Presidente, meus nobres Pares, não deixa de haver certa semelhança entre a luta que travam os prefeitos do Brasil inteiro hoje, em Brasília, e aquilo que está ocorrendo com as instituições de ensino superior, as universidades públicas deste País.

A greve começou no dia 30 de agosto. Isso tem profundos reflexos no País inteiro, na nossa sociedade, nos nossos lares e principalmente traz graves prejuízos à categoria, às universidades e aos alunos.

Em primeiro lugar, Sr^a Presidente, registro a forma ordeira, democrática, a postura adotada pela Andes, por seus integrantes, pela Presidente Nacional, Marina Barbosa, da Universidade Federal Fluminense; do Vice-Presidente, Professor Paulo Rizzo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Registro a luta dos professores Jacob Paiva, Diretor da Andes da Universidade Federal do Amazonas; Josevaldo Cunha, da Universidade de Campina Grande; o professor Althen Teixeira Filho, da Universidade Federal de Pelotas, e da professora Girlene Alves, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Senadora Heloísa Helena, meus nobres Líderes, fiz um compromisso ontem, em meu gabinete: tendo em vista que as diversas categorias dos prefeitos, dos nossos professores, dos sindicatos não encontram um foro adequado, senão o Congresso Nacional, para ouvir suas justas reivindicações, cabe a nós, como um braço da sociedade, como legítimos representantes do povo brasileiro, fazer aqui uma trinchera, por intermédio das nossas Lideranças e da nossa representação no Senado da República, e dar todo apoio, principalmente à maior de todas as reivindicações: o direito de

negociação. Negociação essa que foi abandonada pelo Governo, principalmente com relação à Andes.

Trago aqui, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores – e quero antecipadamente pedir sua transcrição nos Anais da Casa – a carta do Comando Nacional de Greve dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior aos Parlamentares. Sem dúvida alguma, é uma carta dirigida à Nação brasileira.

Fiz um compromisso, Sr^a Presidente, com o Comando Nacional de Greve, de que nós, os Líderes – como estou usando o horário da Liderança do PSDB –, reuniríamos o Colégio de Líderes para que fizéssemos uma primeira reunião e, neste plenário, disséssemos ao Governo que haverá reflexos, sim, e repercussão nas nossas atividades. Se esta Casa tem o trancamento de sua pauta pela edição de medidas provisórias assinadas pelo Senhor Presidente da República, esta pauta poderá, sim, ser trancada pela falta de negociação, que deveria ser permanente, de acordo com o que foi estabelecido. Estipulou-se que haveria uma comissão de negociação permanente com o Comando Nacional de Greve, mas essa comissão está definitivamente interrompida, não está sendo estabelecida pelo Ministério da Educação.

Vejo aqui o professor Cristovam Buarque, falei com ele ontem, obtive de S. Ex^a, que é um ícone da educação neste País, também o compromisso, em nome do PDT, de estar com a liderança do PDT e os demais partidos, recebendo os professores na próxima semana. Eles já estão aqui hoje, mas vamos ter uma reunião de Líderes com o Comando Nacional da Greve, vamos encaminhar essas negociações e vamos dar o apoio que a Andes merece, o respeito que tem de todos nós, Sr^ss e Srs. Senadores. Mantive também contato ontem com o Líder José Agripino. A Senadora Heloísa Helena está igualmente compromissada com esta causa, vai participar da reunião. O Comando está ali na tribuna de honra. V. Ex^a é parte mais que legítima como Senadora, líder e também professora.

Portanto, todos nós, Senadora Serys V. Ex^a também como professora, eu também como professor, vamos estar à frente, juntos, para que o Governo, no mínimo, sem falar de todas as justas reivindicações, estabeleça imediatamente um canal de negociação com o Comando Nacional da Greve.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Encerro meu pronunciamento para cumprir meu tempo, Senadora Serys, ouvindo o professor Cristovam Buarque, que mais que ninguém pode falar sobre o assunto e também está empenhado nesta causa.

O Sr. Cristovam Buarque (Sem Partido – DF) – Senador Siqueira Campos, primeiro quero felicitá-lo por ter vindo à tribuna falar desse assunto. Segundo, é óbvio que a causa é absolutamente justa de parte desses meus colegas. Terceiro, quero dizer que me

solidarizo sobretudo com V. Ex^a por estar querendo apenas que haja diálogo. Estamos querendo apenas o óbvio: que Ministério e Andes dialoguem para saber não apenas como sair desse impasse como também retomar os trabalhos e fazer com que a nossa universidade cumpra o seu papel. Eu o felicito e quero dizer que estou a seu lado nessa luta que não deveria ser necessária, para que haja um diálogo entre a liderança sindical, a liderança dos professores das universidades brasileiras e o Ministério da Educação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Senadora Heloísa Helena, eu não poderia encerrar de forma melhor o meu pronunciamento do que com um aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Somente saúdo o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Siqueira Campos. Eu tive a oportunidade realmente de conversar, e o Comando disse que tinha entrado em contato com V. Ex^a. Eu até brinquei com eles, dizendo que era um absurdo que me pedissem audiência por intermédio do Senador Siqueira Campos. É ruim um negócio desse?! Eu sou da Base, sindicalizada. Somente não estou legislando em causa própria, aliás, nós todos, porque estamos afastados da universidade. Portanto, saúdo a proposta de V. Ex^a. Acho que é essencial que o Governo os atenda. Não é possível tanta arrogância. Será possível que o Governo não entendeu ainda que a arrogância não resolve nada? A arrogância já os cegou até agora, e chegamos a uma crise de dimensões profundas em função disso. Portanto, saúdo e parabenizo V. Ex^a. Estou junto com o Senador Cristovam Buarque como S. Ex^a teve a oportunidade de dizer, para que possamos reunir as Lideranças para tentarmos, de alguma forma, superar os obstáculos para a reabertura das negociações. Eu sei que várias outras categorias que podem estar a nos assistir vão reivindicar o mesmo. Têm toda a nossa solidariedade a Fasubra, os funcionários da Advocacia da União, o Banco Central, todos os funcionários que estão ora paralisando, ora tentando buscar mecanismos para intermediar negociações. Todos têm, sem dúvida, a nossa legítima e obrigatória solidariedade. Portanto, parabenizo V. Ex^a, Senador.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço o aparte, Senadora Heloísa Helena.

Sr^a Presidente, vou solicitar de V. Ex^a não só a transcrição da carta do Comando Nacional de Greve aos Parlamentares, como também todas as reivindicações que fazem, que, certamente, encontrarão o amparo desta Casa e, quero crer também, do Governo, que há de se sensibilizar. Agradeço por me ter dado a oportunidade de participar desta luta. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SINDICATO*SIGUEIRA CAMPOS***ANDES***Comando Nacional de Greve***NACIONAL****CARTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CNG-ANDES-SN AOS PARLAMENTARES**

A desrespeitosa decisão do governo de conceder reajuste de 0,1% ao servidor público federal levou a categoria docente a um processo de mobilização que culminou com a entrada em uma greve que já dura mais de 30 dias. Sabedores de que as iniciativas do governo para enfrentar a crise estão no caminho oposto ao da resolução do arrocho salarial a que estamos submetidos, os professores vêm fortalecendo a greve com a compreensão de que este é o caminho para se lutar pelo atendimento das reivindicações.

No sentido de reconstituir a luta do movimento e sua disposição ao diálogo, apresentamos a seguir um breve histórico das tentativas de negociação com o governo no decorrer dos últimos dois anos. No início de abril de 2004, quando a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - CNESF começava a campanha salarial daquele ano, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, convocou as entidades sindicais para uma reunião urgente da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP. Nesta, informou que o governo havia decidido que não concederia reajuste salarial para todos os servidores e que negociaria em separado com cada entidade. Praticamente dissolveu a MNNP. Dias depois, apresentou sua proposta para os professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, que consistia em reajuste na Gratificação de Estímulo à Docência - GED, destinada aos docentes da carreira do ensino superior e na Gratificação de Incentivo à Docência - GID, destinada aos professores da carreira de 1º e 2º graus, que ficou conhecida como a "proposta de abril".

No início de junho de 2004, já havia uma evolução nas conversas, com os representantes do governo admitindo promover reajuste com a extinção da GED e da GID. No entanto, isso não se concretizou. Em julho, utilizando-se, mais uma vez, da tática de dividir as entidades sindicais, o governo firmou acordo com o SINASEFE e editou medida provisória extinguindo a GID e criando uma gratificação fixa e paritária, a GEAD. Isso se impôs como fato consumado para mais de dez mil professores da carreira de 1º e 2º graus das IFES e, portanto, da base do ANDES-SN, sem que esta entidade tenha sido convidada para participar do acordo firmado.

O ANDES-SN, respaldado pelas decisões das assembleias das seções sindicais, mostrou, uma vez mais, disposição ao diálogo e, deixando de lado temporariamente as principais reivindicações da sua pauta, propôs ao governo que, também para o magistério do ensino superior, fosse extinta a GED e criada gratificação fixa e paritária. O governo, alegando não ter recursos para isso, rompeu as negociações.

Mesmo reconhecendo as perdas e os anseios da categoria, o governo não apresenta nenhuma proposta efetiva e suas declarações de intenção já não encontravam eco na categoria, dada a experiência acumulada até então. A questão que o movimento docente debateu na ocasião era que, se o governo manifestava tal intenção, deveria traduzi-la imediatamente e não deixar para um futuro incerto a

SINDICATO**ANDES Comando Nacional de Greve**
NACIONAL

implementação daquilo sobre o que afirmava estar de acordo: extinção da GED com paridade.

Desconsiderando as reivindicações da categoria, o governo responde de maneira unilateral com a introdução na MP 208 de dispositivo que afirma que a GED seria paga no valor de 140 pontos para todos os professores da ativa, até que o Executivo baixasse novas normas de avaliação de desempenho e novos critérios de pontuação. Estabeleceu a MP 208 o prazo de 180 dias para que o governo procedesse a tal ato, prazo este que expirou em 20 de fevereiro de 2005. A tese do governo foi reafirmada com a Portaria 4052, de 9 de dezembro de 2004, do Ministro da Educação, que instituiu grupo de trabalho "com a finalidade de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)". Em que pese o prazo fixado pela MP 208, a portaria do Ministro fixou o prazo de 150 dias para a conclusão dos trabalhos do GT. Isto é, até 9 de maio de 2005.

A disposição de diálogo do movimento docente, mais uma vez, se expressou com a participação do ANDES-SN no referido GT. O ANDES-SN levou diversas contribuições para o GT, como propostas para avaliação do trabalho docente, análise sobre os impactos financeiros para o restabelecimento da isonomia entre as duas carreiras hoje existentes com a equiparação da GED e da GEAD.

Os trabalhos do GT evoluíram para o consenso de que a avaliação de desempenho do trabalho docente individual deveria fazer parte da avaliação institucional e ser componente para a progressão na carreira e não para a remuneração diferenciada, como é o caso da GED. Em junho de 2005, os representantes do MEC começaram a modificar o discurso, ignorando o consenso construído e defenderam que o GT viesse a trabalhar sobre proposta de nova carreira docente, ao mesmo tempo em que adotaram a proposta de aumentar os incentivos por titulação. A manobra consistia em que, sem sequer cumprir a tarefa que cabia ao GT, se iniciasse um processo, que todos sabem ser longo, de construção, negociação e implementação de uma nova carreira. Até mesmo propostas que o governo havia anunciado anteriormente como medidas que apontavam na direção de uma nova carreira, como a criação da chamada classe especial, para a carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor, associado para a carreira do 3º grau, foram abandonadas.

Nas reuniões da MNNP, ocorridas no primeiro semestre de 2005, os representantes do governo reafirmaram que o reajuste de 0,1% cumpria a Constituição e que negociações salariais não seriam objeto de discussão, uma vez que trataria cada setor separadamente. Deixou claro, no entanto, que não haveria recursos para nenhuma melhoria salarial. O novo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, em reunião com toda a bancada sindical, afirmou que todos os ministérios estavam autorizados a negociar com os servidores, desde que tais negociações não resultassem em impactos orçamentários para 2005.

Após a reunião do GT do MEC do último dia 31 de agosto, ficou clara a falta de disposição do governo. A definição sobre o destino da GED e a recuperação da paridade foram absolutamente abandonadas pelo MEC e este introduz um elemento

SINDICATO**ANDES Comando Nacional de Greve****NACIONAL**

que não faz parte da pauta de reivindicação dos docentes das IFES: o aumento de incentivos por titulação, que sequer seria para este ano.

Continuando a busca pela abertura de negociações o CNG-Andes, no dia 23 de setembro, protocolou pela terceira vez um pedido de audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad. Ao mesmo tempo, mantivemos contatos com vários parlamentares a fim de estabelecer canais de interlocução com o governo. No dia 26 de setembro o Ministro Paulo Bernardo em reunião com a Bancada Sindical informou que o governo está pensando os parâmetros na perspectiva de reajuste aos servidores, demonstrando, de maneira clara, a falta de disposição em negociar com os servidores públicos. Na mesma reunião o Sr. Sérgio Mendonça, ao ser questionado sobre o prazo para definição de tais parâmetros e o limite para alocação de orçamento, informou que o governo precisa de um tempo maior que duas semanas para definir o parâmetro central, e que após essa definição o governo agendará nova reunião com a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Apesar de todos os esforços envidados pelo movimento docente, o governo ainda não demonstrou qualquer disposição em receber a categoria para negociar efetivamente sua pauta de reivindicações, mesmo decorridos mais de 30 dias de greve.

Construída nas instâncias de deliberação do sindicato, a nossa pauta de greve é a seguinte:

- Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial.
- Incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia.
- Retomada dos anuênios.
- Implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.
- Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES-SN (fevereiro de 2006)
- Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social é o caminho para a conquista do apoio social à nossa greve.

Dessa forma, o CNG-ANDES solicita o apoio dos senhores parlamentares, por meio de suas intervenções no Congresso Nacional ou junto ao governo, com o intuito de superar o impasse que nos foi imposto durante o processo aqui descrito, tomando como base nossa pauta de reivindicações .

Brasília, 27 de setembro de 2005

COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS IFES – ANDES - SN

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Presidente: Profª Marina Barbosa – Universidade Federal Fluminense do RJ

V. Presidente: Profº Paulo Riso – Universidade Federal Santa Catarina

Reivindicações:

- Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial;
- Incorporação da GED (Gratificação de Estímulo a Docência- para professores que trabalham com 3º grau) e da GEAD (Gratificação de Estímulo a Atividade Docente- para professores universitários que atuam no ensino fundamental e médio) com equiparação pelos seus valores altos, e da GAE (Gratificação de Atividade Executiva), com paridade e isonomia.
- Retomada dos anuênios;
- Implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.
- Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE (Sindicato Nacional das Escolas, dos Trabalhadores, das Escolas Técnicas, Agrotécnicas e dos Centros Federais de Ensino Técnico e Tecnológico), com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES (fevereiro de 2006).
- Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.



Pessoas que estiveram no gabinete:

- Paiva - Diretor do Andes Universidade Federal Amazonas 92-99945415
→ Josevaldo Cunha – Universidade de Campina Grande 83-8804-2362
→ Rosimê ^{Meguins} - Universidade do Pará 91-9166-6753
→ Althen – Universidade de Pelotas 53-8405-4034

ALTHEN TEIXEIRA FILHO

GIRLENE ALVES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será registrado, na forma do Regimento.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL, por cinco minutos, prorrogáveis por dois.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senadora Serys, V. Ex^a pode me auxiliar, para que eu faça uma permuta, pois recebi um documento que preciso analisar? Poderia ser o próximo inscrito o Senador Cristovam Buarque? S. Ex^a está inscrito? (Pausa.) Depois eu gostaria de ter o meu lugar para falar como Líder. Então, teria que ser uma permuta mesmo.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senadora.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito obrigada, Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp pela inscrição, por permuta com o Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp, com a palavra, por dez minutos. (Pausa.)

Por desistência do Senador Valdir Raupp, com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, vim falar de transição. Oito anos atrás, Senadora Serys Slhessarenko, numa entrevista à revista **Veja**, declarei que o então candidato, companheiro Lula, se fosse eleito, deveria manter o então Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, por cem dias nos cargos que ocupavam. A minha idéia era que precisávamos de uma transição para que o novo governo pudesse começar a implantar a sua economia.

Hoje estou absolutamente convencido de que eu estava certo quando defendi aquela posição. Qualquer risco poderia levar a economia brasileira a perder a estabilidade que havia conquistado. Em 2002, eu já não defendi que fossem aqueles dois que continuassem, mas defendi que era necessário manter uma política econômica que não permitisse gerar desequilíbrios, e achava que eram necessários um pouco mais de cem dias.

Mas hoje, Senadora Serys, estamos completando mil dias. Mil dias do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva! E em mil dias, precisamos trabalhar a idéia de uma transição. A economia tem que ser mantida em pé, mas tem que começar a caminhar. E não pode caminhar, como muitos desejam, correndo o risco de cair.

Por isso insisto em que começemos a trabalhar a idéia de uma transição. Essa economia, que eu sempre disse que nenhum de nós gosta e não temos outra para colocar no lugar, precisa de uma transição. E essa transição, insisto, não virá de dentro da própria economia.

A economia segue certas regras no mundo, das quais não vai permitir abrir mão, relegar e desprezar certas características. Por exemplo, não há como acreditar que se pode mudar a economia voluntariamente, conforme se deseja, relegando as regras de mercado, fechando as fronteiras e estatizando setores. A transição tem que ser feita para que a economia caminhe e não para que a economia titubeie e caia na instabilidade.

Por isto, aproveitando esses mil dias que, aparentemente, não vêm sendo comemorados por nenhuma das instâncias políticas, nem mesmo pela mídia – eu não vi nenhuma referência a esta data de mil dias – eu quero insistir na necessidade de pensarmos numa transição de fora para dentro da economia, uma transição que venha da determinação do Governo de, através de um choque social, propiciar não apenas a reversão da desigualdade com que este País insiste em continuar, como também através de medidas de políticas econômicas que permitirão reverter a desigualdade e fazer a economia entrar em marcha. Não há dúvida de que se tomássemos medidas para fazer com que este País comece a lutar contra o quadro de pobreza, nós teríamos também, automaticamente, medidas que retomariam o crescimento. Um programa de habitação popular, um programa de construção de escolas, um programa de colocação de água e esgotos, não apenas têm o papel de reverter a desigualdade, mas também de dinamizar a economia, não por dentro dela, mas de fora para dentro.

Mais do que isso, é preciso saber que o que amarra a economia brasileira hoje não é exatamente o que está dentro dela, mas situações de fora. Por exemplo, não podemos esquecer que o quadro de pobreza restringe o mercado da economia brasileira. Medidas que dêem uma dinâmica na parte pobre da população tendem a gerar crescimento econômico.

Não há dúvida de que a falta de educação de uma população gera baixa produtividade, com a qual a economia pode até ficar em pé, mas não caminha. Não há dúvida de que um choque de gestão que quebre a burocacia que hoje emperra empresas de serem criadas teria um papel dinamizador de fora para dentro da economia.

É claro que o clima de violência em que vivem as cidades brasileiras impede o turismo de florescer e, por isso, impede o crescimento. Precisamos manter a eco-

nomia em pé, como o Presidente Lula vem mantendo, mas também fazer com que caminhe, marche, avance, porque, mesmo em pé, ela está ficando para trás.

Por isso, Srª Presidente, vim aqui para lembrar esta data dos mil dias de uma economia com duração muito longa, mas que, ao mesmo tempo, a meu ver, continua em condições de risco, a ponto de qualquer passo em falso poder trazer, pior do que paralisação, uma queda dessa economia, uma instabilidade.

Gostaria de insistir aqui não apenas com o Governo do Presidente Lula, mas com o Senado, para que começemos a trabalhar, passados os mil dias, na necessidade de uma transição, que, a meu ver, não virá de dentro da economia, mas de fora dela. Uma transição que vai inventar a economia que o Brasil precisa para as próximas décadas, mas sendo dinamizada a partir do sistema social, a partir da educação, a partir da habitação, a partir de uma luta pela reversão das desigualdades.

Eu sempre disse da frustração que sinto com o fato de o Governo do Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores não termos dado a prova de que evoluímos para uma mudança. Mas sempre defendi que essa mudança não poderia ocorrer jogando fora as conquistas que o Brasil e a economia brasileira tiveram nos últimos anos.

Por isso, fica aqui o meu registro. Defendi cem dias como necessários para a transição, e hoje estamos comemorando mil dias, sem dar salto ainda para a transição.

Há muitos que defendem não a transição, mas a mudança. Temo que, com a mudança rápida, possamos ter não a transição, mas um retrocesso.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena pela Liderança do P-SOL. (Pausa.)

Convido o Senador Aelton Freitas a assumir a Presidência, porque eu assumirei a palavra pela ordem de inscrição.

A Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko, por dez minutos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de começar falando sobre a questão da paralisação das nossas universidades federais. Antes, porém, quero dar uma breve palavra sobre a mobi-

lização dos Srs. Prefeitos e Vereadores dos nossos Municípios brasileiros.

Durante a semana passada e no dia de ontem, eu falei sobre esses dois assuntos. Falei sobre a questão da paralisação das nossas universidades federais, porque sou professora – aliás, fui professora por 26 anos da Universidade Federal do meu Estado de Mato Grosso – e sempre estive nessa luta.

Quanto ao outro tema, a mobilização dos Prefeitos é, principalmente, pelo aumento de 1% do FPM, que passaria de 22,5% para 23,5%. Foram feitos, aqui, alguns discursos inflamados sobre esse assunto, importantes, convincentes, mas queria dizer que a solução para essa parte do problema é extremamente simples. Porque, infelizmente, a questão dos nossos Municípios não estará resolvida apenas com esse 1% do FPM, embora ele seja extremamente importante.

Eu queria esclarecer que está dependendo da Câmara, pois a nossa parte nós já fizemos, o Senado já fez, o Governo já fez. Depende da Câmara, depende dos Srs. Deputados Federais do nosso Congresso Nacional. Portanto, esperamos que, amanhã, o Presidente da Câmara seja escolhido e que os trabalhos lá consigam avançar.

Já disse aqui, na semana passada, num pronunciamento que fiz sobre esse tema, que estive, no dia 12 de setembro, na Associação Mato-Grossense dos Municípios, reunida com a Bancada e com um número muito significativo de Prefeitos, sob a liderança do Prefeito Aparecido, o Cidinho, que preside aquela Associação. Lá, discutimos uma série de questões, como a necessidade de aprovação de inúmeros projetos que tramitam no Congresso Nacional e que podem trazer a melhoria da qualidade de vida da população de cada Município.

Quando falamos em Municípios, estamos nos referindo à população do Município, é óbvio. Por isso digo sempre que é da maior importância, da maior relevância tratarmos a questão do municipalismo, porque é lá no Município que moram homens e mulheres; é lá no Município que as pessoas têm consciência e clareza dos seus problemas; é lá no Município que as pessoas sabem que está faltando remédio no posto de saúde, que está faltando merenda na escola, que há buracos nas ruas, além do problema de saneamento básico. Enfim, os problemas existem lá e as pessoas que lá estão conseguem chegar com facilidade às autoridades do Estado – Prefeitos, Prefeitas, Vereadores, Vereadoras –, o que é muito mais difícil conseguir em outras instâncias de poder.

Por isso, eu defendo dois aspectos com relação aos nossos Municípios: primeiro, que, cada vez mais, se outorgue aos Municípios ou que eles conquistem mais poder de definição política; segundo, que haja a descentralização de recursos. A partir desse momento,

espero que se dê maior importância ao aumento de 1% do FPM, a fim de que esse percentual seja repassado aos Municípios, aumentando de 22,5% para 23,5%, e seja votado, com a maior rapidez, pela Câmara Federal, pelos nossos Deputados e Deputadas Federais.

Dito isso, manifesto todo o meu apoio ao movimento dos Prefeitos e dos Vereadores que hoje se encontram em Brasília – todo o nosso apoio realmente.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Permite-me V. Exª um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senadora Ana Júlia Carepa.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senadora Serys Slhessarenko, quero cumprimentar V. Exª e dizer que é mais do que justo que os Prefeitos estejam lutando também por mais recursos, apesar de sabermos que isso não basta. Estive, inclusive, outro dia, em uma reunião com a Associação de Prefeitos, e solicitei-lhes que também travassem uma luta por transparência, pelo bom uso dos recursos públicos. Amanhã mesmo, usarei da tribuna para falar sobre desvios de recursos do Fundef. Algumas associações de Prefeitos, inclusive, incentivaram os Prefeitos a não assinar a carta compromisso que o Ministério do Desenvolvimento Social fez para que as prefeituras assumam também o compromisso. Quero dizer que nós apoiamos, fizemos realmente o nosso trabalho de garantir mais recursos e é importante que a Câmara dos Deputados vote a reforma tributária. Mas é importante também que as prefeituras possam fazer a sua parte, fiscalizando, e a sociedade fique com o controle social sobre a utilização dos recursos públicos. Então, o nosso apoio aos Prefeitos, à transparência e à boa utilização dos recursos públicos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senadora Ana Júlia, endosso as palavras de V. Exª nesse sentido.

E eu gostaria de comentar, mais uma vez, a situação das nossas universidades federais. Como eu já disse, na semana passada eu fiz um pronunciamento sobre esse assunto e reitero, mais uma vez, que sou favorável ao movimento reivindicatório das nossas universidades federais. Até porque, como já disse, sou professora de uma universidade federal; estou Senadora e, como tal, tenho consciência da importância do nosso trabalho, tenho consciência do estado de dificuldade que as nossas universidades vivem hoje: falta de professores, salários aviltantes – é essa a palavra. São aviltantes os salários pagos hoje ao ensino superior em nosso País.

Quando falo da nossa universidade, refiro-me à universidade federal brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, tenho direito a mais cinco minutos, por favor.

Eu gostaria de dizer que já fiz vários encaminhamentos nesse sentido, tanto à Casa Civil, como ao Ministério da Fazenda, como ao Ministério da Educação, como ao Ministério do Planejamento. Ainda hoje reforcei o apelo e estou fazendo encaminhamentos da necessidade da abertura de diálogo e de negociação. Precisamos abrir a negociação imediatamente com o comando de greve das universidades federais. É imediato! Não dá mais para esperar! Aliás, não devia essa greve ter irrompido! Essa negociação teria de ter acontecido antes! Inclusive atuei nesse sentido e tenho aqui comprovação de documentos por meio dos quais, no mês de maio, já alertava o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento e a Casa Civil do nosso Governo para que abrissem esse diálogo e essa negociação, sem a necessidade de que irrompesse o movimento de greve. Infelizmente o movimento aconteceu.

Está aqui a pauta de reivindicações. E, para que fique registrado, vou lê-la, pela terceira vez, desta tribuna, conclamando as Srªs e os Srs. Senadores para que realmente entremos nessa luta, a fim de que a negociação seja aberta imediatamente. Como já disse anteriormente, enviei novamente ao Ministro da Educação e à Ministra da Casa Civil o documento.

A pauta é a seguinte:

1. reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;
2. incorporação da GED e da Gead, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia;
3. retomada dos anuênios;
4. implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;
5. abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o Andes-SN e o Sinafse, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do Andes-SN;
6. realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas Ifes.

Sr. Presidente, tenho aqui um discurso pronto de seis páginas, mas, como não será possível falar sobre o assunto, porque o meu tempo está esgotado, eu gostaria que ficasse registrado nos Anais do Senado da República o meu discurso sobre a problemática que envolve hoje a nossa universidade federal.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senadora Serys Slhessarenko, a Mesa defere a inserção do pronunciamento de V. Ex^a.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nos segundos que me restam, eu gostaria de repetir que só acredito que o desenvolvimento científico-tecnológico deste País terá uma linha, uma direção politicamente correta quando as nossas universidades federais forem implantadas e consolidadas, com ensino, pesquisa e extensão, por aqueles que acreditam na escola pública, no ensino superior público, democrático, laico, para todos e de qualidade.

É essa a universidade que segue na direção do desenvolvimento científico-tecnológico para este País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIA-
MENTO DA SR^a SENADORA SERYS SLHES-
SARENKO.****A SR^a SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT –

MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, quero hoje aqui fazer uma fala sobre a situação de nossas Universidades Federais, que como citei em meu discurso na semana passada, estão em greve. Declarar minha posição favorável às reivindicações da categoria, da qual também faço parte, digo isto porque me identifico mais como professora do que como Senadora, durante 26 anos estive em salas de aula e, por isso, não poderia ser diferente.

Estou atuando pela solução deste problema desde maio, quando encaminhei expediente aos Ministérios da Educação, do Planejamento e à Casa Civil, solicitando maior atenção para a questão das Instituições Federais de Ensino Superior, principalmente com relação a incorporação da GED.

Segundo alguns grevistas muitos foram os acordos e as promessas, mas nenhuma foi a solução. Não acredito que nenhuma tenha sido a solução, procuro acreditar que os problemas é que são muitos e as soluções estão sendo encaminhadas de modo lento, frente às urgências.

Não podemos permitir que o ensino superior no nosso país fique parado, assim como o sucateamento das Universidades Públicas. Hoje são 26 as universidades públicas paradas em nosso país.

A pauta de reivindicações é a seguinte:

1. reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;
2. incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;

3. retomada dos anuênios;

4. implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;

5. abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;

6. realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

As quais eu considero extremamente relevante e plausíveis. Vejo que atendendo a estas solicitações conseguiremos garantir a manutenção de um ensino público de qualidade em nossas universidades federais, possibilitando nossos professores de gozarem de uma situação laboral compatível com sua importância social.

Durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), ontem (26/9), a bancada sindical cobrou do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que confirmou reunião com o Presidente da República nesta terça-feira para discutir a situação dos servidores em 2006. O Ministro afirmou, ainda, que a proposta do governo é de reajuste diferenciado por categoria e que isto é o parâmetro.

O governo reservou R\$1,5 bilhão para os reajustes de 2006 do conjunto dos servidores, infelizmente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não pode apresentar, ainda, a proposta para a distribuição dos reajustes. Faço aqui um apelo para que o nosso querido Ministro Paulo Bernardo, consiga apresentar o mais urgente possível esta proposta e que seja justa com nossa categoria, precisamos ter um aumento real e que seja compatível com nossas expectativas.

Espero que o Ministério adote como critério para repor as perdas salariais a inflação, garantindo desta forma que todas as categorias tenham seus reajustes superiores à inflação do período adotado. Acatando assim reivindicações de outros seguimentos, não só a dos professores, mas outras categorias que também lutam por reposições salariais.

Precisamos ampliar as vagas e os recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior, somente assim poderemos ter a sobrevivência de nossas Universidades públicas garantida, temos de uma vez por todas colocar a Educação como prioritária neste país. Vejo como extremamente relevante as reivindicações da ANDES em cobrar do MEC ações mais concretas, o ensino superior em nosso país não pode mais esperar a realização das promessas e sim a aplicação do que já temos na teoria. Sei de todas as dificuldades para

a implementação, mas a situação é urgente e não podemos mais aguardar.

Estou fazendo gestão junto ao Ministério da Educação para que sejam fortalecidas as negociações com o Comando de Greve, porque somente com o desenvolvimento destas negociações é que a paralisação poderá ter um prazo final de paralisação.

Além do ministério da Educação quero que seja incluída nas discussões a Casa Civil. Estou em diálogo com a querida Ministra Dilma Rousseff no sentido de viabilizar maior atuação da presidência na solução desta questão.

Somente com a atuação conjunta do governo federal e do parlamento é que vamos solucionar esta pendência histórica com os professores das universidades federais, não podemos esquecer que já é uma luta antiga e que a sua solução está sendo construída com muito sacrifício. Estive dos dois lados, do lado dos grevistas e do lado do governo e sei o quanto é complicado equacionar todas as demandas e apresentar uma solução concreta.

Mas a urgência da situação não nos permite mais postergar esta solução, o governo precisa encarar esta situação como prioritária para podermos de uma vez por todas colocar a Educação Superior em nosso país como um item de máxima atenção na pauta de discussão política.

Precisamos, sim, reforçar as negociações e com a participação de todos os seguimentos construir uma saída justa. E assim, valorizar o trabalho docente e pela defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, garantindo o aumento da dotação orçamentária para as IFES.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Agradeço à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Quero fazer minhas as suas palavras, Senadora, de apoio a recursos para pesquisa, para transferência de tecnologia e para o reforço das universidades públicas brasileiras.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro; Srs e Srs. Senadores, como sou um Senador do Bloco de apoio ao Governo, de um Partido aliado, venho a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, com muita preocupação, porque já ouvimos aqui – sou ex-Prefeito também de um pequeno Município – as dificuldades que os Prefeitos do Brasil vêm enfrentando no segmento da educação: a greve nas universidades federais, por exemplo, é uma delas. No entanto, venho trazer um outro ponto: a situação calamitosa das rodovias federais do nosso País. Ou seja, em apenas um dia, três pontos muito críticos vêm sendo debatidos consistentemente por todos os Parlamentares todos os dias; e não estamos vendo não digo só ação, mas nem reação por parte do Governo.

A situação em que se encontra a malha rodoviária federal e, de um modo especial, as estradas do meu Estado de Minas Gerais, Sr. Presidente, é precária. Infelizmente, uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), na última semana, comprovou a permanência de um quadro bastante ruim quanto à conservação, à sinalização e às condições de segurança das nossas estradas.

Para se ter uma idéia da gravidade da situação, a Confederação Nacional dos Transportes concluiu que 98,5% das estradas de Minas Gerais estão em condições péssimas, precárias ou ruins, sendo que, em termos de Brasil, 72% das rodovias também se incluem nesse patamar. O mais alarmante é que, entre os piores trechos, estão rodovias da maior importância para a integração nacional, tais como a BR 040 e a BR 381. Tais rodovias ligam o Rio a Brasília, passando por Belo Horizonte, e São Paulo a Brasília, passando por Belo Horizonte. As duas, em 834 quilômetros pesquisados, ganharam como conceitos “deficientes”. Outras também precárias são as BRs 116 e 262, que cortam o nosso Estado no outro sentido, de leste a oeste.

Em Minas Gerais, Sr. Presidente, dos 12.622 quilômetros pesquisados, divididos em 64 trechos espalhados pelo Estado, 31 estão classificados como deficientes; 21, como ruins, e 11, como péssimos. Estimativas da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) apontam um prejuízo anual para os industriais mineiros de nada menos do que R\$1,3 bilhão com custos de transporte.

Diante de números tão ruins, é preciso que haja uma profunda reflexão por parte dos órgãos do Go-

verno, para que identifiquem as reais causas disso e consigam adotar soluções eficientes. A grande verdade, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é que, há muitos anos, as nossas estradas não têm recebido do Poder Público um tratamento condizente com a sua importância para o crescimento deste País. O alto custo das obras é um fator complicador, mas que poderia ser resolvido caso a recuperação de rodovias fosse encarada com **status** de prioridade administrativa.

Especialistas em transportes calculam que, para colocar a totalidade da nossa malha rodoviária em condições de tráfego aceitáveis pelo menos, seria necessário um investimento de R\$11,8 bilhões na restauração dos trechos comprometidos.

Tal investimento, Sr. Presidente, poderia até ser concretizado, caso os recursos provenientes da Cide (Contribuição sobre Intervenção do Domínio Econômico), por exemplo, fossem aplicados para o fim a que eles foram destinados, ou seja, integralmente para a recuperação das rodovias. Mas, desde 2002, apesar desse imposto sobre combustíveis ter gerado R\$26,8 bilhões aos cofres públicos, apenas 14% do valor foi revertido em melhorias de estradas.

A realidade descrita pela Confederação Nacional dos Transportes, Sr. Presidente, é desanimadora e pode piorar ainda mais, caso não se encontre uma solução para se pôr fim à retenção dos recursos da Cide. De nada adianta o Governo Federal e os Governos Estaduais terem quadros profissionais competentes para cuidar das rodovias se estes não dispuserem de condições efetivas para reverter o verdadeiro caos instalado nas estradas, marcado por vidas perdidas precocemente e por incontáveis prejuízos econômicos.

A destinação integral dos recursos da Cide para obras rodoviárias tem de se tornar possível, pois somente assim as autoridades competentes poderão implementar as ações necessárias para conferir às nossas estradas a segurança demandada pela sociedade. Essa é uma bandeira que precisamos carregar.

Precisamos, cada vez mais, ser conscientes da limitação financeira do Executivo, mas se foi criado um recurso como a Cide, que seja usado da maneira devida e necessária, pois é insuportável o quadro em que nossas rodovias se encontram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Aelton Freitas.

O Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas; Sr^{as}s e Srs. Senadores, tenho satisfação em falar, por meio da TV Senado, a todas as minhas amigas e amigos do meu querido Estado do Pará e a todas as Prefeitas e Prefeitos do Brasil.

Sr. Presidente, há duas semanas, fiz desta tribuna um pronunciamento, apoiando a pauta de reivindicação do Movimento Municipalista Brasileiro, que agendava, para hoje e amanhã, uma marcha a Brasília para colocarem em discussão, no Congresso Nacional, essa pauta justa por que clamam os prefeitos dos nossos mais de 5.000 Municípios.

É impossível, Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, que não se reveja, que não haja vontade política para que seja feita uma revisão no pacto federativo. É impossível que a União, hoje, continue detendo mais de 60%, depois das distribuições constitucionais, do bolo de arrecadação da União, cabendo aos Estados pouco mais de 20% e aos Municípios, em torno de 15% ou 16%.

Perguntamos: quem responde pelo atendimento à saúde dos brasileiros? A base, o Município. Quem responde pelo atendimento à educação, seja básica ou fundamental? Os Estados e os Municípios. E cada vez mais esses recursos ficam concentrados nas mãos do Governo Federal.

É necessário que se faça uma revisão. Lamentavelmente, o que se vê é contingenciamento em cima de contingenciamento. Ainda agora, o Governo Federal está querendo contingenciar.

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, Senador Aelton Freitas, e chamar a atenção, mais uma vez, para o estado precário das rodovias brasileiras. Inicialmente, devemos lamentar as perdas de vidas humanas que ocorrem em função do esquecimento que este “desgoverno” tem em relação às rodovias brasileiras. Os recursos da Cide deveriam ser, como V. Ex^a bem disse, totalmente aplicados na construção e na recuperação das rodovias, mas apenas 14% foram usados para esse fim.

O outro contingenciamento que o Governo faz é nos recursos oriundos da iniciativa privada para a pesquisa e a tecnologia. É um absurdo que o Governo contingencie os recursos – os quais não fazem parte do caixa da União – destinados a uma área tão necessária para o desenvolvimento brasileiro, a fim de fazer o famigerado superávit primário.

O Ministro Palocci, quando quis fazer a pseudo-reforma, disse em alta voz que ela seria neutra, e o que vimos foi um aumento de carga tributária.

A reforma está paralisada na Câmara, por isso peço o apoio de todos para uma PEC que vou apresentar, Senador Antonio Carlos. Lamentavelmente, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou, na LDO, os recursos necessários para a compensação aos Estados exportadores pela Lei Kandir. É um absurdo que a União queira usar recursos que são destinados a cobrir impostos de que os Estados exportadores abrem mão para fazer esse superávit primário que sustenta a economia brasileira.

Apresentarei essa PEC porque, hoje, 21 Estados brasileiros, Senador Aelton Freitas, são superavitários na balança comercial, na balança de exportação, e têm direito à compensação pelos impostos de que abrem mão. É evidente que não podemos exportar impostos, mas a União deve ressarcir esses Estados que estão combalidos. Falo, especificamente, do meu Estado do Pará, que tem uma balança superavitária há décadas. Ele, que contribuiu, somente neste primeiro semestre, com mais de R\$ 2,5 bilhões de superávit para a balança comercial, perde algo em torno de R\$ 500 milhões por ano, recursos que poderiam estar sendo aplicados na melhoria da qualidade de vida dos paraenses.

Com muita honra, concedo um aparte à nobre Senadora Heloísa Helena.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está sem som, Senadora.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Pronto! Agora, voltou. Pensei que estavam conspirando contra mim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Brasil inteiro quer ouvir, em alto e bom som, o seu pronunciamento.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu só grito às vezes. Eu detesto gritar, mas, infelizmente, há pessoas que só entendem no grito. Senador Flexa Ribeiro, quero saudar o seu pronunciamento e compartilhar da

sua preocupação. Na semana passada, tive oportunidade de fazer uma crítica a esse posicionamento do Governo, não apenas porque havia um acordo. O problema é que o Congresso Nacional faz tudo para não se respeitar. A Base de bajulação faz o que quer no Congresso Nacional e palavras dadas são palavras soltas ao vento, que acabam não dando em absolutamente nada. Eu quero, do mesmo jeito que V. Ex^a, condenar esse veto. O não-estabelecimento dos mecanismos de compensação para os Estados que têm perdas em relação à Lei Kandir é gravíssimo para o seu Estado e para o meu. No Estado de Alagoas, a agroindústria do açúcar está cada vez mais optando pela exportação, em função da isenção, ao invés de optar pelo mercado interno. O Governo Federal já deve para Alagoas mais de 40 milhões, que não lhe repassou, e corta da própria LDO os mecanismos de compensação, que já não adiantam nada para o Estado. Somente a existência da lei já cria problemas gravíssimos para o meu Estado e, agora, mais ainda. Portanto, a sua preocupação, Senador Flexa, é absolutamente legítima, porque o Governo Federal não pode ficar usando os Estados exportadores para fazer a sua cantilena.

(Interrupção do som.)

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Obrigada, Sr. Presidente. Não é possível que um dia não dê um “blecaute” nessa tal campanha, que sei que não é problema de quem está presidindo. Senador Flexa Ribeiro, é uma vergonha o Senado, que representa a Federação, não ter coragem de debater o comprometimento das receitas líquidas estaduais com o pagamento de juros e serviços da dívida, porque quem financia essa agiotagem internacional, esse rombo nas finanças públicas, são justamente os Estados e Municípios brasileiros. Os Estados exportadores são usados pelo Governo Federal para falar da estabilidade da balança comercial e acaba sobrando para o povo, especialmente para os pobres dos nossos Estados. Portanto, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a e espero que tenhamos coragem suficiente para garantir a derrubada do veto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, fico muito honrado e incluo o seu aparte em meu pronunciamento.

Senadora, usando apenas e tão-somente 30% do Imposto de Importação e do IPI sobre as importações geradas, vamos poder ressarcir, como bem V. Ex^a colocou, em parte, as perdas absurdas a que esses Estados exportadores estão sujeitos hoje. Os impostos

oriundos da importação, que o Governo usa para o caixa, para o superávit, deveriam ser usados para o seu princípio mais nobre, que é o incentivo à exportação. Usando-se apenas 30% do II e do Imposto dos Produtos Industrializados sobre a importação, repito, o querido Estado das Alagoas, de V. Ex^a, teria um resarcimento da ordem de quase R\$ 80 milhões por ano.

Esse é um trabalho que foi executado por um economista do Pará, ex-Secretário da Fazenda, Dr. Clóvis Mácola. Há vários anos, ele vem estudando o assunto e o colocou, agora, de forma concreta, numa planilha que vou distribuir a todos os Senadores, para que apóiem essa PEC.

Somos 21 Estados brasileiros, Senadora Heloísa Helena, que teremos a compensação por meio desses 30% do II e do IPI sobre a importação. Como disse V. Ex^a, o Senado da República tem condições de derrubar o veto do Presidente para a compensação da Lei Kandir e de aprovar, em complementação, essa PEC. Aí, sim, serão atendidas às necessidades dos Estados exportadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Tem a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, ocupo a tribuna, em primeiro lugar, para solidarizar-me com os milhares de prefeitos que se encontram nesta Casa e que vivem sofrendo, como os Estados – eles mais ainda do que os Estados –, a má vontade do Governo Federal em relação aos recursos que arrecada dos próprios Municípios e dos Estados e não os devolve. Nem mesmo 1%, que combinou aumentar na reforma tributária, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, está cumprindo.

Temos milhares de prefeitos. São milhares de cidadãos brasileiros que dirigem comunidades neste País e que estão em desespero, desespero mesmo, que o Presidente só entende quando é vaiado nas ruas. E é por isso que essas vrias vão se multiplicar; e é por isso que Sua Excelência vai perdendo, a cada dia, o respeito, até mesmo daqueles que nele votaram. Mais da metade dos brasileiros já não apóiam o Senhor Presidente da República. Portanto, que pelo menos atenuem o sofrimento das comunidades brasileiras!

Os prefeitos da minha terra e os prefeitos de todo o Brasil deveriam se unir e dar um chega-pra-lá em

Deputado e em Senador que não defendesse o interesse dos Municípios. O interesse dos Municípios é sagrado, pois o Município é a **cellula mater** do País.

Conseqüentemente, venho aqui, em primeiro lugar, para fazer o meu protesto e, ao mesmo tempo, trazer minha solidariedade aos prefeitos que se encontram na nossa Capital.

Além desse assunto, Sr. Presidente, tenho aqui um artigo do Dr. Theophilo Ottoni Filho – peço a sua transcrição – que mostra o absurdo que representa a transposição do rio São Francisco. Como obra pública, é criminosa – e aqui só há malefícios para o Nordeste –, enquanto que meia dúzia de nordestinos ainda acreditam que isso possa beneficiar a nossa Região.

Sr. Presidente, essa é a demonstração inequívoca do que é o Governo do Presidente Lula. Quanto Sua Excelência vai gastar com esse projeto? Quatro bilhões de reais. O articulista foi camarada em publicar a quantia de R\$2 bilhões, pois são mais de R\$4 bilhões – e vai ser muito mais –, inclusive nenhum banco internacional quer financiar a obra, porque sabe que é um mau projeto. Mas o Presidente teima, porque tem de fazer alguma coisa pela região dele, já que não fez absolutamente nada até agora!

Sr. Presidente, outro assunto que quero abordar é sobre as estradas no Brasil, que estão em situação calamitosa. E é o Dnit – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – quem nos dá essas informações, demonstrando que as estradas federais do meu Estado são as que estão em pior situação.

Sem qualquer condição de tráfego, a BR-242 tem inúmeros trechos em que o tráfego se dá parcialmente, com o uso de meia-pista. Há também segmentos interrompidos próximos a Paramirim, Javi e outros Municípios. O próprio Dnit informa estarem intransitáveis esses trechos. É o Dnit, é o órgão do Governo que informa que essas estradas estão intransitáveis! Eu estive com o Ministro há uns quatro meses, e ele disse que resolveria tudo isso. Já se passaram mais de quatro meses, e ele não resolve coisa alguma! Não resolve por quê? Ele é obrigado a empenhar emendas, que servem de mensalão para a eleição da Câmara dos Deputados amanhã. É essa a situação moral terrível em que o País se encontra.

A BR-135 é outro exemplo do descaso do Dnit.

Temos ainda a BR-101 e a BR-116, que estão em situação mais do que lamentável: não têm sequer uma parte da pista! Às vezes, ele ainda diz que é razoável a malha federal no Brasil. Na Bahia, é “ruim”, “muito ruim”, “intransitável”. São qualificações do próprio Dnit.

Eu quero dizer nesta hora que os caminhoneiros estão bloqueando a BR-116, no sul da Bahia, e que eles devem bloqueá-la mesmo, porque esse Governo

só atende com pressão: pressão dos trabalhadores, pressão dos Parlamentares, pressão dos homens de bem, que não aceitam, de modo algum, essa situação lamentável.

Enquanto isso, fica cego quando o Cade prova que o grupo Gerdau, tão beneficiado pelo Governo, obteve lucro de bilhões. Agora, graças a Deus, teve uma liminar cassada pelo TRF, que deu vitória ao Cade para julgar o cartel do aço.

Governo de trabalhador que facilita cartel! O Sr. Gerdau talvez seja um pobrezinho do Brasil que precisa ser apoiado pelo ex-torneiro mecânico! É a única coincidência do torneiro mecânico com o Gerdau. Mas essa é a situação em que nos encontramos, Sr. Presidente! Por isso, aqui estou para fazer esse protesto! Essa matéria está na **Folha**, no caderno Dinheiro.

Há outra manchete da **Folha Online**: "Cade aplica multas milionárias a siderúrgicas por formação de Cartel". Eles, os poderosos, se entendem, seja os da Vale do Rio Doce, seja os da Gerdau, quando é para sugar o dinheiro da Nação, quando é para retirar dos pobres brasileiros aquilo que lhes pertence. Enquanto isso, os Municípios estão à míngua, não têm como fazer educação e muito menos saúde. Tudo isso esse Governo promete, com anúncios que se multiplicam na televisão, num cinismo inacreditável, porque ninguém pode mais aturar tanta perversidade.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, queria juntar-me a V. Ex^a, em solidariedade aos Municípios brasileiros, principalmente aos pequenos Municípios e aos Municípios pobres, que estão sendo, dia a dia, sufocados, tornando as administrações praticamente inviáveis. Essa política estabelecida pelo Governo Federal, que, a princípio, eu pensava ser inconsciente – apenas na busca de fazer superávit primário –, parece-me hoje inteiramente consciente. Não é questão de superávit primário; é uma questão política, de inviabilizar, de deixar os Municípios dependentes. O que está acontecendo com os Municípios, como V. Ex^a muito bem disse, está acontecendo com os Estados também, embora em menor escala. Os Estados e os Municípios brasileiros estão ficando cada vez mais dependentes da União para sobreviver e, dessa maneira, não podem fazer oposição política. Trata-se de uma forma antiga de clientelismo, que volta a ser feita de maneira muito mais perversa do que foi no passado. Não podemos aceitar isso, porque esse fato significa o fim da Federação também. Estamos caminhando, dessa forma, para o Estado unitário. Nós, representantes dos Estados nesta Casa, que tem por função representar os Estados, não podemos de ma-

neira alguma aceitar que as coisas continuem como estão. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Tasso Jereissati, por apoiar, com a sua experiência, com o seu valor e com seu mérito, as minhas palavras em defesa da pobre população brasileira, que é a que mais sofre no Governo dos Trabalhadores.

Quero chegar – e chegarei rapidamente – à conclusão de que este Governo veio para o mal, e esse mal tem de acabar; veio para o suborno, e o suborno tem de acabar. Temos de marchar! Tenhamos coragem para fazer o Orçamento impositivo! Quando tivermos o Orçamento impositivo, os Municípios e os Estados não estarão à míngua, como estão hoje. Estaremos numa situação em que saberemos como marchar e como alcançar os objetivos sadios de uma Nação.

Hoje o que se vê é uma máfia, é a GDK tomando conta da Petrobras. O que se vê é a GDK entrando também no Pará. A GDK – e falo à vontade – é uma empresa baiana, mas nenhuma empresa tem o direito de roubar, seja ela baiana, seja ela paulista.

Portanto, estou aqui defendendo o povo brasileiro. Esse é o meu papel. Esse é o meu dever. E o Congresso tem de se levantar, Sr. Presidente. E V. Ex^a, nas suas Minas Gerais, deve também fazer essa campanha. Enquanto não nos unirmos em defesa dos interesses maiores, vamos ficar pequeninhos, aceitando a mendigação junto ao Governo Federal: com o pires na mão, o Governador a solicitar recursos. Não, não é isso que queremos.

Ainda ontem, lia um artigo importante que mostrava como se modificou o Rio de Janeiro, quando o clientelismo acabou e quando, na realidade, o Governo tomou conta daquela grande cidade.

Por isso, quero, neste instante, pedir aos meus companheiros da Câmara e do Senado: vamos nos unir o quanto antes para forçar este Governo a trabalhar sério, a parar com as desonestidades e a caminhar o verdadeiro caminho que o povo deseja, que é o da solidariedade humana, do equilíbrio social e, sobretudo, do amor a esta Pátria!

Nós, Sr. Presidente, mais do que nunca, precisamos que este Governo, que dorme no erro, acorde para as necessidades do Brasil.

Agradeço a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGA-
LHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Transposição: uma análise de controvérsias

THEOPHILÓ OTTONI FILHO

ENGENHEIRO

O projeto do governo federal de transposição do Rio São Francisco para bacias hidrográficas da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte não é a melhor solução para o problema da seca no Nordeste. O projeto, que deve custar R\$ 2 bilhões, consiste na transferência de águas do rio para abastecer pequenos rios e açudes da região que possuem um déficit hídrico durante o período de estiagem.

Embora o desvio de 60 m³/s de água do fluxo do São Francisco para outras bacias traga pouco impacto negativo para a ecologia ou economia da bacia do São Francisco, já que a vazão fluvial média do rio supera 2.000 m³/s e o desvio representa apenas 3% desse total, a deterioração desses cursos d'água foram causados pela ação dos ocupantes de suas bacias. São estes moradores, e não a totalidade da população brasileira, que devem arcar com os custos dos impactos, conforme

co. Esse é um mito que foi criado e que precisa ser abolido. Na verdade, o mais volumoso manancial dos continentes (excluindo-se as geleiras) são as águas subterrâneas. Estima-se que no Planeta tal reserva exceda o volume dos rios na ordem de milhares de vezes.

Portanto, considerando a extensão continental do Polígono das Secas (1 milhão de km²), existe mais fluxo de água subterrânea desperdiçado no mar do Nordeste do que a soma de todos os fluxos dos rios nordestinos, incluindo o São Francisco. Além de ser mais volumosa, a disponibilidade hídrica subterrânea, em geral, é mais regular e confiável do que a dos mananciais de superfície. Esse é o principal motivo pelo qual as áreas áridas e semi-áridas, como o Oeste dos Estados Unidos, Austrália e Israel, baseiam sua política hídrica na utilização das águas de poços.

Sem dúvida, os nordestinos

não precisam da transposição do Rio São Francisco. O Nordeste precisa combater os desdutos hídricos, reutilizar os esgotos sanitários (em Israel, 70% das águas servidas são reusadas), investir em prospecção e exploração dos aquíferos subterrâneos, utilizar melhor os mananciais de superfície e explorar mais amplamente as captações de chuva (pela utilização de cisternas e reservatórios protegidos). Os recursos financeiros utilizados na transposição deveriam ser direcionados para todos os estados nordestinos, visando à consolidação de uma política hídrica sustentada regional, mais democrática, abrangendo uma população maior, independente do Velho Chico.

Theophilo Ottoni Filho é professor do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos às 17h05min, e ainda não tenho notícia da Ordem do Dia. Aqui, por diversas vezes, foi afirmado pela Mesa que às 16h teria início a Ordem do Dia. Portanto, eu gostaria de uma posição da Mesa com relação ao início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Levarei a sua posição ao Presidente titular, nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não ouvi, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nobre Senador César Borges, levarei sua reivindicação ao Presidente titular. Em breve, daremos a resposta a V. Ex^a, pois está acontecendo um encontro grande dos Prefeitos no Auditório Nereu Ramos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, sem querer discutir com a Mesa, quero dizer que foi o próprio Presidente Renan Calheiros que assumiu este compromisso com o Plenário: o de que, às 16h, impreterivelmente, teria início a Ordem do Dia. Estamos aqui, há uma hora e seis minutos, aguardando-a. Gostaria de saber da posição da Mesa com relação ao início ou não da Ordem do Dia. Estão em funcionamento algumas Comissões, de onde saímos. Estamos aqui para a Ordem do Dia, e ela não acontece.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pedimos alguns segundos a V. Ex^a. Em breve, daremos uma posição a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

Por gentileza, respeite os cinco minutos. Abrimos um precedente e queremos pedir a compreensão de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço para falar após a Ordem do Dia, para que eu possa ter um tempo um pouco maior.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Como não houve a Ordem do Dia, a nobre Senadora Heloísa Helena pediu-me que fizesse a inversão com V. Ex^a, e acabamos atropelando.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Agradeço a sensibilidade de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Primeiro, quero deixar registrada a Moção da Radiodifusão Catarinense:

Os Radiodifusores de Santa Catarina reunidos no 12º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão, realizado de 21 a 23 de setembro, no Município de Chapecó, endossam a seguinte Moção, em respeito à sociedade brasileira e às instituições democráticas do País:

1) As Emissoras de Rádio e Televisão, associadas à Acaert, repudiam, com veemência, os atos de corrupção verificados nas mais importantes esferas políticas do Brasil e que são destacados diariamente pela imprensa. Esse fato abala as estruturas democráticas do País, tornando-se ameaça às conquistas soberanas da Nação.

A Moção da Radiodifusão Catarinense, assinada pelo Presidente Ranieri Moacir Bertoli, tem vários itens. Em um deles, defende “a redução drástica dos custos de produção dos programas, que devem ter um perfil simples e didático das propostas apresentadas”. Defende também a redução do horário político.

2) Radiodifusão Catarinense apóia alterações [bastante severas] nas campanhas eleitorais, principalmente na produção dos programas de televisão e de rádio, que acabam não cumprindo o objetivo de informar eticamente as propostas de atuação política dos candidatos.

3) Nesse sentido, defende que a propaganda deva ser mais “informativa” do que “ilustrativa”. O compromisso político de partidos e candidatos deve ser priorizado, diferentemente do que é praticado atualmente quando a informação é maquiada por técnicos de *marketing*.

São inúmeros os itens, Sr. Presidente, que quero deixar como lidos, já que o meu tempo é reduzido, da Moção da Radiodifusão Catarinense, por intermédio de seu Presidente, Ranieri Moacir Bertoli.

Também recebemos, Sr. Presidente, Carta do Comando Nacional de Greve dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior aos Parlamentares. É o sindicato de professores de todas as universidades do Brasil. Eles estão fazendo algumas reivindicações, que também quero deixar registradas nos Anais dessa Casa, para que a sociedade brasileira delas tome conhecimento.

Sr. Presidente, hoje é o Dia Mundial do Turismo. E, nesse dia, quero homenagear o nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Tasso Jereissati, bem como o próprio Ministro Walfrido Mares Guia.

Por causa do tempo, é impossível fazer um pronunciamento sobre esse tema, que é de grande importância. O turismo avança, o Brasil cresce nesse sentido, muito em função dos investidores, dos nossos empresários, mas também porque há uma política do Ministério do Turismo, a qual aprovo. O Ministro Walfrido Mares Guia presta um grande serviço, no meu modo de ver.

Fui Prefeito de uma cidade turística, Balneário Camboriú, por três vezes e dedico o tempo que posso justamente para defender projetos – no Senado, há inúmeros meus – que fortaleçam ainda mais a indústria do turismo. Por isso, deixo como lido o meu pronunciamento, neste Dia Mundial do Turismo.

Sr. Presidente, sei que tenho pouco tempo, mas ouvi os pronunciamentos do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador Mão Santa e de outros Srs. Senadores referentes à Marcha dos Prefeitos, e gostaria de abordar o assunto. Conheço a realidade deles, porque fui Prefeito três vezes, como disse. Não há como o Presidente da República resolver problemas sem investir nos Municípios. Não há como um Presidente falar, nos quatro cantos deste Brasil, que vai acabar com a fome – como dizia –, sanear todos os Municípios, melhorar o índice educacional, fazer com que o País e os Municípios cresçam, sem investir no Município diretamente.

O Prefeito precisa ser respeitado, pois é quem recebe os recursos. E é fiscalizado 24 horas por dia. Todos os Vereadores estão no cangote do Prefeito, cobrando investimentos, recursos. As associações de moradores, as donas de casa, os idosos, os jovens, os estudantes, os professores, todos fazem cobranças ao Prefeito. Não é possível que Lula, que se elegeu prometendo recursos para os Municípios, dizendo que era municipalista – apesar de nunca ter governado um Município –, hoje não atenda os quase cinco mil Prefeitos que estão em Brasília! Eles não vieram aqui para pedir esmola, mas socorro para seus Municípios. Hoje, alguns Prefeitos tiveram um confronto com a segurança do Senado, que tentou conter-lhes a fúria.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eles estão aqui pedindo, pelo amor de Deus, que suas comunidades sejam atendidas quanto a saneamento, educação, saúde, habitação, investimento para o meio ambiente, coleta de lixo. Querem ser socorridos por este Governo, que mente diariamente. Não é possível que nós, Senadores e Deputados Federais, que temos o poder do voto, que precisamos do Prefeito e das comunidades, façamos acertos com o Governo e não realizemos acordos com a nossa base eleitoral. Não é possível que o projeto que está na Câmara Federal para ser votado há mais de um ano não tenha lá a maioria;

não é possível que seja necessário pegar alguém pelo pescoço e dizer “bota o projeto em votação, porque os Municípios precisam e pedem socorro e atenção com a maior urgência”.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o meu protesto – já que o projeto passou nesta Casa – contra a direção da Câmara Federal, que até agora não olhou para os Prefeitos, que estão pedindo para serem atendidos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR LEONEL PAVAN.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a comemoração de mais um Dia Mundial do Turismo constitui excelente oportunidade para ressaltarmos, mais uma vez, a extraordinária relevância econômica e social dessa atividade, seja em âmbito global, seja no nosso próprio País.

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) prevê que o setor deve gerar, no corrente ano, nada menos que seis trilhões e duzentos bilhões de dólares em todo o mundo, correspondentes a 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. E se o turismo já é, hoje, um setor muito vigoroso, suas perspectivas de crescimento no futuro imediato são deveras impressionantes. As estimativas do WTTC indicam uma expansão, em termos nominais, para 10 trilhões e 600 bilhões de dólares até 2015.

De fato, esse crescimento já foi marcante no ano passado, quando as chegadas de turismo globais aumentaram em 10%, alcançando 760 milhões, de acordo com o relatório da Organização Mundial de Turismo (OMT). Esse aumento em 69 milhões no número de desembarques turísticos internacionais representa um volume quase equivalente ao total dos desembarques na França, principal destino no mundo. O mesmo relatório da OMT prevê, ainda, que o total de chegadas internacionais irá mais do que dobrar até 2020, passando de 1 bilhão 560 milhões.

No caso brasileiro, o espetacular potencial turístico de nosso País é sobejamente conhecido por todos nós. A boa notícia é que, finalmente, esse maravilhoso potencial começa a ter um melhor aproveitamento. Atualmente, um em cada dez brasileiros já trabalha direta ou indiretamente na área. O mercado turístico está em plena expansão e vem tendo reconhecida sua importância como grande gerador de empregos, divisas e renda. O Brasil é, hoje, um dos principais roteiros turísticos do mundo, já figurando entre os trinta maiores destinos no ranking da OMT. A atividade turística movimenta 52 setores econômicos e representa 4% do PIB nacional, parcela que deverá experimentar notável expansão nos próximos anos.

No ano passado, o País recebeu 4 milhões e 800 mil turistas estrangeiros, um crescimento de nada menos que 17% em relação a 2003, quando totalizamos 4 milhões e 90 mil visitantes. Para este ano, o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, espera um salto de igual magnitude, para 5 milhões e 600 mil turistas estrangeiros. A geração de divisas pelo turismo estrangeiro, no ano passado, foi da ordem de 3 bilhões e 900 milhões de dólares, segundo dados do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Da mesma forma, as perspectivas no turismo interno merecem ser comemoradas. Mais de 50 milhões de brasileiros viajaram pelo Brasil no ano passado.

Para consolidar e dar sustentabilidade a esse crescimento, o Governo Federal esforça-se para implementar o Plano Nacional do Turismo para o período de 2004 a 2007. As ambiciosas metas do Plano apontam para a geração de 1 milhão e 200 mil novos empregos e para o aumento para 9 milhões do número de turistas estrangeiros, os quais deverão gerar 8 bilhões de dólares em divisas. No que diz respeito ao turismo nacional, a meta é ampliar para 65 milhões o total de turistas domésticos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos conhecem meu profundo envolvimento com a temática do turismo. Prefeito que fui, por três vezes, de Balneário Camboriú, o maior balneário do Sul do País, cidade onde se vive e se respira turismo os 365 dias do ano, minha paixão por esse assunto só faz aumentar na medida mesma em que conheço o extraordinário potencial do turismo como instrumento de crescimento econômico e de melhoria das condições de vida para milhões de cidadãos brasileiros.

Quando Deputado Federal, foi com grande satisfação que ajudei a criar a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados e exercei a Vice-Presidência da bancada parlamentar de turismo. Nesta Casa, em minha primeira participação, logrei ver aprovada a iniciativa de criação da Subcomissão de Turismo do Senado Federal – no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos –, cuja Presidência, posteriormente, assumi.

Já neste ano, formulei requerimento no sentido de que fosse criada, no quadro das Comissões Permanentes desta Casa, a Comissão de Turismo, proposta que acabou redundando na transformação da Comissão de Desenvolvimento Regional em Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Felizmente, esses órgãos colegiados têm prestado notável contribuição para a ampliação gradativa dos orçamentos nacionais e estaduais para o setor de turismo.

No momento presente, todos nós que pugnamos pelo fortalecimento da atividade turística estamos acompanhando, com grande interesse, as discussões que estão sendo travadas no Ministério do Turismo acerca do Anteprojeto da Lei Geral do Turismo, que o Governo deve enviar ao Congresso Nacional ainda este ano. Esse Diploma Legal deve-se constituir num marco definitivo no sentido de fortalecer o Ministério do

Turismo e de garantir a continuidade da atual política pública para o setor, dando-lhe embasamento legal e a indispensável sustentação política.

Desejo pedir o apoio de todos para a proposta que venho defendendo, há cerca de dois anos, de unificação do período de férias escolares em todo o País. A idéia já tem o apoio da Comissão de Turismo da Câmara Federal e conta com a simpatia do Ministro Mares Guia, além de haver sido contemplada, em parte, no Anteprojeto da Lei Geral do Turismo. Evidentemente, um período unificado de dois meses de férias de verão servirá para minorar os efeitos da alta estação turística, caracterizada pelos altos custos decorrentes do excesso de demanda na temporada de férias, com maior deficiência dos meios de hospedagem, transportes e serviços.

Peço ainda, a colaboração dos meus pares a fim de que seja aprovado brevemente o PLC 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, cujo projeto relatei na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, há poucos meses, tendo sido aprovado e encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na oportunidade do transcurso de mais um 27 de setembro, Dia Mundial do Turismo, como também do Turismólogo, desejo deixar consignados nos anais desta Casa meus efusivos cumprimentos a todos aqueles que, no Brasil e em todo o mundo, constroem a pujança desse setor de tanta importância para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Em especial, apresento minhas homenagens à Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares pela passagem do seu quinqüagésimo aniversário, reconhecendo o extraordinário trabalho sócio-econômico desenvolvido pela entidade em prol do turismo nacional. Uma das maiores entidades do País, agregando 58 sindicatos, representando quase 1 milhão e 200 mil empresas, que geram cerca de 8 milhões de empregos diretos, a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares é credora da admiração de todos nós.

Outro dia comemorado hoje é o Dia Nacional do Idoso, instituído inclusive pela Comissão de Educação dessa Casa. Portanto, deixo aqui os meus cumprimentos a essas pessoas vividas, experientes que com toda a sua sabedoria comemoram o dia de hoje e comemorarão muitos mais.

Essas, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são as considerações que desejava trazer a V. Ex^a por ocasião do Dia Mundial do Turismo, Dia do Turismólogo e Dia do Idoso.

Muito obrigado!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SINDICATO
NACIONAL

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

ANDES Comando Nacional de Greve

SENADOR LEONEL PAVAN

CARTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CNG-ANDES-SN AOS PARLAMENTARES

A desrespeitosa decisão do governo de conceder reajuste de 0,1% ao servidor público federal levou a categoria docente a um processo de mobilização que culminou com a entrada em uma greve que já dura mais de 30 dias. Sabedores de que as iniciativas do governo para enfrentar a crise estão no caminho oposto ao da resolução do arrocho salarial a que estamos submetidos, os professores vêm fortalecendo a greve com a compreensão de que este é o caminho para se lutar pelo atendimento das reivindicações.

No sentido de reconstituir a luta do movimento e sua disposição ao diálogo, apresentamos a seguir um breve histórico das tentativas de negociação com o governo no decorrer dos últimos dois anos. No início de abril de 2004, quando a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - CNESF começava a campanha salarial daquele ano, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, convocou as entidades sindicais para uma reunião urgente da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP. Nesta, informou que o governo havia decidido que não concederia reajuste salarial para todos os servidores e que negociaria em separado com cada entidade. Praticamente dissolveu a MNNP. Dias depois, apresentou sua proposta para os professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, que consistia em reajuste na Gratificação de Estímulo à Docência - GED, destinada aos docentes da carreira do ensino superior e na Gratificação de Incentivo à Docência - GID, destinada aos professores da carreira de 1º e 2º graus, que ficou conhecida como a "proposta de abril".

No início de junho de 2004, já havia uma evolução nas conversas, com os representantes do governo admitindo promover reajuste com a extinção da GED e da GID. No entanto, isso não se concretizou. Em julho, utilizando-se, mais uma vez, da tática de dividir as entidades sindicais, o governo firmou acordo com o SINASEFE e editou medida provisória extinguindo a GID e criando uma gratificação fixa e paritária, a GEAD. Isso se impôs como fato consumado para mais de dez mil professores da carreira de 1º e 2º graus das IFES e, portanto, da base do ANDES-SN, sem que esta entidade tenha sido convidada para participar do acordo firmado.

O ANDES-SN, respaldado pelas decisões das assembleias das seções sindicais, mostrou, uma vez mais, disposição ao diálogo e, deixando de lado temporariamente as principais reivindicações da sua pauta, propôs ao governo que, também para o magistério do ensino superior, fosse extinta a GED e criada gratificação fixa e paritária. O governo, alegando não ter recursos para isso, rompeu as negociações.

Mesmo reconhecendo as perdas e os anseios da categoria, o governo não apresenta nenhuma proposta efetiva e suas declarações de intenção já não encontravam eco na categoria, dada a experiência acumulada até então. A questão que o movimento docente debateu na ocasião era que, se o governo manifestava tal intenção, deveria traduzi-la imediatamente e não deixar para um futuro incerto a

SINDICATO

21

ANDES Comando Nacional de Greve

NACIONAL

implementação daquilo sobre o que afirmava estar de acordo: extinção da GED com paridade.

Desconsiderando as reivindicações da categoria, o governo responde de maneira unilateral com a introdução na MP 208 de dispositivo que afirma que a GED seria paga no valor de 140 pontos para todos os professores da ativa, até que o Executivo baixasse novas normas de avaliação de desempenho e novos critérios de pontuação. Estabeleceu a MP 208 o prazo de 180 dias para que o governo procedesse a tal ato, prazo este que expirou em 20 de fevereiro de 2005. A tese do governo foi reafirmada com a Portaria 4052, de 9 de dezembro de 2004, do Ministro da Educação, que instituiu grupo de trabalho “com a finalidade de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)”. Em que pese o prazo fixado pela MP 208, a portaria do Ministro fixou o prazo de 150 dias para a conclusão dos trabalhos do GT. Isto é, até 9 de maio de 2005.

A disposição de diálogo do movimento docente, mais uma vez, se expressou com a participação do ANDES-SN no referido GT. O ANDES-SN levou diversas contribuições para o GT, como propostas para avaliação do trabalho docente, análise sobre os impactos financeiros para o restabelecimento da isonomia entre as duas carreiras hoje existentes com a equiparação da GED e da GEAD.

Os trabalhos do GT evoluíram para o consenso de que a avaliação de desempenho do trabalho docente individual deveria fazer parte da avaliação institucional e ser componente para a progressão na carreira e não para a remuneração diferenciada, como é o caso da GED. Em junho de 2005, os representantes do MEC começaram a modificar o discurso, ignorando o consenso construído e defenderam que o GT viesse a trabalhar sobre proposta de nova carreira docente, ao mesmo tempo em que adotaram a proposta de aumentar os incentivos por titulação. A manobra consistia em que, sem sequer cumprir a tarefa que cabia ao GT, se iniciasse um processo, que todos sabem ser longo, de construção, negociação e implementação de uma nova carreira. Até mesmo propostas que o governo havia anunciado anteriormente como medidas que apontavam na direção de uma nova carreira, como a criação da chamada classe especial, para a carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor, associado para a carreira do 3º grau, foram abandonadas.

Nas reuniões da MNNP, ocorridas no primeiro semestre de 2005, os representantes do governo reafirmaram que o reajuste de 0,1% cumpria a Constituição e que negociações salariais não seriam objeto de discussão, uma vez que trataria cada setor separadamente. Deixou claro, no entanto, que não haveria recursos para nenhuma melhoria salarial. O novo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Sílvio, em reunião com toda a bancada sindical, afirmou que todos os ministérios estavam autorizados a negociar com os servidores, desde que tais negociações não resultassem em impactos orçamentários para 2005.

Após a reunião do GT do MEC do último dia 31 de agosto, ficou clara a falta de disposição do governo. A definição sobre o destino da GED e a recuperação da paridade foram absolutamente abandonadas pelo MEC e este introduz um elemento

SINDICATO**ANDES Comando Nacional de Greve****NACIONAL**

que não faz parte da pauta de reivindicação dos docentes das IFES: o aumento de incentivos por titulação, que sequer seria para este ano.

Continuando a busca pela abertura de negociações o CNG-Andes, no dia 23 de setembro, protocolou pela terceira vez um pedido de audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad. Ao mesmo tempo, mantivemos contatos com vários parlamentares a fim de estabelecer canais de interlocução com o governo. No dia 26 de setembro o Ministro Paulo Bernardo em reunião com a Bancada Sindical informou que o governo está pensando os parâmetros na perspectiva de reajuste aos servidores, demonstrando, de maneira clara, a falta de disposição em negociar com os servidores públicos. Na mesma reunião o Sr. Sérgio Mendonça, ao ser questionado sobre o prazo para definição de tais parâmetros e o limite para alocação de orçamento, informou que o governo precisa de um tempo maior que duas semanas para definir o parâmetro central, e que após essa definição o governo agendará nova reunião com a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Apesar de todos os esforços envidados pelo movimento docente, o governo ainda não demonstrou qualquer disposição em receber a categoria para negociar efetivamente sua pauta de reivindicações, mesmo decorridos mais de 30 dias de greve.

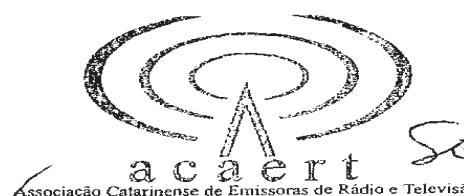
Construída nas instâncias de deliberação do sindicato, a nossa pauta de greve é a seguinte:

- Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial.
- Incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia.
- Retomada dos anuênios.
- Implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.
- Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES-SN (fevereiro de 2006)
- Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social é o caminho para a conquista do apoio social à nossa greve.

Dessa forma, o CNG-ANDES solicita o apoio dos senhores parlamentares, por meio de suas intervenções no Congresso Nacional ou junto ao governo, com o intuito de superar o impasse que nos foi imposto durante o processo aqui descrito, tomando como base nossa pauta de reivindicações .

Brasília, 27 de setembro de 2005



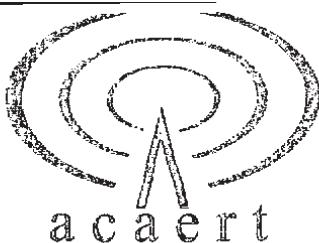
SENADOR LEO NEL PAVAN

MOÇÃO DA RADIODIFUSÃO CATARINENSE

Os Radiodifusores de Santa Catarina reunidos no **12º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão**, realizado de 21 a 23 de setembro, no município de Chapecó, endossam a seguinte Moção, em respeito à Sociedade Brasileira e às Instituições Democráticas do país:

- 1) As Emissoras de Rádio e Televisão, associadas à ACAERT, repudiam, com veemência, os atos de corrupção verificados nas mais importantes esferas políticas do Brasil e que são destacados diariamente pela Imprensa. Este fato abala as estruturas democráticas do país, tornando-se ameaça às conquistas soberanas da Nação.
- 2) A Radiodifusão Catarinense apóia alterações nas campanhas eleitorais, principalmente na produção dos programas de televisão e rádio, que acabam não cumprindo o objetivo de informar eticamente as propostas de atuação política dos candidatos.
- 3) Neste sentido, defende que a propaganda deva ser mais "informativa" do que "ilustrativa". O compromisso político de partidos e candidatos deve ser priorizado, diferentemente do que é praticado atualmente, quando a informação é maquiada por técnicas de marketing.
- 4) Os Radiodifusores defendem a redução drástica dos custos de produção dos programas, que devem ter um perfil simples e didático das propostas apresentadas. Defendem também o fim dos chamados "showmícios".
- 5) As Emissoras de Rádio e Televisão de Santa Catarina, através da ACAERT, se dispõem a promover eventos, em parceria com as Instituições Políticas e Judiciárias, no sentido de provocar um momento especial de mudança na forma de se fazer campanha eleitoral no Brasil.

Presidente
Raniere Proacan
Bertolini



Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão

Senador Leonel Pavan

EM RELAÇÃO AO 12º CONGRESSO CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO:

- 1) A Diretoria da ACAERT agradece e reconhece o trabalho e dedicação dos Radiodifusores da Região Oeste, que souberam organizar, com competência, este Evento que já entrou para a história da Radiodifusão do estado.
- 2) A ACAERT destaca também, com orgulho, que a Rádio Vanguarda, de Xaxim, Emissora Associada, é a primeira Rádio do Brasil a receber a Certificação ISO 9001/2000, que afere o Sistema de Gestão da Qualidade de uma empresa.
- 3) Os Radiodifusores de Santa Catarina reiteram o apoio à política de comunicação do Governo do Estado, que valoriza a Mídia Regional e democratiza o investimento estatal, garantindo, desta forma, a utilização ética dos recursos públicos.
- 4) A ACAERT e suas Emissoras Associadas enfatizam o compromisso da Radiodifusão de Santa Catarina com a sociedade. Renovam os votos de esperança em uma Nação mais justa, democrática e preparada para oferecer qualidade de vida aos brasileiros.

Chapecó, 23 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador Leonel Pavan, a Mesa agradece a compreensão de V. Ex^a com o tempo e deferirá a transcrição do pronunciamento de V. Ex^a na íntegra.

Com a palavra, a nobre Senadora Heloísa Helena, como Líder, por cinco minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, gosto de ser dama. Só não sou dama quando há algum canalha pela frente. Por isso, às vezes fico muito abusada, sem querer.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Senador Geraldo Mesquita e vários outros Parlamentares já falaram sobre a Marcha dos Prefeitos e também desejo me pronunciar sobre o tema. Houve, inclusive, um inconveniente, há pouco: vários Prefeitos legitimamente repudiavam determinadas questões nacionais, e isso acabou sobrando para os nossos pobres responsáveis pela segurança. Infelizmente, mais uma vez, sobra para a parte mais fraca. E a parte fraca são os Prefeitos, que acabam descontando na parte igualmente fraca: os servidores da segurança, que aqui estão para cumprir ordem.

Nossas queridas Prefeitas e nossos queridos Prefeitos deveriam ter esse vigor quase físico em relação aos Parlamentares da base de bajulação do Governo, Senadores e Deputados, que os acolhem em seus respectivos Estados com demagogia e efetivamente nada fazem para que o Governo aprove aqui as medidas necessárias aos Municípios.

Quero falar especialmente sobre a pauta legítima de reivindicações das Prefeitas e Prefeitos, que será apresentada amanhã. Mas não poderia deixar de registrar, nesses poucos três minutos que tenho, nosso repúdio a essa forma desavergonhada de exercitar os poderes na relação promíscua entre Palácio do Planalto e Congresso Nacional.

Fico impressionada! Realmente, ainda consigo ficar surpresa. Já nem deveria mais me surpreender, não é, Senador Geraldo Mesquita Júnior? O meu limite de surpreendimento já deveria estar esgotado definitivamente.

Há alguns anos, o Senador Romeu Tuma, que se encontrava aqui presente, assim como outros Senadores que estavam no mandato passado viam como eu combatia, com ferocidade e veemência, o fato de o Governo Fernando Henrique Cardoso estabelecer a mesma metodologia perversa de distribuir cargos, prestígio, poder, liberação de emendas, conforme a agenda definida pelo Palácio do Planalto. O que está acontecendo agora consegue ser mais vergonhoso, mais vexatório, porque, embora as mulheres e homens de bem e de paz, espalhados pelo Brasil, que

querem continuar ensinando a seus filhos que é proibido roubar, tenham repudiado com veemência o esquema provado do mensalão, o atual Governo achou pouco a vergonha da promiscuidade Congresso Nacional/Palácio do Planalto e, na semana passada, fez pior: liberou R\$500 milhões, mas não para dar conta da necessidade dos filhos da pobreza, que precisam de investimentos em saneamento, moradia, segurança pública, abastecimento de água, espalhados pelos Municípios do Brasil. Em vez de liberar as emendas, os recursos previstos no Orçamento para facilitar a vida não de Prefeitos, Governadores, Senadores, enfim, de Parlamentares, mas dos filhos da pobreza, espalhados por mais de cinco mil Municípios, que precisam do aparelho público, do aparelho do Estado, funcionando de forma competente e disciplinada para todos, o atual Governo reproduziu a mesma metodologia que condenávamos com veemência, agindo de forma pior, irresponsável, cínica e dissimulada. No momento em que todo o povo brasileiro olha para esta estrutura desmoralizada chamada Congresso Nacional, que funciona como um medíocre anexo arquitetônico dos interesses espúrios do Palácio do Planalto, o atual Governo não acha nada disso pouco e, publicamente, diz que está liberando R\$500 milhões para interferir nas eleições da Câmara dos Deputados.

Sei, Sr. Presidente, que o mundo da política é o melhor dos mundos para o bandido. Sei disso. Sei que quem é de bem e está na política vive quase enfartando todos os dias. Sei que o melhor dos mundos para quem quer roubar, enriquecer, patrocinar banditismo político impunemente é o mundo da política. Mas, pelo menos, não pisemos com tanta força nos corações das mulheres e homens de bem e de paz espalhados pelo Brasil, que estão angustiados, num misto de tristeza e indignação, em ver a desmoralização disso que foi conquistado com sangue, suor, vidas e lágrimas, que é a democracia representativa no Brasil, combalida, falida. Mesmo assim, isso foi conquistado por milhares de pessoas que dedicaram suas vidas para que pudéssemos estar aqui hoje.

Então, tudo aquilo foi conquistado com sangue, juventude e lágrimas por milhares de pessoas que lutaram pela democracia representativa, cuja simbologia é estarmos aqui no Congresso Nacional. Aí, o Congresso Nacional se presta a ser o outro lado do balcão de negócios sujos montado pelo Palácio do Planalto.

Portanto, deixo aqui meu repúdio. Queríamos nós que a liberação das emendas fosse feita conforme a realidade de cada Município. Eu, pelo menos, não tenho relações políticas com um ou outro prefeito; então, quando vou estabelecer as emendas no Orçamento, para liberar minhas emendas, tento identificar déficit

habitacional, doença de Chagas, mortalidade infantil, aquilo que pode significar melhorias objetivas para a vida das pessoas pobres que dependem da ação das prefeituras ou dos governos estaduais.

No entanto, nada disso conta. O que conta é ser da base de bajulação, ajoelhar-se covardemente diante do Palácio do Planalto e, portanto, ser omissa e cúmplice em qualquer esquema podre de corrupção.

Por isso, o povo brasileiro está sentindo não o cheiro de *pizza*, que é um alimento bom a ser compartilhado com as crianças nos domingos da família, mas o cheiro de lama cada vez maior, em função da “operação abafa” que está sendo montada, de forma sofisticada, às vezes, mas igualmente promíscua, entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, aquilo que é – eu sei – apenas o exercício das minorias, quase o *jus sperniandi*. Sabemos que isso resolve muito pouco, até porque, enquanto estamos a exercitá-lo, outros estão, de forma ardilosa e sofisticada, mas igualmente vomitável, desprezível e nojentinha, articulando jogo sujo, para fazer, mais uma vez, o jogo do Palácio do Planalto, até na eleição do Presidente da Câmara dos Deputados.

Portanto, esse é apenas o nosso protesto. Espero que, um dia, mais cedo ou mais tarde, nem que demorem 200 anos, ainda que não estejamos a ver um mundo melhor, rico de pão, paz e felicidade para todos, façamos deste País uma Pátria soberana, ética, livre, igualitária e fraterna, como quer e sonha a grande maioria do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador César Borges, por cessão do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente e Senador Antonio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, abordo hoje uma questão gravíssima que já estamos discutindo há muito tempo. Refiro-me à desastrosa iniciativa do Governo Federal no tocante à transposição do rio São Francisco, obra inviável economicamente, inconveniente do ponto de vista ambiental e que, sem sombra de dúvida, não resolverá nenhuma das graves questões do Nordeste brasileiro.

Enquanto isso, Sr. Presidente, o atual Governo procura fazer essa obra de qualquer maneira, como

que procurando um novo duto para irrigar as suas necessidades de campanha eleitoral, uma vez que se avizinha a campanha de 2006. Enquanto isso, o Nordeste brasileiro, em especial os Estados da Bahia, de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que amam e que vivem o São Francisco, chegam à situação de desespero. Não aceitam, portanto, ver a cada dia a pressão governamental tratorando todos aqueles que se opõem a essa obra, conseguindo, da forma mais insidiosa possível a autorização da ANA. A Agência Nacional das Águas concedeu definitivamente o direito de uso, que é a outorga, das águas do rio São Francisco pelo prazo de 20 anos. Resta agora apenas a licença ambiental do Ibama.

Agrava-se, então, a angústia daqueles que querem ver o rio São Francisco revitalizado, recuperado nos seus mananciais, as cidades ribeirinhas com recursos suficientes para fazer o tratamento de esgoto, visando não trazer prejuízos ao rio. Enfim, o Governo não faz nada pelo rio São Francisco, mas quer sangrá-lo de forma extremamente perniciosa a toda a população que vive às suas margens. Não destina recursos para os projetos de irrigação que estão paralisados, como o projeto Salitre, na região de Irecê, assim como o projeto Baixio de Irecê, o Jaíba, no Estado de Minas Gerais, e tantos outros que se encontram paralisados por falta de compromisso do Governo com a região nordestina.

Enquanto isso, Sr. Presidente, aqueles que estão desesperados tomam atitudes extremas, e uma dessas atitudes trago hoje ao conhecimento desta Casa e do Brasil, de um bispo católico da maior respeitabilidade, um clérigo que dedica a vida ao Nordeste, em especial ao rio São Francisco, o Frei Luiz Flávio Cappio, Bispo da Diocese de Barra, cidade importantíssima do vale do rio São Francisco, que fica na confluência do rio São Francisco com o rio Grande.

Pois bem, está aqui noticiado nos principais jornais da Bahia, como o **Correio da Bahia** e **A Tarde**, que o bispo passará a fazer greve de fome em defesa do rio a partir do dia de hoje. E o bispo emitiu uma declaração que está não só nos jornais baianos, mas também nos principais jornais do País.

O Frei Luiz Flávio Cappio – volto a repetir –, bispo diocesano da cidade da Barra, assim como a Irmã Conceição, da congregação Imaculada Conceição da Mãe de Deus, e o sociólogo Adriano Martins começaram uma greve de fome, Sr. Presidente, na tentativa de impedir o início desastroso dessa obra que divide os irmãos nordestinos. E Dom Luiz Flávio Cappio emitiu a seguinte declaração que faço questão de ler neste momento:

Em nome de Jesus Ressuscitado, que vence a morte pela vida plena, faço saber a todos:

1. De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do Rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização;

2. Permanecerei em “greve de fome” até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição;

3. A “greve de fome” só será suspensa mediante documento assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República revogando e arquivando o Projeto de Transposição;

4. Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, chegue quando já não for senhor dos meus atos e decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer.

5. Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doei toda a minha vida, em Barra, minha querida diocese.

6. Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim.”

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM

Sr. Presidente, conheço pessoalmente o Frei Luiz Flávio Cappio, sei do seu equilíbrio, uma pessoa sensata, de atitudes pensadas, de atitudes meditadas, nunca foi um homem de atitudes radicais. Quando ele toma uma atitude desse nível, Sr. Presidente, é porque, efetivamente, ele, que conhece todo o vale do rio São Francisco, que já percorreu da nascente à foz do rio, sabe a situação que vive o rio São Francisco e o desasco, o desprezo do Governo Federal por esse rio, que não faz nada pelo São Francisco e que está na iminência de iniciar esse perverso e desastroso projeto da transposição do São Francisco.

Por isso, alerto para essa decisão, que é uma decisão tomada em um momento de desespero, mas, com certeza, após reflexões feitas com profundidade por esse religioso a quem temos o maior respeito. Ele tem o respeito de todos aqueles que habitam a sua diocese e que estão ao longo do rio São Francisco.

Sr. Presidente, essa é a situação a que estamos chegando, lamentável, pela insistência de um Governo que quer transformar em realidade um projeto condenado pela grande maioria dos nordestinos, a grande maioria

absoluta. Se fizermos um plebiscito, como é proposto pelo Deputado Luiz Carreira, no Nordeste brasileiro, vamos ver qual é a posição dos nordestinos em sua grande maioria: contra esse projeto danoso. Não somos contra a que se leve água a nossos irmãos nordestinos, mas somos contra esse projeto que visa, antes de tudo, desperdício de recursos públicos. Recursos que faltam, como já foi dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, para a manutenção de nossas estradas.

Veja bem, Sr. Presidente, o próprio Ministro da Agricultura, que participa deste Governo, foi à Bahia e, na Associação Comercial da Bahia, disse que a agricultura brasileira tem imensas dificuldades por falta de infra-estrutura. Tem dificuldade nos portos... Palavras do Ministro: “Precisamos investir em ferrovias, em hidrovias, em portos, em energia, mas isso só será possível em parceria com a iniciativa privada. Espero que haja investimento externo nas rodovias”.

E por que o Ministro disse isso, Sr. Presidente? É porque ele sabe que o agronegócio está sofrendo e que vai ter uma perda de 16% do Produto Interno Bruto do setor agrícola, com prejuízo muito grande para o setor, que terá uma perda de bilhões de reais por falta de investimento na infra-estrutura. Enquanto isso, este Governo fala da famigerada transposição, que ele passou a chamar de integração de bacias. É mais ou menos como Delúbio, que chama caixa dois de dinheiro não contabilizado.

Mas a integração do Governo nada mais é do que um “integraduto”, para fazer um similar do “valerioduto”, para financiar o PT e a campanha do Presidente no próximo ano. Por isso somos contra e seremos sempre contra esse projeto.

E vejo aqui o Frei Luiz Flávio Cappio se transformar no verdadeiro mártir...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...mais um mártir, Sr. Presidente, para evitar essa transposição danosa ao País, danosa ao Nordeste e, principalmente, ao rio São Francisco.

O Governo mostraria sensibilidade social se investisse na necessária e inadiável revitalização desse rio tão importante para milhões de brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância!

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG.) – Com a palavra o nobre Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, queria inicialmente me dirigir ao Senador César Borges para dizer a S. Ex^a que não é só a transposição do rio São

Francisco que pode ser considerada como uma iniciativa desastrosa. Tem outras mais e muitas outras, sobre Senador César Borges. Uma delas – e vergonhosa – é um artigo que tem na 252, “PEC do Bem”, que está pautada em primeiro lugar para ser votada.

Nela, Senador, o Governo Federal, não satisfeito com o lucro daqueles que estão exportando minério, estão usufruindo lucros astronômicos, lucros de cinco bilhões/ano, recebem agora mais um prêmio. Enquanto o trabalhador paga 30% ou 40% de tributos sobre a comida que come, sobre a roupa que veste; enquanto pagamos 27,5% de Imposto de Renda, essas empresas pagam exatamente nada e estão acumulando riquezas incalculáveis!

A MP 252 traz embutida mais uma isenção, mais um ato absurdo, criminoso contra a economia brasileira. A MP 252 isenta de pagamento de tributos, na importação, aquele maquinário que se destinar a produzir exportações, desde que a empresa exporte 80% daquilo que produz. É uma medida dirigida para só uma empresa no Brasil. É uma medida que visa enriquecer mais aqueles que não estão precisando em detrimento do povo brasileiro. É uma medida para que importemos vagões da China, locomotivas, máquinas pesadas para extrair nosso minério, nossa riqueza, e exportá-lo sem valor agregado.

Não sei onde está com a cabeça este Governo, e esta Casa pode referendar esse desastre. Podemos votar na MP 252 uma das medidas mais entreguistas já cometidas no País. Não basta ganhar tanto dinheiro na hora de exportar nossos minérios, sem nenhum valor agregado, sem reproduzir nenhum emprego para o nosso povo?! Agora, vamos isentá-los na importação, Presidente Aelton Freitas! É algo que me entristece, que me envergonha. Não é possível que a população brasileira não se levante contra isso; não é possível que a Câmara dos Deputados não veja passar uma proposta como essa; não é possível que esta Casa, hoje, amanhã ou depois, vote um monstro deste contra a economia brasileira sem protestos! Não acredito que deixemos isso acontecer.

Faço um apelo aqui aos meus Pares para que todos leiam essa MP nº 252, vejam o que está ali embutido. Quem importar máquinas para fazer sapatos não será desonerado, não gozará do benefício, porque aqui existe similar. Quando alguém for importar frigorífico para abater gado para exportação, não obterá os incentivos, porque aqui existe similar. Repito: só serão beneficiados uma, duas ou algumas empresas que trabalham com maquinário pesadíssimo, que não é produzido no Brasil; trata-se de uma medida elaborada, projetada no gabinete de alguém que apenas desejava usufruir para uso próprio para si, para

alguns parentes, para algum Partido. Não creio que esta Casa vá se curvar mais uma vez votando uma medida como essa.

Faço um apelo, novamente, neste momento em que o agricultor brasileiro acaba de produzir e não há comprador para o seu produto e, se encontrar, vai vendê-lo por 20% ou 30% do valor de custo. O agricultor brasileiro, o pecuarista brasileiro não tem condições, hoje, de exportar com o dólar a R\$2,30, não tem condição de vender no mercado interno a R\$1,10, R\$1,20, R\$1,30 o quilo de gado bovino. O produtor de arroz está entregando a R\$15,00 a saca. Esses produtores moram e participam de um País que não tem uma política agrícola, que não tem um seguro agrícola, que não tem nada que beneficie o pobre do cidadão brasileiro, o produtor brasileiro. Só são beneficiados aqui, repito, os que não precisam. Se as multinacionais estiverem cheias de carros nas praças, nos seus armazéns, por certo, vamos diminuir o IPI deles, nós vamos aumentar os prazos do CDC, vamos criar consórcios, vamos diminuir os impostos, para que a multinacional não seja prejudicada.

E o produtor nacional, que morra!

Agora, vejo e repito mais essa agressão a nossa economia, mais esse absurdo cometido contra o nosso povo, contra a nossa economia.

Faço um apelo para que tomemos juízo e não deixemos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – (...) não pisemos essa casca de banana que colocaram para que caiamos.

Fiz um apelo patético ao Senador Tião Viana, Líder do PT, Líder que sabe o que faz, homem competente e nacionalista: não deixemos que o Presidente Lula passe à História como o Presidente mais entreguista que este País já teve.

É o apelo que faço, Sr. Presidente Tião Viana.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

A Mesa esclarece ao Plenário que não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para votação das matérias em pauta.

Portanto, não haverá votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2005**

(Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador José Sarney

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 24, DE 2005**

(Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005,

que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Relator revisor: Senador César Borges

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 254, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 62 DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos

e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen-Substitutivo): favorável.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004-COMPLEMENTAR**
(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões: de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que*

exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 88, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluir novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 33, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 44, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001,

na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 47, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 63, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia

Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, conforme previsto, encontram-se, hoje, no âmbito do Senado, milhares de Prefeitos, que vieram protestar pelo que eles chamam de descaso, com justa razão. Os Prefeitos têm perdido o Fundo de Participação de forma significativa. Comparado com números do ano passado, não é tão grande a diferença. O problema é o ordenamento dessa diferença. Eles recebem três cotas. A última cota foi reduzida, de forma imprevista – embora o Governo tenha dito que avisou pela Internet, sabemos que a grande maioria das prefeituras não possui Internet –, e a maioria dos Prefeitos nem chegou a tomar conhecimento dessa redução de 88% em relação à cota do ano passado.

O resultado é que as prefeituras, nessa terceira cota, têm de pagar os salários dos Vereadores e o dinheiro não dá sequer para fazer frente a isso. Seja uma prefeitura 0,6, seja uma prefeitura 0,8, seja uma prefeitura 1,2, seja qual for, o dinheiro era insuficiente. Estão, ainda, os Prefeitos acossados pelos precatórios. A toda hora e a todo instante, chegam mais precatórios. Não bastassem os precatórios, ainda há as dívidas do INSS. E por que não dizer do peso gigantesco do aumento do salário mínimo, que cria um mecanismo perverso?

As prefeituras do Nordeste chegam a ter 61% dos seus funcionários recebendo um salário mínimo. Quando aumenta o salário mínimo, é claro que eles explodem os níveis da Lei de Responsabilidade Fiscal. E ao descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, eles perdem 30% nos seus subsídios. E o que é pior, ficam sem condições de receber as emendas. Emendas que, faz tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não são pagas.

As emendas previstas como emendas dos parlamentares totalizavam R\$1.111.000.000,00. Até a semana passada tinham sido empenhados R\$76 milhões dessas emendas, ou seja, 6,7%. E só tinham sido pagos 0,36%, menos de R\$4 milhões. Agora, fala-se em liberar as emendas. Liberar as emendas, no jargão

do serviço público, significa empenhar as emendas. Empenhar não é pagar. Empenhar é apenas prometer que vai pagar.

Diante de tanto empurra com a barriga, de tanto desalento e de uma experiência tão difícil e ácida, ninguém crê. Então, o desalento dos Prefeitos é muito grande.

Houve estiagem ou enxurradas.

Quero interromper meu discurso apenas um minutinho para agradecer ao Senador Romeu Tuma por ter permitido comigo a ordem de inscrição para falar.

A verdade é que, nas enxurradas, várias passagens molhadas – que não chegam a ser pontes; são apenas passagens sobre as quais a água passa, mas dá para passar de carro ou a pé – foram levadas. E a insensibilidade do serviço público também é incrível! Porque foi tirada fotografia da passagem molhada na época, e o serviço público diz: “Tem de devolver o dinheiro, porque as chuvas levaram as passagens.”

São muitos os casos de insensibilidade. Estou dando um exemplo.

Na Prefeitura de Riacho dos Cavalos, por exemplo, na Paraíba, as casas foram construídas. Posteriormente, foi elaborada uma norma para se conhecer quem estava morando nas casas. Então, a fiscalização voltou as casas. Como os moradores não são os mesmos, virou-se para o Prefeito anterior e disse: “Devolva o dinheiro da construção das casas, porque os moradores não são os mesmos.” Ora, isso é querer tornar imutável uma situação que é mutável. A pergunta é: as casas foram construídas? Foram. Estão lá? Estão. Quem está morando? Não importa, porque já se passaram quatro anos. Famílias que perderam suas lavouras tiveram de ir para o Sul e cederam a casa para outros. Isso não é problema do prefeito!

Infelizmente, a burocracia, em Brasília, é insensível! O burocrata que está aqui, sob o aparelho de ar condicionado, revoltado por alguma razão, cria todo o tipo de problema para essas pobres prefeituras.

Então, não é só o não pagar; não é só a irregularidade do pagamento do Fundo de Participação, que é um direito constitucional; não é só esperar “x” e receber “x-10”; não é só a espada terrível do precatório; não são apenas as cobranças. Por “n” razões, esses prefeitos, hoje, são uns heróis e vieram ao Senado, Senador Arthur, para comparecer ao nosso auditório. E a norma é que eles entrassem por lá, mas todos os prefeitos de Goiás entraram por aqui, pela frente. Como houve um mal-entendido, quiseram vetá-los. Houve empurra-empurra daqui, houve tapa, houve empurrão! Se não houvessemos pedido calma, eles iam quebrar o vidro do Cafetinho; se não os levássemos para o auditório,

com certeza, tinha sido muito pior, porque estava havendo um corpo-a-corpo.

Que imagem esses prefeitos não levam do nosso Congresso! Eles vêm para pedir justiça; eles vêm a esta Casa para pedir que consigamos o 1% a mais do Fundo de Participação que foi prometido a eles; eles vêm pedir que o Governo não lhes tire, de uma vez, a devolução do Imposto de Renda, como fazia antes; eles vêm conhecer os seus Senadores, chegam aqui e passam por um vexame desse!

Não é culpa da Segurança. Ela está desempenhando o seu papel. Não havia ordem. Tentaram proibir a passagem deles. Infelizmente, devíamos ter previsto isso!

Há, no auditório, mais de mil prefeitos. O Presidente da Casa agora foi lá, falar com eles.

Continuo imaginando o que faz um prefeito do sertão da Paraíba, cujo Município passou por uma estiagem! A população toda está triste, porque houve chuva para um pasto. É o que chamamos de seca verde. Conseguiu-se tirar umas espigas de milho, mas a safra se foi. Neste mês, a prefeitura não recebeu nada. A terceira parcela veio zero.

Hoje, no auditório, encontrei dezenas de prefeitos que disseram que suas prefeituras não receberam nada, receberam menos tanto, que serão descontados na próxima cota.

Coloquem-se na situação de um prefeito desse! Quem conhece as prefeituras sabe que o prefeito é quem resolve tudo. Se há um nascimento, é o prefeito que corre para providenciar o médico e para transportar a paciente para o hospital – e nem sempre há ambulância! Às vezes, a paciente vai no carro do prefeito. Se há morte, é o prefeito quem paga o caixão; se há uma doença, é o prefeito que coloca o paciente na ambulância e o manda para a capital, porque, provavelmente, na região dele, nas pequenas cidades, não há um hospital.

Sei o que é uma casa de prefeito. Às 5h da manhã, já está cheio de gente esperando que o prefeito acorde – quando não fazem barulho para ele acordar e começarem a pedir, porque ele virou o responsável por tudo!

Não é na Nação que o povo mora, não é no Estado que o povo mora; o cidadão mora no Município. Essa é a **cellula mater** da República. E como é que a Federação tem tratado os Municípios? A pontapés!

Eu me envergonho do tratamento que a República tem dado aos Municípios.

Nobre Senador Wellington Salgado, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna, tive oportunidade de

receber aqui, no Senado, alguns prefeitos de Minas Gerais e os levei ao gabinete de V. Ex^a, meu Líder, para que também participasse e me desse mais força nessa luta por mais 1% do Fundo de Participação que eles pleiteiam. V. Ex^a recebeu muito bem esses prefeitos, apoiou-os e continua nessa luta até este momento; luta essa que também apóio. Estamos juntos. Mas há algumas coisas que não consigo entender, Senador Ney Suassuna. Por exemplo, diante de tudo o que está acontecendo, diante do momento histórico do País, diante da questão toda do Parlamento, há algo que procuro observar: eu sempre acreditei que o Presidente tivesse um bom coração. Desde que entrei no Senado, sempre acreditei nisso. O fato de ele não ter estudado e de ter se assessorado com pessoas que acabaram lhe criando grande problema, tudo isso é possível de acontecer. Ele mudou a equipe e está tentando acertar. Mas sempre acreditei que o Presidente tivesse um bom coração. Não é possível que eu venha a me enganar. Já lidei com muitas pessoas. Como vim de instituição de ensino, ouvi professores, alunos e pais de alunos pedirem; sabe-se diferenciar em quem se pode ou em quem não se pode acreditar. A cada dia que passa, vejo, cada vez mais, problemas desse tipo que V. Ex^a está abordando. São prefeitos que não têm condições, que não têm o nada-consta do INSS e que, por isso, não podem receber. No entanto, não há parcelamento. Se fizermos uma lei que propicie o parcelamento para as prefeituras, ela terá de ser para todos, porque a lei é igual para todos. Não sei se interessa o fato de eles não terem certidão e, por isso, não receberem mais dinheiro. Como não recebem a certidão, não podem participar dos outros projetos. Assim, Senador Ney Suassuna, hoje, realmente, sentimo-nos como se a cobra tivesse mordendo o rabo: ficamos rodando, rodando, rodando e não vamos a lugar nenhum. Temos de tomar uma decisão. Como sou novo na Casa, procuro sempre escutar os mais velhos e experientes, como V. Ex^a, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Romeu Tuma – é claro, separando um pouco o fato de ser Oposição ou não. Mas, sendo Oposição ou Situação, vejo todos caminhando, sempre, na mesma direção: para termos um Brasil melhor. Hoje, todos os prefeitos estão aqui, reclamando. Ou seja, na base, como V. Ex^a mencionou, não está chegando nada, ninguém está recebendo nada, não há como trabalhar! Como é que alguém pode receber? Ele ia receber 85?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Oitante e dois. A maioria recebeu cinco e muitos receberam zero; outros até negativo.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a, que está estudando bem o assunto,

esclareça-me uma questão: desses 85, ainda vai sair o dinheiro para a Câmara de Vereadores?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Era para isso. Normalmente, uma 06 tem de pagar R\$18 mil à Câmara de Vereadores.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Então, as Câmaras não receberam?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. A grande maioria, não.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Nesses 85, está incluído o dinheiro que deve ser aplicado em educação?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Esse, geralmente, sai da primeira parcela.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O que mais sairia desses 85, Senador?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se observarmos o péríodo de um prefeito, verificaremos que ele paga 25% para a educação, 15% para a saúde, 15% para o INSS e 8% para a Câmara. No final, quando olhamos a folha – que estourou normalmente depois do salário mínimo –, não sobra praticamente nada para as prefeituras, principalmente para as do semi-árido, que engloba uma pequena área de Minas Gerais, uma grandiosa área do Estado do Senador Antonio Carlos Magalhães, que é o maior semi-árido do País, a Bahia, e todas as prefeituras do Norte e do Nordeste. Mas não são só essas. Ontem, eu pensava que era assim, mas as do Rio de Janeiro, as que não são grandes, estão na mesma situação.

É uma questão gravíssima, porque envolve um sem-número de prefeitos.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Para completar, Senador, há uma última dúvida que eu gostaria de tirar com V. Ex^a: quando não recebem o dinheiro que teriam de receber, e a folha de pagamento acaba sendo maior do que os 60%, naquele momento, eles estão descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com toda a certeza. E, aí, é queda e coice, porque eles passam a ficar fora da lei, perdem 30% dos subsídios e ainda não podem receber as emendas que colocamos. É difícil.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Quer dizer que não há saída?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Saída há, mas, infelizmente, ela não está sendo vista devido à preocupação da equipe econômica em guardar dinheiro para o superávit primário.

Concedo o aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em seguida, Senadora.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem toda razão na sua exposição, e tenho certeza de que o Senador Wellington não vai defender essas teses com os dois mil e tantos Prefeitos que estão aí. Achar que Lula tem bom coração a esta altura, quando o trabalhador não tem aumento, quando os estudantes não têm escola, quando a situação é cada vez mais grave e só o que se faz sempre, com impunidade, é roubar? E, ainda, isso é bom coração? Tenha paciência! Ele pode ter bom coração para si e para a sua família, mas para o povo brasileiro, tem um coração muito perverso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Antonio Carlos, respeito muito V. Ex^a, entendendo a situação dos Prefeitos, mas não posso concordar com grande parte do discurso de V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

Concedo um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Em seguida, eu o concederei ao Senador Romeu Tuma.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Suassuna. Quero concordar com a sua fala no que diz respeito a essa política econômica. Quantas vezes subimos à tribuna e fizemos críticas, para, depois, ver a imprensa dizer que parte do PT critica aquilo que o Governo tem de melhor! Não consigo ver o contingenciamento de recursos que está atingindo as Prefeituras e impedindo a recuperação de nossas estradas como sendo o melhor. Eu não consigo ver nada de melhor numa política econômica e fiscal que não permite que o Governo dialogue e atenda, por exemplo, os professores e os funcionários das universidades federais. Não consigo ver nisso uma coisa positiva. Não consigo ver como algo positivo um Governo que contingencia recursos, não os liberando para a reforma agrária e para a construção de vicinais. Isso não é positivo, ao contrário. Não estou defendendo uma mudança radical ou um tipo de aventura na política econômica. Não estou querendo que, agora, simplesmente haja um tipo de política econômica em que a inflação seja absurda. No entanto, taxa de juros como essa e uma política econômica que prioriza o superávit e o contingenciamento de recursos, em detrimento do atendimento à população, merecem e devem ser alteradas. Acredito, sim, que o Presidente tenha bom coração, porque, se não o tivesse, não faria políticas públicas como o Programa Luz para Todos. Nesse final de semana, fui a um lugar chamado Vila Taboca, no Município de São Félix do Xingu, para inaugurar uma obra desse Programa, que beneficiou mais de mil famílias. Esses programas importantes levam cidadania para as pessoas que estão nos lugares mais longínquos, mas precisamos de muito mais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senadora. V. Ex^a, como eu, faz parte da base do Governo e está fazendo uma crítica que é produtiva. Não estamos pichando e dizendo: “Abaixo, quebra!” Não é isso. Estamos dizendo que não há um

planejamento de prioridades. Certas coisas necessárias, que são migalhas no contexto, não estão sendo atendidas, embora alavanquem enormemente o desenvolvimento ou a qualidade de vida do povo brasileiro. Também não concordo com isso que está acontecendo. Está errado.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sabe por que o Senador Wellington disse que o Presidente tem bom coração? Porque leu, hoje, a MP nº 252, que é a MP do Bem. Creio que isso o levou a ter um sentimento mais carinhoso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas, se V. Ex^a for examiná-la, verá que a MP do Bem é do mal.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Querido Líder Ney Suassuna, ontem, nós e vários oradores falamos sobre a crise por que passam os Municípios brasileiros. Prefeito era sinônimo de administrador, de pessoa que se dedicava diretamente ao cidadão, porque todos nós moramos no Município e dependemos da ação do Prefeito, para melhor ou pior, a fim de nos sentirmos mais próximos da cidadania. Hoje, porém, ele é sinônimo de depressão, de angústia, de sofrimento. É duro, Senador Ney Suassuna aqui estão vários Prefeitos, pedir a migalha de uma pequena emenda no Orçamento. Nós a fazemos, o Governo não a repassa, e a nossa mãe é xingada. Por isso, digo que o Governo deve saber que ele também mora no Município. É claro que está encastelado, tem todos os benefícios naturais, mas não pode esquecer o povo, porque, hoje, a responsabilidade constitucional dos Prefeitos é muito grande. Fomos delegando, delegando e esquecemos que o caixa deve ir atrás. Assim, a liderança de V. Ex^a e a exposição que faz devem receber o apoio de todos, buscando-se a aprovação de mais 1%, o que deverá resolver a situação, pelo menos em parte, com a migalha referida por V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador. V. Ex^a representa São Paulo, o maior Estado da União, que também tem a maior concentração de nordestinos de todo o País. A Capital de seu Estado, que é a maior cidade brasileira, tem dívidas gigantescas. Não houvesse lá a presença da imprensa, dos grandes jornais e das grandes TVs, com certeza ela estaria numa situação tão caótica e difícil como a de qualquer Município do interior da Paraíba, porque a sua dívida é grandiosa, é maior do que a de muitos Estados.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Acredito que soma quase que a de todos os Municípios.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Quase que a de todos os Municípios, não. Quase que a de todos os Estados, exceto São Paulo, que deve o mesmo que a Califórnia, embora não tenha a mesma produção.

Ao encerrar pedindo justiça para os Municípios, Sr. Presidente, saúdo o Presidente da Famup (Federação das Associações dos Municípios da Paraíba) e

Prefeito de Picuí, Rubens Germano Costa, e o Presidente da Câmara Municipal de Picuí, Aldemir Alves de Macedo, ambos da nossa gloriosa Paraíba.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a e à Mesa pronunciamentos, enviando aos Anais entrevista concedida pela Senadora Heloísa Helena ao **Correio Braziliense** do último dia 25 deste mês, em que S. Ex^a afirma que seria impossível se montar tão aparatoso esquema de corrupção sem a ciência do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, V. Ex^a é o próximo orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Do mesmo modo, encaminho para os Anais artigo do Deputado Plínio de Arruda Sampaio, intitulado “Por que não mais PT?”, publicado na seção Tendências/Debates do jornal **Folha de S.Paulo**, em que fala das suas desilusões para com esse Partido.

Finalmente, encaminho pronunciamento de apoio à iniciativa da empresa Manaustrur, da Prefeitura Municipal de Manaus, transformando em museu o Paço Municipal de Manaus, que, aliás, foi sede do Governo municipal por muito tempo. Eu próprio tive a honra de ali atuar por quatro anos, Sr. Presidente.

Peço a palavra como orador, portanto, inscrito.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Por que não mais PT?”, de autoria de Plínio de Arruda Sampaio, publicado na seção Tendências/Debates do jornal **Folha de S.Paulo**, do último dia 27 de setembro do corrente.

O ex-petista, em seu artigo, apresenta uma série de razões que o levaram a tomar a decisão de deixar o Partido dos Trabalhadores. Entre tantas razões, destaca não reconhecer mais como sendo “traços do PT”: um programa de construção do socialismo democrático; preponderância de gente do povo entre os seus fundadores; subordinação da cúpula partidária às decisões dos núcleos de base.

Plínio de Arruda Sampaio afirma, ainda, que “nestes dois anos e meio, o assistencialismo substituiu a

luta contra a desigualdade, e o governo procurou frear a combatividade dos movimentos populares".

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

Um segundo assunto, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para o qual ocupo a tribuna, neste momento, é para fazer o registro da entrevista concedida pela Senadora Heloísa Helena ao Correio Braziliense do último dia 25 de setembro do corrente.

Na entrevista, a Senadora do Partido Socialismo e Liberdade – P-SOL, ao criticar duramente o atual go-

verno e o Partido dos Trabalhadores, afirma que "seria impossível ter montado um esquema de corrupção com tantas ligações como esse, sem o conhecimento e a autorização do presidente Lula".

A Senadora afirma ainda, que "o governo Lula e o PT já estão derrotados historicamente naquilo que foi a razão de suas existências".

Para concluir, Senhor Presidente, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Também quero registrar, Sr. Presidente, como terceiro assunto, o seguinte:

PAÇO MUNICIPAL DE MANAUS, JÓIA DA CULTURA AMAZONENSE, VAI VIRAR MUSEU

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
27 SET 2005.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Tal como a preservação da Floresta Amazônica, a arquitetura urbana de Manaus merece cuidados e zelo assemelhados, em nome de um patrimônio cultural que tem seu mais representativo marco no Teatro Amazonas.

O acervo arquitetônico-urbanístico da Capital amazonense não se resume ao Teatro, datado de 1896. Vinte anos antes dele, foi construído o Paço Municipal, que já foi sede do Governo da então Província do Amazonas.

Esse prédio, remanescente da fase da borracha, está agora sendo restaurado, para júbilo do Amazonas e do Brasil. Sua preservação está assegurada. Vai virar museu.

O prédio está fechado desde 1997, quando se iniciaram as obras de restauração, para abrigar o futuro Museu Histórico de Manaus, com inauguração prevista para daqui a dois anos. Seria bom que ao nome desse futuro museu se agregasse a palavra *Paço*, como é conhecido o casarão da Praça D. Pedro II. Por que não *Museu Histórico do Paço de Manaus?*

A cultura de um povo se faz com idéias e realizações que precisam ser preservadas, em favor dos nossos póstulos. Manaus e o Amazonas levam a sério esse compromisso com o amanhã.

Tão a sério que, do projeto do Museu, fazem parte iniciativas de preservação de riquezas históricas que, ademais, serão colocadas ao alcance da população.

É o caso das quatro urnas funerárias indígenas encontradas nas escavações feitas na Praça D. Pedro II e hoje guardadas no Museu Amazônico.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

ENTREVISTA //

HELOÍSA HELENA

Senadora de Alagoas critica projeto neoliberal do governo e a direção do partido do qual foi expulsa

LUIZ CARLOS AZEVEDO

DA EQUIPE DO CORREIO

Se existe uma mosca na sopa da reeleição do presidente Lula, ela se chama Heloísa Helena, a senadora por Alagoas que deixou o PT e tornou-se a mais estridente e incômoda voz de oposição ao governo no Senado. "Seria impossível ter montado um esquema de corrupção com tantas ligações como esse, sem o conhecimento e a autorização

do presidente Lula. Isso é impossível", acusa nesta entrevista ao Correio.

Com cerca de 6% de preferência do eleitorado, Heloísa Helena critica duramente o governo e o PT, e com isso, toma-lhe uma parte dos votos, o que pode provocar um segundo turno nas eleições presidenciais do ano que vem.

Na semana passada, o que parecia uma missão impossível, concluiu-se com êxito: o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSol), fundado por Heloísa Helena e outros dissidentes pe-

tistas, foi oficializado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Nós não vamos ficar no falso dilema de escolher entre um projeto neoliberal do PT e o projeto neoliberal do PSDB", afirma Heloísa. Para ela, Lula e o PT já estão historicamente derrotados por abrirem mão daquilo que foi a razão de suas próprias existências. Na quarta-feira, ao comunicar a conquista do registro partidário, foi às lágrimas durante um aparte do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

"Ele disse que gostaria que eu fosse sua filha. Como perdi o pai aos três meses, me emocionei muito", conta.

Mãe de dois jovens, Sacha e Ian, e de uma "filha de leite", Fabrícia, que é cega, apesar do estilo duro e agreste dos discursos, conquistou o carinho e o respeito de seus colegas no Senado. Eles saem em defesa dela quando se mete em confusões, como a de quarta-feira passada, na CPI dos Correios, em que quase foi agredida pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO).

"Lula sabia da corrupção"

CORREIO BRAZILIENSE — O Partido do Socialismo e da Liberdade (PSol) acaba de obter o registro definitivo. Qual é a missão do novo partido?

HELOÍSA HELENA — O PSol nasce por uma circunstância histórica e por uma obrigação dos militantes que se identificam com a tradição socialista. O PT era o maior partido de esquerda da América Latina, mas rompeu com todas as concepções programáticas e ideológicas da esquerda socialista e democrática. Isso impôs o surgimento do PSol. O PT patrocinou uma traição às bandeiras históricas da classe trabalhadora, não podemos ficar no falso dilema de escolher entre os neoliberais do PT e os neoliberais do PSDB.

CORREIO — Nesse caso alternativa ao PT?

HELOÍSA — O maior partido

de esquerda da América Latina se transformou num a ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo. O governo Lula e a cúpula palaciana do PT passaram a dar continuidade à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso e ao projeto neoliberal. Nossas discordâncias se iniciaram em relação à política de alianças, que discordava dos objetivos estratégicos do PT, da formulação do programa discutido no último encontro nacional. A definição da política de alianças do governo Lula não se coaduna nem com os objetivos nem com o programa do PT.

CORREIO — Desde a queda do Muro de Berlim há uma crise na esquerda mundial. O PT subestimou essa crise? Como o PSol trata essa questão?

HELOÍSA — O PT não foi herdeiro da experiência do socia-

lismo real, nascceu condenando a experiência totalitária do Leste Europeu. Mas, se formos comparar a degeneração do PT com a de outros partidos que se reivindicam de esquerda, o processo do PT é muito mais rápido. Foi uma degeneração precoce. Os partidos de esquerda da Europa demoraram cem anos para abdicar do socialismo e chegar às concepções programáticas que têm hoje.

CORREIO — É possível estabelecer um marco dessa ruptura?

HELOÍSA — Nós respeitamos a construção e a história da esquerda brasileira. Ela não começa, nem termina com o PT. O marco do PSol não será o PT, será toda uma experiência histórica. Seria até um desrespeito com tantos militantes que dedicaram-sangue, suor e lágrimas para disputar no imaginário po-

pular outras alternativas à experiência capitalista, com o seu projeto neoliberal.

CORREIO — Para a opinião pública, o PSol é a senadora Heloísa Helena, os deputados Babá (PA) e Luciana Genro (RS) e os estudantes que os apóiam. Quantos militantes tem o PSol?

HELOÍSA — Nós temos agrupamentos em todos os estados brasileiros, articulados nôs movimentos sociais, no campo e na cidade, mas ainda não temos filiados. Somente com o registro definitivo poderemos ter filiados. Nós conseguimos 920 mil assinaturas no Brasil pela generosidade das pessoas, que mesmo sem entender muito bem o que precisamos construir, foram capazes de assinar o nosso pedido de registro para que passemos a existir.



66

SOMOS SOCIALISTAS, MAS TEMOS A CLAREZA DE QUE HOJE NÃO HÁ UMA CORRELAÇÃO DE FORÇAS QUE POSSIBILITE UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

99

CORREIO — É possível sustentar o projeto socialista do PSol?

HELOÍSA — A luta pelo socialismo é uma concepção estratégica do PSol. Somos socialistas, mas temos a clareza de que hoje não há uma correlação de forças que possibilite uma revolução socialista. Não existe essa situação no Brasil, nem em outro lugar do mundo que possamos identificar. Quando nós falamos de projeto que nós temos a obrigação de apresentar em 2006, isso não significa que ele já está pronto, sequer se será a candidata desse programa. Nós temos um programa provisório, concebido com concessões coletivas dos grupos que integram o PSol. Nós vamos fazer o nosso primeiro congresso em fevereiro de 2006. Vamos realizar vários fóruns para construção do projeto a ser apresentado em 2006. A ideia é elaborar uma proposta de defesa da soberania nacional, democratização da vida nacional, desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social, todos no mesmo patamar, pois estão totalmente interligados. Isso significará discutir muitas coisas, propor uma revolução democrática em nosso país.

CORREIO — O PT também abriu mão de um projeto socialista e adotou a proposta de democratizar o capitalismo brasileiro. Então, foi uma decisão correta?

HELOÍSA — Houve um recuo programático na aprovação do projeto apresentado à sociedade na eleição de 2002. Mesmo assim, a política de alianças e o início da construção do gover-

no Lula em nada se relacionam com o que foi aprovado no Congresso do PT. Nada disso foi implementado.

CORREIO — O que o PSol fará de diferente em relação ao PT e ao governo Lula?

HELOÍSA — O governo Lula mais do que deu continuidade à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, ele aprofundou o projeto neoliberal. Quem analisou os memoriais técnicos, as cartas de ajustes e outros compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições multilaterais de financiamento, sabe que o governo Lula significa o aprofundamento desse projeto. Esse servilismo não foi visto no governo Fernando Henrique Cardoso, não porque ele não quisesse, mas porque havia uma oposição articulada tanto na institucionalidade como nos movimentos sociais. Os pontos que não foram executados no governo Fernando Henrique, pela oposição feita pelo PT e demais partidos de esquerda, foram todos implementados pelo governo Lula.

CORREIO — O governo desamobilizou a oposição ao neoliberalismo?

HELOÍSA — Ele legitimou a que chamamos de "verborragia da patifaria neoliberal" e implementou todo o programa das cartas de ajustes do FMI. É só analisar o que foi encaminhado pelo governo Lula para ser aprovado pelo Congresso. Quem se associou a esse projeto? O PSDB e o PFL, porque era o projeto deles. Os pontos pendentes eram a Lei de Falências, as Parcerias Públicas

Privadas (PPPs) e a reforma da Previdência. A autonomia do Banco Central nem precisou ser feita, porque existe de fato devido à política monetária implementada por Henrique Meirelles.

CORREIO — Qual o papel do presidente Lula nessa crise política?

HELOÍSA — Sempre achei e continuei achando o presidente Lula um homem brilhante, que soube conduzir com mão-de-ferro a estrutura partidária, profundo conhecedor do Campo Majoritário e das relações com o capital e as instituições republicanas.

CORREIO — Para a senhora, o presidente Lula sabia o que estava se passando com o PT?

HELOÍSA — Eu não tenho dúvida. Tenho toda a paciência do mundo para entender a dúvida e a defesa que possa fazer um militante de base, longe das definições das instâncias partidárias. Mas, para achar que o presidente Lula não sabia, tem que se ter dele uma visão elitista e preconcebida. Achar que ele é um ignorante, mandado por outras figuras políticas que em torno dele estivessem. Seria impossível ter montado um esquema de corrupção com tanta ligação como esse, sem o conhecimento e a autorização do presidente Lula. Isso é impossível.

CORREIO — Tirando as críticas ao comportamento ético do PT, o PSol passa a idéia de que surge brandindo as bandeiras de uma esquerda tradicional. Se a história não acabou, o mundo não precisa de idéias novas?

HELOÍSA — O que é velho, o que foi derrotado, é esse modelo neoliberal. Por mais que nós, por enquanto, sejamos os vencidos, o que ainda vivemos é um modelo neoliberal, que não resolve os problemas da sociedade. Mas o pior é a traição da classe, a legitimização desse modelo por um retrante nordestino e representante do maior partido operário da América Latina, o presidente Lula. Estou falando de uma opção política que foi feita no sentido de se acovardar diante da alternativa mais fácil, que era essa que estávamos vendo.

CORREIO — Sua candidatura à Presidência é irreversível?

HELOÍSA — Nós vamos discutir o projeto, depois quais as alianças que se identificam com esse projeto e, só então, quais são as pessoas que o representarão nas eleições de 2006, tanto nacionalmente como nos estados. A única coisa que é irreversível é que não vamos ficar atônitos entre o PT e o PSDB. Se eu fosse carreirista e oportunista, jamais assumiria uma tarefa de alta complexidade com chances de vitória praticamente nulas como essa.

CORREIO — A senhora acredita que o presidente Lula caminha para uma derrota eleitoral?

HELOÍSA — Eu não sei. Mas tenho uma certeza: o governo Lula e o PT já estão derrotados historicamente naquilo que foi a razão de suas existências. Eleitoralmente, pode até conquistar outras vitórias, mas perante a história estão derrotados.

TENHO, DIANTE de mim, o recorte amarelecido do artigo que publiquei na página 3 da Folha de S. Paulo, no dia 22 de maio de 1981, com o título: "Por que PT?".

Alinhei nesse artigo as razões da minha opção por esse partido: um programa de construção do socialismo democrático; preponderância de gente do povo entre os seus fundadores; subordinação da cúpula partidária às decisões dos núcleos de base.

Após 24 anos e quatro meses de militância, sou obrigado a reconhecer que esses não são mais os traços do PT. O socialismo tornou-se mera referência retórica; a consulta às bases, uma ficção; e, a cada renovação dos quadros dirigentes, menos gente do povo é eleita para os postos de comando.

O pior, porém, veio com a vitória de 2002. Apesar das negativas dos atuais dirigentes, a verdade é que o partido se rendeu ao neoliberalismo. Não foi, como se alega, uma tática de transição. Lula e a cúpula petista convenceram-se de que a receita neoliberal de estabilidade do mercado a qualquer custo, de abertura comercial, de terceirização e de privilégios aos investidores estrangeiros é o melhor que se pode fazer para o Brasil.

Os interesses concretos do povo tiveram de ceder às exigências do capital. Nestes dois anos e meio, o assistencialismo substituiu a luta contra a desigualdade, e o governo procurou frear a combatividade dos movimentos populares.

Nesse contexto de crise moral e política, as eleições para a renovação das direções assumiram importância estratégica, pois a indignação dos autênticos petistas abriu a chance de derrotar a até então imbatível máquina eleitoral montada pela oligarquia que dirige o partido há dez anos. Por isso, aceitei o convite para disputar a presidência do PT.

Deixei claro, porém, a esses companheiros e aos que assistiram aos debates entre os candidatos, que a eleição seria um teste sobre a possibilidade de recuperação da legenda não pelo resultado da votação, mas pela forma como o processo eleitoral se desenvolveria.

O resultado foi desanimador: em vários Estados, houve transporte em massa de eleitores e a quitação de contribuições atrasadas (requisito indispensável para votar) pelos cabos eleitorais do candidato da situação e de dois candidatos que se proclamavam de oposição. O peso desses eleitores de cabresto, que, no melhor estilo da política de clientela, votaram sem saber em quem, foi decisivo para o resultado da eleição.

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debate@uol.com.br

Por que não mais PT?

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

No atual Partido dos Trabalhadores, a minoria está reduzida à inglória tarefa de legitimar as decisões da cúpula

Essa é uma realidade que não pode deixar de ser considerada pelos socialistas que integram o PT. Eles existem e são muitos. Quarenta mil honraram-me com seu voto e outros tantos podem ser encontrados entre os que, conscientemente, preferiram outros candidatos. Mas o total não foi suficiente para derrotar a situação.

Se nem a trágica crise que se abateu sobre o partido e seu governo, nem a evidente divisão da cúpula dirigente, nem a denúncia dos oposicionistas e nem a vigilância exercida pela imprensa foram suficientes para romper a blindagem que assegura a perpetuação do chamado Campo Majoritário (conjunto de correntes que compõem a direção) no comando da legenda, é preciso virar que o PT não mais oferece a possibilidade de que a minoria possa se tornar maioria, como é da essência do regime democrático. No atual PT, a minoria está reduzida à inglória tarefa de legitimar as decisões da cúpula.

Todas essas razões levaram-me à decisão de deixar o PT. Bem sei que não se trata de uma decisão aceita por parte das pessoas que me acompanharam na disputa do PED. Compreendo essa atitude e respeito esses companheiros e essas companheiras com quem quero continuar dialogando. Mas estou con-

vencido de não ter outra alternativa para dar consequência a uma opção socialista feita no longínquo ano de 1961 e que mantive até hoje.

As circunstâncias concretas da conjuntura impedem a reunião de todos os socialistas autênticos em uma única organização política neste momento. Não será, contudo, por longo tempo. Logo a existência da unidade se imporá, até como condição da presença da proposta socialista na agenda política do país. Por isso, surgiu, simultaneamente, em diversas vertentes, a ideia de realizar, com todos os núcleos da diáspora socialista, uma reflexão exaustiva sobre os novos caminhos que o socialismo precisa trilhar em uma sociedade que sofreu profundas mudanças nestas últimas duas décadas. Pretendo dedicar a esse diálogo o melhor dos meus esforços.

Para não nos rendermos à imposição de uma legislação eleitoral espúria, vários companheiros, entre os quais me incluo, estão aceitando generoso oferecimento de filiação ao PSOL. Esse partido ainda não estabeleceu, em definitivo, seu programa e sua estratégia, a fim de nos dar tempo para uma reflexão mais cuidadosa. Essa abertura é importante e dá condições para propor um diálogo político bastante aberto entre nós, os socialistas, hoje dispersos em vários partidos e movimentos populares.

Toco de instrumento para não abandonar tarefa. Pretendo continuá-la com a mesma fé e a mesma garra.

Plínio de Arruda Sampaio, 75, advogado, é presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Foi deputado federal pelo PT-SP (1985-91) e consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).



ANTIGA sede da prefeitura vai ser transformada em Museu Histórico de Manaus em dois anos

Paço vai virar museu

CÉLIA SANTIAGO

Da Edição

Sede dos governos do Estado do Amazonas até 1917 e do município de Manaus, até 1937, e mais antigo que o Teatro Amazonas e o Mercado Adolpho Lisboa, o Paço Municipal está em processo de restauração. Dentro de 18 a 24 meses será transformado no Museu Histórico de Ma-

nus, que vai abrigar, entre outras coisas, as urnas funerárias indígenas encontradas na Praça D. Pedro II, que faz parte do

entorno do Paço e também de

Exercícios Fiscais e Munici-

pal. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

Manaus, que vai abrigar, entre outras coisas, as urnas funerárias indígenas encontradas na Praça D. Pedro II, que faz parte do entorno do Paço e também de Exercícios Fiscais e Munici-

pal. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A restauração do Paço faz

parte do Programa Monumen-

to da Cultura, que visa a reju-

garcação dos prédios históricos

da área central da cidade, na

área compreendida pela aveni-

da Joaquim Nabuco e o ladeiro

do São Raimundo. Além do Pa-

ço Municipal, outros patrimô-

nios históricos devem ser res-

taurados pelo projeto, como o

Mercado Municipal Adolpho

Lisboa. O Monumento tam-

bém prevê a restauração do en-

torno destes patrimônios pú-

blicos e o financiamento de

restauração de prédio particu-

lares que estejam dentro da

área de interesse de preser-

vação histórica.

mais a presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

rismo

pa. Vai ser recuperado,

A presidente da Fundação

Municipal de Tu-

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra a V. Ex^a, por 20 minutos, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO
DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2005, QUE,
RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, meu caro Senador Mão Santa, o que me trouxe inicialmente a esta tribuna foi um assunto que abrange de maneira muito particular o nosso Estado, exatamente liberações e aplicações de recursos da Cide para a construção de estradas no Estado do Piauí.

No entanto, mudei o foco, em homenagem à Senadora Heloísa Helena. Mudei por um fato muito simples: esta Casa é a ressonância do pensamento nacional.

Eu testemunhei os fatos já narrados aqui, no dia do depoimento, na semana passada, do banqueiro Daniel Dantas. A Senadora Heloísa Helena começou a ser agredida até pelo silêncio. Foi algo desproporcional, Deputado João Fontes, que está aqui presente. Eu me assustei. Eu nunca vi, Senador Teotonio Vilela Filho, uma agressão desproporcional a uma pessoa, movida não sei por que força – talvez pelo desespero de quem a atingiu. Naquele momento, naquele plenário, várias pessoas, inclusive eu, merecíamos ter sido agredidos antes da própria Senadora, que tem seu estilo de ser, sua maneira de reagir, mas, naquele momento, foi vítima de uma ira desproporcional, e venho me perguntando até hoje o porquê daquele episódio.

Senadora Heloísa Helena, há um fato que me leva a entender algumas coisas. Na véspera do depoimento, um cidadão, usando um crachá de repórter fotográfico, distribuía dossiês no plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, e fui alertado por dois jornalistas profissionais que se sentiram incomodados – elogio a imprensa brasileira por isso – pelo fato de alguém, usando uma credencial vencida de fotógrafo, distribuir esses dossiês. Alertaram-me porque os dossiês apresentavam algumas citações a vários

Deputados e Senadores, inclusive contra mim. Qual era a acusação que me faziam? Que eu defendia, nessa contenda, um determinado grupo.

Senadora Heloísa Helena, vou enviar uma cópia do dossiê a V. Ex^a para que entenda um pouco do que lhe aconteceu. Era o dossiê detalhado; em algumas das perguntas, havia a resposta, uma suposição de reação à resposta e a contra-resposta. Foi uma das coisas mais bem feitas que já vi se fazer aqui desta Casa; e foi distribuído fartamente com a bancada do Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não entendi por que a campainha, Sr. Presidente. (Pausa.)

Ah, não é comigo. Muito obrigado.

Ao ser avisado, chamei a Segurança do Senado e pedi que recolhessem 15 ou 20 desses dossiês. No entanto, no meio daqueles dossiês encontrava-se encaixado um gravador e um microcomputador. O rapaz responsável, com o crachá, correu atrás me pedindo – primeiro, de maneira arrogante e depois, de maneira humilde – a devolução do material. Aí, eu disse para o segurança: recolha tudo à delegacia do Senado ou coisa que o valha, para fazer a devida perícia, a devida avaliação.

Senador Wellington Salgado, no dia seguinte, vi uma das cenas mais cômicas e desmoralizantes já presenciadas neste Senado da República: eram cerca de 110 perguntas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Heráclito Fortes, a campainha é automática.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é o meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Inicialmente seriam dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a me disse 15 minutos, e eu fiquei feliz da vida. Estou com três.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está com sete. Vou prorrogar por mais dez minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fico feliz, porque é importante o registro que faço.

Eram aproximadamente 110 perguntas feitas no relatório. Das 110, 77 foram repetidas por representantes da Base do Governo, algumas de maneira vergonhosa – não trocaram nem a ordem, nem a seqüência. E vejam bem: todas elas defendendo o Citibank, Senadora Heloísa Helena. E V. Ex^a viu, ao longo da vida, os seus companheiros daquele PT de antigamente

dizerem que era o responsável, o dragão da maldade que carcomia, enquanto o brasileiro dormia, a nossa poupança, por ser o representante do FMI.

O dossiê tinha uma participação estranha, defendendo os interesses do Citibank, que responde a processo no Chile, na Argentina, no México, no Japão, por mau comportamento, e alguns Senadores da República, que antigamente ostentavam, de maneira orgulhosa, a estrela incorruptível e virgem do PT, hoje o defendem.

A partir do momento em que a oitiva se iniciou e que os fatos começaram a ser esclarecidos, o desespero tomou conta. Aliás, Senadora Heloísa, era o mesmo PT que combatia o FMI e que, nesses três anos, já pagou mais juros e já antecipou mais débitos ao FMI do que o Governo que é, hoje, seu objeto de desejo: o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Aliás, vejo alguns Senadores que, em praça pública, condenaram a Alca, defenderam o rompimento do Brasil com a Alca e, para tanto, atraíram e enganaram a Igreja, e, hoje, defendem-na para angariar votos.

Senadora Heloísa Helena, o PT em que V. Ex^a militou era monopolista da honra e, acima de tudo, da gestão honrada da coisa pública. Hoje, no entanto, quando assume a tribuna se justifica dizendo que rouba porque o outro também rouba, faz caixa dois porque o outro também faz, ou seja, quer tornar uma prática comum o que combateu ao longo da vida.

Senadora Heloísa Helena, só tive noção da repercussão daquele debate no dia seguinte. À noite, quando peguei um avião para o Rio Grande do Sul, onde fui participar, como membro do Senado, em Camaquã, de uma audiência pública – e guarde isso para o seu currículo e para sua biografia – os pilotos, as comissárias, os passageiros, enfim, todos me pediram que lhe transmitisse solidariedade pelo que a senhora havia passado. Quando cheguei na distante Camaquã, ouvi coisas semelhantes. Algumas pessoas até questionavam onde estaria o grupo de Parlamentares mulheres, sempre unidas em torno de coisas fúteis, que, de maneira conjunta e solidária, não estavam a seu lado. Estou lhe transmitindo o que ouvi.

Peguei outro avião e fui a São Paulo. Fiquei algumas horas no aeroporto de São Paulo. Santa TV Senado, que faz com que o Brasil acompanhe, passo a passo, o que acontece: os nossos erros e as nossas virtudes! Fui abordado, também, por dezenas de pessoas que me pediram que lhe desse um abraço de solidariedade. E isso na fria São Paulo, que tem em seu aeroporto um entra-e-sai do Brasil inteiro. Voltei para Teresina, fui para o Piauí, visitei três Municípios. Em todos eles, ouvi a mesma coisa: "O senhor conhece a Senadora Heloísa Helena?" Ao que lhes respondia: "Claro que a

conheço." "É sua amiga?" Eu respondia: "Não digo que é amiga, mas somos companheiros de Senado. Temos divergências, mas temos admiração – pelo menos eu em relação a ela." Todos, então, diziam: "Diga que o Brasil todo sofreu com ela a injustiça, a agressão." Ninguém estava discutindo, naquele momento, nada que envolvesse milhões e milhões de dólares...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É um Brasil hoje, infelizmente, "Jeany cornerizado".

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é. E que o PT quer passar para baixo do tapete. Não adianta, Sr. Presidente, o PT está envolvido na república da Previ, do fundo de pensão... A corrupção do PT é essa! O que se apurou até agora é pinto. É pinto! Não adianta querer esconder e jogar debaixo do tapete!

Senadora Heloísa Helena, estava convocado para depor hoje o presidente do Citibank, um paraguaio de nome Gustavo Marin. Fugiu do Brasil. Alegou que foi convocado para uma reunião do FMI. Como se fôssemos idiotas e o FMI convocasse bancos privados...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, mais um minuto para V. Ex^a encerrar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tenho certeza de que vão vir aqui para defender o FMI, o banco e os banqueiros. Não é mais aquele PT que conhecemos, mas estarão cumprindo a orientação de uma ala do PT que, hoje, tem duas facções: a dos endividados, dos que têm seus cheques no vermelho; e a dos monetaristas, que estão em cima, defendendo banqueiro, defendendo o FMI, defendendo o Citibank. E o povo brasileiro que vá às favas!

Como mudou esse Partido...! Mas quero ver no ano que vem, Senadora Heloísa Helena, a bandeira desse Partido que, por vinte anos, enganou o povo brasileiro. Eu quero ver quem vai estar ao lado do Presidente Lula, defendendo aquelas bandeiras de ontem, aquela venda de bótoms, de estrelinhas e de camisetas nas praças públicas, substituídas pelo dinheiro do caixa dois, substituídas pelo entra-e-sai dos bilhões que se tenta apurar e que o próprio Partido dos Trabalhadores, por meio de mecanismos poderosos, boicota.

Se se convoca um presidente de um banco, dá-se cobertura para que não aconteça! Desqualificam-se as pessoas!

Gente, o que aconteceu em Santo André, com a desqualificação da família do Prefeito falecido, Celso Daniel, é um retrato desse Partido e é um retrato do Brasil hoje. Fizeram do irmão desse infeliz ex-Prefeito a figura do louco, do vigarista, do desacreditado, mas o que vimos foi um homem equilibrado, que veio aqui,

com a dor da família que perdeu um ente querido – e ninguém tem resposta para isso.

E o Governo, com o seu poder, com a sua força, Senador Teotonio Vilela Filho, transformou uma audiência pública do Chefe da Casa Civil, do Chefe de Gabinete do Presidente da República, numa audiência privada. Pede-se uma acareação...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deu-se a ele o direito de escolher se queria pública ou privada, secreta ou reservada. Até hoje, ele não respondeu.

O irmão que até então tinha se manifestado, João Daniel, era doido. O Fábio era o “santo”. Pois o João e o Fábio foram para um programa de televisão e mostraram o que aconteceu...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, V. Ex^a já está com 17 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... com legista presente, e não se fala mais nesse assunto.

Senadora Heloísa Helena, fique tranquila. O que fizeram, ou tentaram fazer com V. Ex^a, é uma amostra grátilis do que são capazes de fazer.

Ouço o Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, estou aqui como piauiense orgulhoso...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Mão Santa, S. Ex^a já passou em dois minutos o tempo de 15 minutos a que teria direito, e ainda há dois Senadores para falar. V. Ex^a tem dez segundos, Senador Mão Santa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O poder de síntese do Senador Mão Santa é conhecido no Brasil inteiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O orgulho de ser piauiense e ver o Heráclito representar tão bem, sintetizar... E a virtude de S. Ex^a em fazer amizades fez com que ele convivesse com Ulysses Guimarães, com Tancredo Neves na intimidade; com Renato Archer. Ninguém mais conviveu com Luís Eduardo. E S. Ex^a sintetiza toda essa sabedoria parlamentar e democrática prestando solidariedade à mulher brasileira, ao apresentar-se na defesa da Senadora Heloísa Helena. Quero dar o meu testemunho. Na reforma da Previdência, defendi os aposentados, que iam ao meu gabinete e diziam o que Heráclito aponta: que a grande vergonha se instala nesses fundos de pensão da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, da Petrobras, o que o Senador Heráclito Fortes, sábia e corajosamente, está denunciando no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, vou finalizar meu pronunciamento.

Senadora Ana Júlia Carepa, desde jovem, tive a coragem de dizer que não sabia o que era ideologia. Sou de uma geração em que ideologia era a UDN e o PSD, que foram extintos por ato institucional. A Senadora Heloísa Helena acreditou em ideologia e quebrou a cara. São exatamente os companheiros que S. Ex^a julgou da Esquerda, colegas de luta e de convicção, que lhe agrideram, que lhe acusam, que lhe atacam quando lhes faltam argumento e motivação.

E continuo com a minha fé santa: ideologia para alguns é a caneta. Dê a caneta e a ocasião, que você saberá quem é o ladrão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Vou prorrogar a sessão por mais dez minutos. Cinco minutos serão destinados à fala do Senador Leomar Quintanilha, e os outros cinco minutos, à fala da Senadora Ana Júlia Carepa. Espero respeitem esse tempo.

Tem a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, neste final de tarde, já começo de noite do dia 27 de setembro de 2005, vim a tribuna para lembrar que, hoje, em muitos Municípios e em muitos Estados da Federação, é comemorado o Dia Nacional do Idoso. Isso ainda não se transformou em lei nacional. Aprovada no Senado, a matéria está tramitando na Câmara. E, seguramente, ali aprovada, teremos definitivamente consagrado o dia 27 de setembro como o Dia Nacional do Idoso.

Efetivamente, é mais uma vitória a ser festejada, Sr. Presidente, porque estamos comemorando a ampliação da expectativa de vida do povo brasileiro. E isso ocorre graças aos investimentos públicos em saneamento básico, em moradia, em melhoria da alimentação, na elevação do nível de conhecimento, com, sobretudo, os avanços da ciência e da tecnologia em benefício da Medicina – e os avanços da Medicina se dão em benefício da saúde –, o que tem permitido o rápido aumento da expectativa de vida do brasileiro.

Só há uma razão para que as pessoas não envelheçam: morrerem jovens. Por isso, temos razões para comemorar, hoje, no Dia Nacional do Idoso, essas vitórias que temos conseguido, não apenas a ampliação da expectativa de vida, como a aferição da prática e das políticas públicas em benefício do idoso.

Gracias a Deus, temos de comemorar o fato de que, do percentual de idosos no País, faixa da socieda-

de que cresce em progressão geométrica, apenas 1% depende de instituições públicas para a sua manutenção. Apenas 1% não dá conta de sobreviver com suas próprias forças, com seus próprios meios. A grande maioria, 99%, vive com sua família, no seio do seu lar ou por conta própria, lutando com as dificuldades que o envelhecimento naturalmente provoca.

Gostaríamos de destacar avanços que temos conseguido: a criação do Conselho Nacional do Idoso; a constituição de uma Subcomissão Permanente no Senado, destinada a se dedicar aos cuidados que essa faixa da população está a requerer; a aprovação do Estatuto do Idoso; a criação da Cidade Amiga da Terceira Idade. Enfim, são vários eventos e ações que promovem o idoso, para vê-lo definitivamente incluído no convívio social e, sobretudo, no mercado de trabalho. O idoso, há muito tempo, deixou de ser um estorvo na família e na sociedade, para ser um manancial inesgotável de conhecimento, de experiência e de sabedoria.

Então, é com muita alegria, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que registro meus cumprimentos aos idosos no Brasil. Que eles continuem vivendo, e vivendo bem e com alegria, podendo dar uma contribuição inestimável ao aprimoramento da sociedade, para que o País encontre os trilhos do progresso, da prosperidade, da solidariedade e de uma vida mais humana e feliz!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Leomar Quintanilha, a Presidência da Casa se une às suas palavras em homenagem aos idosos deste País.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero também me unir ao Senador Leomar Quintanilha em relação à homenagem aos idosos.

Queria também fazer uma correção, para que quem nos assiste não fique com uma informação equivocada. Na semana passada, subi a esta tribuna, prestei minha solidariedade à Senadora Heliósa Helena – porque sou contra qualquer tipo de violência, de agressão – e citei nominalmente o meu repúdio à agressão, à violência sofrida por S. Ex^a. Também consta das notas taquigráficas o meu repúdio à violência que sofreu, aqui na tribuna do Senado, a Senadora Ideli Salvatti. Essas manifestações constam das notas taquigráficas. Para que não pareça que não o fiz, deixo esse registro. Acho que o Senador Mão Santa estava presente e viu.

Pretendo abordar também um fato importantíssimo, que, infelizmente, também foi um ato muito violento: o assassinato da Irmã Dorothy. Encontra-se no Brasil David Stang, irmão de Dorothy Stang. Pude estar presente quando ele foi ao Tribunal de Justiça do Estado

do Pará, com o Presidente daquele Tribunal, junto com um advogado americano contratado pela família, junto com a Comissão Pastoral da Terra. E fiquei extremamente orgulhosa em meu nome e em nome de todos os Senadores e Senadoras que fizeram parte daquela Comissão Especial do Senado que acompanhou as investigações do assassinato da Irmã Dorothy. O nosso relatório foi, inclusive, citado por eles como base para que pudessem, entre outras questões, solicitar a continuidade das investigações. Por quê? Porque, na verdade, o consórcio que ali financia violência e morte não foi desbaratado. Esse consórcio não foi achado.

No Estado do Pará, eles visitaram o Ministério Público Estadual, as pessoas que estão investigando – os procuradores e os promotores que estão fazendo as acusações –, a Polícia Federal e também o Ministério Público Federal. Em Brasília, foram ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, exatamente cobrar das diversas esferas de poder que cumpram com as suas responsabilidades.

E eu cobro há muito tempo – não há nenhum problema – e vou continuar cobrando que o Governo mude essa política de contingenciamento de recursos.

Quando se criticam os membros do PT que pedem a mudança da política econômica, dizem que nós estamos indo contra o que tem de melhor no Governo. Não tenho a menor dúvida de que não é melhor para ninguém no País o contingenciamento de recursos para a reforma agrária, de que não é melhor para ninguém no País o contingenciamento de recursos, que faz com que as prefeituras, por exemplo, não tenham acesso aos bilhões que estão na Caixa Econômica Federal para financiamento de habitação, por uma visão de política econômica que não permite que todos aqueles bilhões sejam utilizados.

Ora, onde já se viu dizer que é endividamento de uma prefeitura quando ela vai investir em habitação, em melhoria da qualidade de vida da população? Então, isso está errado! O Governo tem de mudar essa política.

Já não basta que a legislação em relação à reforma agrária não ajude nos casos de processo de desapropriação? Infelizmente, a nossa legislação faz com que seja lento, lerdo, esse processo; infelizmente, os nossos órgãos, como o Incra, foram sucateados e não foram recuperados para atender a todas essas necessidades.

Tirar recursos, contingenciar recursos, não liberar recursos suficientes, mesmo que se reconheça que houve um crescimento dez vezes maior em relação ao que se investia no governo anterior, não é justo, como ocorreu, por exemplo, no que diz respeito à reforma agrária na nossa região. No Pará, o investimento no Pronaf, por exemplo, que é um investimento para o agricultor familiar, um financiamento para o pequeno agricultor, cresceu mais de 500%.

Mas isso não é o suficiente. Há muitas estradas vicinais que ainda necessitam de reparos. Mesmo que

os recursos tenham aumentado cinco, dez vezes, isso ainda não é o suficiente; poderia ser mais, sim.

Então, quero, aqui, cobrar do Governo Federal que agilize a liberação dos recursos necessários.

Estive presente à inauguração de um projeto fantástico, que é o Projeto Luz para Todos, na Vila Taboca, no Município de São Félix do Xingu. Imaginem que só o Município de São Félix do Xingu vai receber R\$3 milhões do Projeto Luz para Todos, para alcançar vários assentamentos rurais. Mas vejam as dificuldades que eles estão tendo: como as vicinais não estão recuperadas e como não há recursos para recuperá-las, a empresa tem dificuldade de levar os postes, porque não há estrada. Como é que o caminhão vai passar para levar energia elétrica àqueles assentamentos?

É um projeto fantástico, mas o Governo precisa garantir inclusive que o projeto chegue aonde precisa chegar.

Portanto, estou cobrando do Governo Federal mais rapidez em relação à reforma agrária. Ele precisa ser mais ágil, para que esse clima de tensão que existe em Municípios como o de Anapu, naquela região, não continue.

Quero dizer, por outro lado, que o Ministro da Justiça – foi-nos informado hoje – assegurou que vai garantir a continuidade das investigações. Acho bom, porque a Polícia Federal não tem poder de investigar, a não ser que o Ministério da Justiça assim determine; se não o fizer, ela só pode auxiliar a polícia do Estado.

Quero abordar uma situação gravíssima que nos foi trazida pelo David Stang e pela família dele – é importante essa divulgação, porque expõe ao Brasil todo o risco da impunidade.

Há poucos dias, registrei desta tribuna – e aqui apresento um requerimento para que conste dos Anais o ofício que fiz ao Ministro da Justiça – a prisão de dois trabalhadores rurais: Miguel e Francisco Valentino dos Santos, na área do PDS Esperança. Essas prisões foram realizadas pela Polícia Civil do Estado do Pará com a utilização do carro de um madeireiro conhecido por Ungaratti da Serraria – Luiz Ungaratti. Além de terem prendido os dois utilizando o carro do madeireiro, lá no PDS, não realizaram a prisão com nenhuma ordem judicial e ainda estão ameaçando a população local. Os trabalhadores rurais estão denunciando que a Polícia Civil os está pressionando.

Mais do que nunca é necessário que o Ministério da Justiça determine que a Polícia Federal investigue, porque, infelizmente, a relação que existe entre a polícia local, os madeireiros e os grileiros de terra é muito forte.

Não há isenção nesse caso, o que justifica exatamente a abertura de novas investigações.

Trarei também o bilhete feito pelo Bida, à época em que estávamos investigando o caso – hoje, ele está preso. Ele mandou o bilhete para o Tato. Quem é o Tato? O intermediário, aquele que contratou os dois que apertaram o gatilho. O Bida diz que foram outras pessoas que atiraram, inclusive acusa o Luiz Ungaratti. E diz aqui que inclusive teria dado dinheiro para o delgado de polícia.

Sr. Presidente, fui criticada no meu Estado por delegados porque divulguei esse fato – divulguei, não, o bilhete foi divulgado; enquanto ele estava comigo, não o divulguei a ninguém; depois, ele foi divulgado, mas não por mim –, porque havia uma acusação a um delegado. Agora, meses depois, a Polícia Civil vai, no carro do próprio Luiz Ungaratti, ameaçar os trabalhadores, os pequenos agricultores.

Só esse fato mostra que, realmente, existe uma relação entre esse Sr. Luiz Ungaratti, um grileiro de terra que estaria aterrorizando os trabalhadores, e a Polícia Civil. Há, portanto, necessidade de investigação. Apelo ao Ministro da Justiça que tome as providências necessárias, porque só esse fato já justifica a investigação da Polícia Federal.

Sei que a Polícia Civil já disse ao David Stang e aos advogados dele que não é mais necessário abrir nenhum tipo de investigação, que ela já está encerrada e que já há cinco pessoas presas. Ora, sabemos muito bem que a verdade não é essa; sabemos que não querem continuar as investigações porque elas podem acabar chegando a outras pessoas, pessoas que demonstrem claramente a relação promiscua que existe, infelizmente, em vários lugares do interior do nosso Estado, entre a polícia e os grileiros e fazendeiros, que têm como método a violência e o terrorismo contra os trabalhadores, principalmente contra os pequenos agricultores.

Cobro do nosso Governo Federal que seja mais ágil na efetivação da reforma agrária. É, sim, também a lentidão que faz com que ainda estejam lá essas pessoas, que contam, infelizmente, com o apoio do Poder Público estadual. Tenho certeza de que não contam com o apoio do Governo do Estado, mas contam com o apoio de um aparato de Estado, que é a polícia, para praticar atos ilegais de terrorismo e violência absurdos.

Essa é a melhor homenagem que podemos prestar a todos aqueles que já morreram e, em especial, à Irmã Dorothy.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OF.357-GSAJC

Brasília-DF, 31 de agosto de 2005.

Senhor Ministro,

É com muita honra que venho à presença de Vossa Excelência cumprimentá-lo cordialmente, bem como manifestar a minha preocupação com a situação denunciada em matéria veiculada em jornais local e nacional, dando conta de que a forma com que ocorreu a prisão dos agricultores Miguel e Francisco Valentino dos Santos na área do projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, por parte da Polícia Civil do estado do Pará, acirrou o clima tenso há semanas em Anapu-PA, tendo em vista que se deu de maneira arbitrária e altamente suspeita.

Segundo os lavradores da região, os policiais usavam um Toyota branco pertencente ao fazendeiro Luiz Ungaratti, citado por Vitalmiro Moura, o Bida, como sendo um dos prováveis mandantes do assassinato da irmã Dorothy. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu acusa Ungaratti de pagar e usar policiais civis para proteger terras que possui.

Cumpre ressaltar que Miguel foi preso por quatro policiais civis em casa e sem mandado judicial, diante da mulher e dos filhos, enquanto Francisco foi abordado pelo mesmo grupo em um barraco vizinho, onde estava reunido com outros trabalhadores. Depois das prisões, os policiais ameaçaram as famílias do PDS Esperança, avisando que suas casas seriam incendiadas, caso elas não as desocupassem em duas semanas.

Exmº Sr.
Dr. MÁRCIO THOMAZ BASTOS
DD. Ministro de Estado da Justiça
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 4º andar
70064-900 / BRASÍLIA-DF

Diante da gravidade da situação, que causa não apenas inquietação e insegurança aos moradores locais, mas afronta sobretudo o estado democrático de direito, solicito a Vossa Excelência adotar todas as providências ao alcance desse Ministério, no sentido de apurar com a maior urgência as circunstâncias arbitrárias em que ocorreram as prisões daqueles trabalhadores rurais e as ameaças às famílias integrantes do PDS Esperança, bem como punir os responsáveis com todo o rigor da lei, a fim de amenizar o clima de tensão e medo que se apoderou daquela região. A atuação desse Ministério certamente irá evitar que ações ilegais, arbitrárias e criminosas continuem a denegrir a imagem do País, cuja região já foi palco recente do brutal assassinato da irmã Dorothy Stang.

Agradecendo, desde já, a valiosa atenção de Vossa Excelência, renovo expressões de consideração e elevado apreço.



Ana Júlia Carepa
Senadora ANA JÚLIA CAREPA

Ofício nº 1035/05-MJ/ASPAR

Brasília, 6 de setembro de 2005

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Ana Júlia Carepa
Senado Federal
70165-900 – Brasília-DF
Assunto: Prisão arbitrária de agricultores em Anapú

Senhora Senadora,
De ordem do Senhor Ministro de Estado da Justiça, comunico o recebimento do OF. 357-GSAJC, de 31 de agosto de 2005, referente ao assunto em epígrafe.

Informo a Vossa Excelência que o pleito foi enviado ao Secretário Nacional de Segurança Pública, para adoção das providências cabíveis.

Respeitosamente, – **Paulo Pires de Campos**,
Assessor Especial do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, por cinco minutos.

Após o pronunciamento de S. Ex^a, encerraremos a sessão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Colegas Parlamentares, em primeiro lugar,

transmito ao Senado Federal, com pesar, o falecimento, na madrugada de hoje, da Sr^a Regina Fonseca Micheleti, Primeira-Dama de Londrina, esposa do Prefeito Nedson Micheleti, que foi nosso Colega no Congresso Nacional, como Deputado Federal.

Regina faleceu aos 42 anos de idade. Apresentava problemas sérios de saúde há dois ou três anos, problemas que a levaram à morte na última madrugada.

O fato consternou sobremaneira todo o Município de Londrina, pela juventude e pelo dinamismo da Primeira-Dama.

Gostaria, desta tribuna, de transmitir, em meu nome e em nome de tantos Parlamentares da Câmara e do Senado, a nossa solidariedade ao marido, Nedson Micheleti, e aos filhos, Rafael, de 19 anos, e Juliana, de 14 anos de idade. Que realmente levem, em sua caminhada pela vida, o exemplo da esposa e da mãe, uma pessoa guerreira, combativa, que teve grande penetração social. Que seu exemplo norteie também os passos não só da família, mas do Município de Londrina e de tantas pessoas por todo o Estado do Paraná.

Quero associar-me, em um segundo momento, às manifestações externadas desta tribuna pelo Dia do Idoso. Desejamos, não só em relação ao idoso, mas à pessoa com deficiência, à criança, ao adolescente,

enfim, a toda a área social, que a legislação existente realmente seja cumprida. O grande presente que todos poderíamos obter, e não dar – fruto do conhecimento da legislação, da discussão, da organização da sociedade –, a nossa grande conquista, seria a transformação dos direitos em realidade. Esse é o nosso grande desafio num conjunto de áreas do Brasil.

Finalmente, eu gostaria de encerrar meu breve pronunciamento lembrando a todas as pessoas do Brasil que, diante do quadro atual, temos grandes desafios também.

Sou um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores – já fui do PSDB durante 12 anos e mudei para o PT na seqüência – e, diante do que vem acontecendo na vida nacional, tenho dito para as pessoas que devemos pensar em dois caminhos: o primeiro, sem dúvida, é o da investigação do que está acontecendo, punindo quem deva ser punido, quem apresente culpa em relação aos episódios, e criando mecanismos para que fatos semelhantes não se repitam.

O Partido dos Trabalhadores está muito enraizado nos movimentos sociais voltados para o idoso, para a criança, para os direitos humanos e para os agricultores. Muitas das pessoas envolvidas com essas causas não estão ligadas a Partidos políticos; outras estão, mas todos temos o desafio – e não se trata de bandeira exclusiva de um Partido político, mas, na verdade, meta que deve conduzir o caminho de toda a sociedade brasileira – de pensar, em primeiro lugar, na ética, na transparência e na aplicação adequada dos recursos.

Equivocaram-se as pessoas que diziam que essa bandeira era exclusiva do Partido dos Trabalhadores. Ela não foi e nunca deverá ser exclusiva de qualquer grupo, de qualquer Partido ou de qualquer pessoa, pois é uma bandeira da sociedade brasileira e o Partido político, cada vez mais, deve-se aproximar e sintonizar-se com ela.

Além dessa, há uma segunda bandeira: vamos trabalhar juntamente com a sociedade, pois ela sabe o que quer e como conduzir o processo. Nada melhor que uma caminhada co-responsável, em que as pessoas e os movimentos sejam também co-partícipes das conquistas que devem ser obtidas. Nada melhor, por exemplo, do que se falar com os agricultores para se saber o que é importante para essa área fundamental para o Brasil.

Então, além da ética, da transparência e dessa co-responsabilidade, devemos discutir sempre a questão dos direitos sociais, dos direitos humanos e da valorização do cidadão brasileiro, em primazia, em supremacia às questões econômicas. Quando discutirmos o superávit, o orçamento, o pagamento de juros, os serviços da dívida e os bilhões, sempre deveremos ter em mente a concretização dos direitos humanos fundamentais.

Neste momento de crise, que merece reflexão também por parte de toda a sociedade, os direitos humanos, a co-participação, a co-responsabilidade, a ética e a transparência devem ser caminhos a serem perseguidos, sem dúvida alguma, por todos os que fazem parte do Partido dos Trabalhadores, para que esta bandeira esteja sintonizada com os outros Partidos e também com os cidadãos.

Se formos capazes disso, investigando, punindo, criando mecanismos e defendendo bandeiras essenciais para a vida do País, tenho certeza de que, desses episódios todos, poderemos obter um Brasil melhor, desenvolvido e, principalmente, justo para com todos os brasileiros.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a deferência. É sempre uma alegria estar atuando nesse sentido com V. Ex^a, um batalhador não só na área da saúde, mas no campo dos direitos humanos de maneira geral, e um lutador por um Brasil melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT RR)

– Muito obrigado, Senador.

A Presidência defere o **Requerimento nº 1.060, de 2005**, lido no Expediente, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, em virtude de a pauta encontrar-se sobrestada por medida provisória e uma vez que o período para participar da missão inicia-se no dia 28 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT RR)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Marta explica uso de jatinho e viagens”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 19 de setembro de 2005.

A matéria destaca a justificativa da ex-prefeita Marta Suplicy para o uso do Fundo Partidário, em 2003, para bancar as suas viagens e de seu marido: “viagens partidárias são pagas com o Fundo Partidário e é correto”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Marta explica uso de jatinho e viagens

Ex-prefeita diz que aplicação do Fundo Partidário foi correta; Favre garante que foi à Europa para tratar de assuntos partidários

PARTIDOS

Clarissa Oliveira

A ex-prefeita Marta Suplicy justificou ontem o uso do Fundo Partidário, em 2003, para bancar duas viagens de seu marido, Luís Favre, ao exterior: é o aluguel de um jatinho no qual ela foi para Brasília e Florianópolis. "Viagens partidárias são pagas com esse fundo e é correto", justificou Marta, pela manhã, antes de votar nas eleições internas do PT, em Pinheiros.

De acordo com a ex-prefeita, os gastos – revelados em reportagem publicada ontem pelo Estado – são justificáveis e as viagens foram todas de interesse partidário. O PT gastou R\$ 26,9 mil do Fundo Partidário com o jatinho e R\$ 17,7 mil com uma das viagens de Favre, a Paris.

"Nesse mesmo dia (em que foi a Florianópolis), o PT organizou um evento em Brasília e insistiu na minha presença", justificou Marta. Ela explicou que, em razão do horário das atividades, não havia vôos comerciais. "Eles (direção do PT) acharam necessário eu estar nas duas e o Fundo pode ser usado exatamente de acordo com o que o partido acha importante."

Marta se queixou de uma "onda de denuncismo" contra o PT. "Acho que tudo acaba tendo limite." E também comentou as denúncias contra Favre – que, além da visita à capital francesa, foi à Espanha bancado pelo Fundo. A informação está na prestação de contas apresentada pelo PT ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2003.

Marta disse que o marido foi à Europa "para representar o PT" e frisou que Favre atuou como "assessor internacional" do partido por 20 anos.

Ela aproveitou para confirmar seu voto no secretário-general Ricardo Berzoini e a Paulo Frateschi, que disputam respectivamente a presidência nacional e estadual do PT, representando o Campo Majoritário.

'Não viajei para Madri', garante Favre

CARTA: Em carta ao 'Estado', Luis Favre diz o seguinte sobre a viagem à Madri: "O jornal incorre em erro factual. A bem da verdade solicito retificar a informação errônea. Fui designado para representar o PT na reunião do Conselho Mundial da Internacional Socialista em fevereiro de 2004. Legalmente e conforme a norma do Fundo Partidário, o PT comprou a passagem para Ma-

dri, onde seria a reunião. A última hora tive de desistir por conta de outros compromissos. O PT cancelou a passagem e recuperou o montante. Ou seja, contrariamente ao que foi publicado reiteradas vezes, sem tentar verificar comigo, não recebi passagem de cortesia; a viagem tinha claro caráter partidário e nem chegou a ser utilizada, pois não viajei para Madri."

Suplicy cobra esclarecimento da ex-mulher

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou ontem explicações do PT, de sua ex-mulher, Marta Suplicy, e do marido dela, Luís Favre, sobre o uso do Fundo Partidário com viagens. Apesar de insistir em que as informações veiculadas precisam ser esclarecidas, ele destacou que a direção do partido e os citados nas denúncias devem se explicar.

Suplicy, que votou em Plínio de Arruda Sampaio nas eleições do PT, disse que após as investigações, se ficar comprovada qualquer irregularidade, o resarcimento das despesas deve ser feito, conforme prevê a Justiça Eleitoral. Mais tarde,

ele informou que recebeu um telefonema de Marta explicando a natureza das viagens.

Ao falar sobre as denúncias que atingem o presidente Lula, o senador disse ser justificável que o PT tenha pago suas despesas antes de ele tomar posse e ter acesso às verbas governamentais. Com relação a gastos com viagens de familiares de Lula, no entanto, o petista acha que deve haver resarcimento.

Segundo Suplicy, os recursos do Fundo Partidário devem ser usados de acordo com as exigências da Justiça Eleitoral e de forma justificada. O mesmo, indicou ele, deve ser feito com as verbas próprias do PT: "Faz quase 25 anos que colaborei significativamente", destacou o senador, lembrando que 20% de seu salário vai para os cofres do partido. "Quero que o PT faça gastos justificados." • C. O.

CARTA

Favre, que acompanhava Marta, também defendeu o uso dado ao Fundo pelo PT. "Ontem enviei carta (ver ao lado) à redação do 'Estado' contestando o teor de diferentes artigos e editorial sobre pagamento de passagem aérea, nos quais meu nome foi citado. A carta ainda não foi publicada e seu conteúdo não foi levado em conta. Hoje, o jornal volta ao tema sem me ouvir."

Favre garantiu que "não há nada de estranho" em pagar uma viagem com objetivos partidários com o Fundo. Segundo ele, a ida à França e à Espanha, em 2003, permitiu ao PT acompanhar o processo de criação da Organização Mundial de Cidades, em Paris, e do Fórum Cultural Mundial, em Barcelona. "Legalmente e conforme com as normas do Fundo Partidário, o PT cobriu os gastos com minha passagem aérea." •

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para registrar a matéria intitulada “A decepção da militância”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 18 de setembro do corrente.

“As denúncias de pagamento de mensalão a parlamentares em troca de apoio a projetos de interesse do governo e da existência da caixa 2 afastarão filiados do PT das eleições internas de hoje em todo o país”. Enfim, a matéria mostra que grande parte dos militan-

tes do Partido dos Trabalhadores está decepcionada com o caminho que o Partido seguiu.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima relacionada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRÍSE ÉTICA

As denúncias de pagamento de mensalão a parlamentares em troca de apoio a projetos de interesse do governo e da existência de caixa 2 afastarão filiados do PT das eleições internas de hoje em todo o país

A DECEPÇÃO DA MILITÂNCIA

DA REDAÇÃO

O professor Edilson Barbosa se filiou ao PT, militou e trabalhou pelo partido nos últimos seis anos. Hoje não esconde a decepção com o caminho que o partido seguiu. “Tenho vergonha porque o PT não está cumprindo o que defendeu”, desabafa, acrescentando que não vai escolher os dirigentes do partido porque já decidiu se desfiliar. O pastor Ivan Bonfim também garante que não votará hoje. Ainda não decidiu de ser petista, mas acredita que não está na hora de fazer eleições diretas no PT. Enquanto seus dois companheiros decidem ficar longe das urnas, o conselheiro tutelar Iram Magalhães faz questão de participar das eleições do PT. Em nome do Campo Majoritário, ele passou toda a semana tentando, pessoalmente, convencer militantes que não votarão o mesmo que concordaram com o atual comando do partido, que manchou o PT ao ser acusado de corrupção. A história desses três petistas do Distrito Federal dá a dimensão exata do que o PT enfrenta hoje, no dia em que seus 826 mil filiados foram convocados a escolher a nova direção do partido. Apesar das 25 anos da história do PT tem provocado reações distintas entre os militantes. “Essa crise reduz em muito a expectativa de votos. Nossa meta era que 40% dos filiados aptos a votar fossem às urnas no domingo (hoje), mas dificilmente atingiremos esse número”, avalia Francisco Campos, coordenador das eleições diretas do PT.

“A desbandada é o desenrolar de muitos militantes diante da crise, contudo, não sei se capaz de invalidar os pleitos que exigem o quorum mínimo de 15% de adesão de com os candidatos e os coordenadores do processo eleitoral. No País, pelo menos 123,8 mil dos 825 mil filiados têm que votar e metade dos estados brasileiros precisam realizar eleição para que a escolha dos presidentes regional e nacional do partido seja sacramentada.”

Regras

“Ninguém sabe ao certo quantos vão votar. Todos os candidatos esperam por um número de eleitores parecido com o registrado na última eleição, quando participaram cerca de 230 mil filiados”, observa o candidato a presidente nacional, Valter Pomar.

Para votar, a única exigência é que o filiado pague a anuidade referente ao ano de 2005, o que pode ser feito até o dia da eleição. Dividas passadas não serão perdoadas apenas para quem concorre em chapas ou como candidato a presidente. Ainda assim, o PT enfrenta dificuldades para mobilizar filiados, especialmente no Norte do país. Os candidatos à presidência no Distrito Federal e seus aliados também têm se debruçado sobre a questão: a falta de informação dos militantes nas cidades satélites. “Nossa trabalho está sendo ser didático. Além de convencer os eleitores, também estamos ensinando como votar, afinal só seis nomes figura única cédula”, observa Cláudio Santana, candidato regional no DF. Ele lembra que os petistas vão escolher chapas e presidentes municipais, estadual e nacional.

A resistência está diretamente relacionada à insatisfação com o governo e o grupo que manchou o nome do PT. “Não adianta colocar remendo novo em tecido podre. O PT precisa de uma cirurgia radical e isso só é possível com uma intervenção e punição exemplar dos culpados. Eleição deveria ser um segundo passo”, avalia Ivan Bonfim, que se filiou há quatro anos. A melhor forma que o pastor encontrou para protestar foi passar o domingo longe das urnas.

Já Iram Magalhães, há 13 anos militando pelo PT, promete véspera uniforme do PT para hoje, continuar convencendo as pessoas que, se o petista quer mudança, precisa votar. “Abandonar o barco antes ou depois das eleições é covardia com o próprio partido”, argumenta Iram.

PT local

A esquerda do PT se esforça para levar a disputa da presidência do diretório do Distrito Federal para segundo turno. Militantes apostam que, assim como na briga pela presidência nacional, as eleições no DF difficilmente terminam com um vencedor amarrado, quando os 25 mil filiados votam para escolher os novos dirigentes do partido. Incerteza ainda, na avaliação dos próprios candidatos, é o nome de quem vai duelar nas urnas com o representante do Campo Majoritário, o deputado distrital Chico Vigilante.

Lutam por uma vaga no se-

gundo turno Antônio Sabino, Chico Machado, Cláudia Santana, Carlos Roberto e Chico Pereira. Pedro Rodrigues desistiu de participar da briga e anunciou apoio a Sabino, na última quarta-feira. Quem continua na disputa por uma vaga no segundo turno, usa estratégias distintas para angariar votos. Antônio Sabino aposta em reuniões com lideranças locais.

Cláudio Santana se esforça para orientar e ensinar aos eleitores a votarem em seis candidatos na mesma cédula. Chico Machado está visitando as cidades satélites e convocando pessoalmente os militantes a votar. Chico Vigilante e seus aliados também investem no

corpo-a-corpo, entrando na casa e conversando com cada eleitor. O boca-a-boca é a arma mais forte de Carlos Roberto e Chico Pereira. Entre uma conversa e outra, um pedido de voto é de ajuda para melhorar o PT, os candidatos têm enfrentado dificuldades. “O valor mensalidade ainda é um obstáculo. Muita gente está em atraso e não sabe que pode regularizar a situação até o dia da eleição”, observa Cláudio Santana. O empenho de Chico Machado e de Antônio Sabino é para mobilizar os mais desanimados com a crise em que o PT está mergulhado. “A não participação é nosso maior adversário”, avalia Machado.

NO DISTRITO FEDERAL

CANDIDATOS

ANTONIO SABINO (chapa Bloco Popular e de Base) Defende a militância sindical popular da centro-esquerda do PT. O radialista e jornalista de 55 anos é membro da sua associação política no movimento estudantil em 1966 e foi administrador da Candangolandia e do Recanto das Ermas na administração de Cristovam Buarque. Defende uma participação da militância do partido.

CLAUDIO SANTANA (chapa Terra, Trabalho, Soberania) Devido ao rompimento com o presidente, votou por causa da sua política econômica e das alianças firmadas com o PTB, PP e PI, e o lançamento do manifesto de fundação do PT. Tem 47 anos, é funcionário do Ministério das Relações Exteriores e comandou a militância em 1974, num movimento contra o projeto Jari na Amazônia.

CARLOS ROBERTO (chapa Socialistas no Movimento Popular) Nove dias depois de cargo eletrivo e critica o atual processo de eleição internas e a falta de transparência nas contas do partido. Fundador do PT, da Cida e da Ceb, é militante do Movimento Popular.

Vice-diretor de 49 anos, mora em Samambaia e luta para que o militante resgate seu papel histórico na construção partidária.

CHICO MACHADO (chapa Unidade na Base) Representante do Campo Majoritário, impõe uma reorganização do PT para as eleições de 2006 e defende o governo Lula. O deputado federal propõe aproximar o PT da filiação, regular as finanças, aumentar a transparência e relações do partido com os movimentos sindicais populares e estudantis.

Fundador e ex-presidente da CUT-DF e do PT-DE, marcou parcerias estreitas com o ex-ministro José Dirceu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Gabeira e os outros”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** em sua edição de 21 de setembro do corrente.

O artigo relata a opinião do autor em relação ao candidato perfeito para ocupar o lugar do Severino na Presidência da Câmara. Segundo o articulista: “Gabeira merece a presidência da Câmara porque é o que me parece mais sólido entre os colegas, mesmo que não agregue apoios que resolvem eleições. É meu es-

querista predileto porque brilha pelo contraste com os companheiros de viagem, avestruzes que enfiam a cabeça na areia para não enxergar a realidade”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

Gabeira e os outros

Se me consultassem, eu indicaria o deputado Fernando Gabeira, do Partido Verde do Rio, para presidente da Câmara, no lugar de Séverino Cavalcanti. Gabeira é inteligente, é um esquerdistas darwiniano (evolui) e parece tão honesto como água de bica. Para mim, Gabeira representa o que de melhor a esquerda produziu no Brasil. Precisou dar uma volta imensa antes de se tornar o ideólogo equilibrado e flexível que conhecemos hoje.

Seqüestrou o embaixador dos Estados Unidos em 1969, converteu-se à “política do corpo” nos anos 70, desfilando seminu nas areias de Ipanema, defendeu a liberalização do uso da maconha, transferiu-se para o ambientalismo através do Partido Verde. Tudo isso para, finalmente, descobrir ao fim da linha o que eu já sabia sobre a esquerda nos anos 60. Não importa que tenha demorado. Adquiriu experiência e densidade. Neste momento, participa da ação de um grupo de deputados para livrar a Câmara de Séverino Cavalcanti. Gabeira conquistou uma autoridade moral talvez sem par no Congresso hoje em dia.

Raramente um militante da esquerda tem uma máquina cerebral suficientemente forte para libertá-lo dos mitos que absorveu na juventude. Para justificar antigas crenças demolidas pelos fatos, alguns integrantes da esquerda se tornam intelectualmente desonestos. Mentem para se agarrar a teses já desmoralizadas.

A filósofa Marilena Chaui, a musa cerebrina do PT, afirmou em cerimônia do partido na semana passada que o PT é odiado por puro despeito dos seus adversários. “Nós fomos o principal construtor da democracia neste país e não seremos perdoados por isso nunca.” E eu, pobre de mim, que estava

pensando no PT como o principal construtor da roubalheira “neste país”. Chaui é uma filósofa que se recusa a enxergar o óbvio.

Entre os intelectualmente desonestos, José Dirceu é o patrono. “O objetivo das forças que me atacam”, afirmou ele, “é interromper o processo de organização dos trabalhadores e de consolidação de uma alternativa popular para o país.” E eu, pobre de mim, que pensava em Dirceu como o chefe da quadrilha petista, conforme o definiu Roberto Jefferson.

Já Gabeira é um homem de esquerda com raciocínio próprio. Veja alguns exemplos numa recente entrevista à

Folha de São Paulo:

“A ideia da luta armada pressupõe a construção de um exército popular. Constituído o exército libertador, você fica sem saber depois quem vai te libertar do exército.”

“No Brasil, o Muro de Berlim está caindo com atraso.”

“A ausência de um mito messiânico da classe operária permite concluir que não temos salvadores, o que é um avanço.

A decadência moral em que parte da esquerda se meteu mostra que ela não é o bem absoluto. Fica demonstrado também que a direita não é o mal absoluto. Abre-se espaço para novas conformações políticas.”

“Temos de acabar com o elogio da ignorância.” (sobre Lula)

Gabeira merece a presidência da Câmara porque é o que me parece mais sólido entre os colegas, mesmo que não agregue apoios que resolvem eleições. É meu esquerdistas predileto porque brilha pelo contraste com os companheiros de viagem, avestruzes que enfiam a cabeça na areia para não enxergar a realidade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para fazer o registro da matéria intitulada “Esqueçam de mim”, publicada na revista **Época** em sua edição de 19 de setembro do corrente.

A referida matéria trata da atual crise política e dos conseqüentes processos de cassação que estão aguardando julgamento na Câmara dos Deputados. Segundo a matéria, os parlamentares envolvidos nos escândalos querem ganhar tempo: “a estratégia ficou evidente na corrida ao Supremo Tribunal Federal, em busca de liminares para retardar o processo de cas-

sação”. “Os políticos apostam que, depois de julgados os casos mais rumorosos, como os de Jefferson e Dirceu, a cobertura da imprensa vai diminuir e as sessões podem se esvaziar”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESQUEÇAM DA GENTE

**Essa é a aposta dos deputados
que irão a julgamento
depois de Roberto Jefferson**

GUSTAVO KRIEGER E LEANDRO LOYOLA

Um grupo de deputados roeu nervosamente as unhas durante a apuração dos votos que cassaram o mandato do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ameaçados de degola por envolvimento no escândalo do mensalão, eles assistiram à contagem com olhos de quem avalia o próprio futuro. O resultado final, que apontou 313 votos contra Jefferson, era esperado, mas mesmo assim assustou. Ficou claro que a Câmara está decidida a atender à opinião pública para tentar recuperar sua credibilidade. Com poucas chances de vencer em plenário, os parlamentares querem ganhar tempo. A estratégia ficou evidente na corrida ao Supremo Tribunal Federal, em busca de liminares para retardar os processos de cassação. “Quem ficar no final da

fila pode se beneficiar com o cansaço da mídia e do país”, confessa um dos cassáveis. “Ninguém vai prestar muita atenção no julgamento do 14º ou do 15º acusado.” Ao todo, são 16 deputados a caminho da forca.

Até Jefferson, que jurou ter “sublimado o mandato” em seus discursos, foi à Justiça para tentar suspender a cassação. No caso dele, as chances são praticamente nulas. O presidente do Supremo, ministro Nelson Jobim, autor da liminar que paralisou por alguns dias o processo contra seis deputados do PT, já disse em conversas reservadas que a corte pode interferir no andamento dos julgamentos, garantindo mais prazo para a defesa, mas não vai contestar o mérito das decisões.

“A porteira foi aberta”, afirma o deputado Luiz Antonio Fleury Filho

(PTB-SP). “Esse placar de 300 votos pela cassação deve se repetir na maioria das votações”, prevê o experiente deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). “Alguns votos vão mudar de lado a cada caso, mas vai prevalecer o instinto de sobrevivência da maioria da Câmara.” *Instinto de sobrevivência* é algo muito forte nos políticos envolvidos no caso do mensalão. Dois deles já se anteciparam ao julgamento. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, foi o primeiro a renunciar. Na segunda-feira 12, foi seguido pelo colega de bancada Carlos Rodrigues. Com isso, garantem a possibilidade de disputar as eleições do ano que vem e voltar ao Congresso como se nada tivesse acontecido. Quem for cassado perde os direitos políticos por oito anos.

Outros parlamentares já estão com a carta de renúncia pronta. O deputado ►

Vadão Gomes (PP-SP) levou a dele no bolso durante boa parte da semana passada. "Estou esperando a melhor hora para decidir", conta. Ele temia que o processo contra ele fosse aberto pelo Conselho de Ética. Depois que isso acontece, não é mais possível renunciar. Na quinta-feira, montou plantão na liderança de seu partido na Câmara, aguardando notícias dos advogados que tentavam no STF uma liminar que lhe garantisse mais tempo para a defesa. Acabou beneficiado pela decisão da mesa da Câmara, que paralisou todos os processos e deu aos acusados prazo de cinco sessões para se explicarem na Corregedoria da casa.

"Tempo para defesa", no caso dos deputados envolvidos no mensalão, é um eufemismo para uma série de manobras. A principal é a ameaça de "contar tudo". Vadão é um bom exemplo. Na lista entregue pelo publicitário Marcos Valério ao Congresso e à Polícia Federal, ele aparece como destinatário de R\$ 3,7 milhões. Oficialmente, o deputado nega ter recebido um só centavo. Nos bastidores de seu partido, circula uma história bem di-

ferente. Presidente do PP em São Paulo, Vadão Gomes articulou a retirada da candidatura de Paulo Maluf à prefeitura de São Paulo em 2004. Seria um desastre para o PT, uma vez que Maluf dividia votos e atacava o tucano José Serra, adversário da petista Marta Suplicy.

Dirigentes do PT e do PP ouvidos por
ÉPOCA dizem que as duas legendas fecharam um acordo sigiloso para manter a candidatura de Maluf. Por esse acordo, o PT ajudaria o "caixa de campanha" do partido de Maluf em São Paulo. Seria o pagamento dessa negociação que aparece nos registros do valerioduto. Pelo menos R\$ 2 milhões foram transferidos, segundo esses políticos. Se Vadão resolver contar essa história, aumentará o estrago na imagem do comando petista.

Outros parlamentares não escondem a vontade de renunciar se a abertura do processo de perda de mandato for inevitável. Na lista estão o ex-líder do PMDB José Borba (PR), Sandro Mabel (PL-GO), Vanderval Santos (PL-SP) e Josias Gomes (PT-

BA). O último tem sido pressionado a resistir, porque os petistas querem agir em bloco. A primeira iniciativa foi a liminar que seis deles obtiveram em conjunto no STF.

Os petistas fecharam uma estratégia comum, baseada em dois pontos. De um lado, a "defesa técnica". Todos juram que o dinheiro recebido do valeiroduto não foi para proveito próprio, mas para pagar contas de campanha eleitoral. Com isso, tentam um julgamento mais brando. A segunda estratégia é política. Querem a maior distância possível do mais ilustre réu nesse caso, o ex-ministro José Dirceu.

Na Câmara, não há dúvidas de que José Dirceu será o próximo a perder o mandato. Quando ele estava na fila para a cabine de votação, durante o julgamento de Jefferson, o inimigo não perdeu a chance de uma provocação. Jefferson aproximou-se de Dirceu e falou: "Eu sou você amanhã...". O petista não reagiu, mas sabe que a previsão tem grandes chances de se concretizar.

COMEÇOU A DEGOLA

Na semana passada a Câmara cassou o mandato de Roberto Jefferson. Outros dois deputados preferiram a renúncia. Ainda restam 15 aguardando julgamento

João Paulo Cunha

Disse que sua mulher pagava contas no Rural. Mas descobriu-se que ela sacou R\$ 50 mil. Ele nega outros saques

Professor Luizinho

Um assessor seu sacou R\$ 20 mil no Rural. Ele disse que a papela era falsa, mas depois reconheceu o saque

Josias Gomes da Silva

Disse que freqüentava o Rural para checar câmbio. Mas depois apareceu como saqueador de R\$ 100 mil

José Dirceu

É acusado de ser o mentor do mensalão e suspeito de ter montado o esquema de caixa dois no PT. Ele nega tudo

João Magno

Recebeu R\$ 350 mil das empresas de Marcos Valério. O deputado diz que gastou em dívidas de campanha

José Mentor

O ex-relator da CPI do Banestadinho recebeu R\$ 120 mil de Valério. Ele afirma que prestou serviços de advocacia

Paulo Rocha

Negou a ida de sua assessora ao Rural. Mais tarde descobriu-se saque de R\$ 470 mil. Listas indicam R\$ 920 mil

Vadão Gomes

Reconhece que recebeu R\$ 103 mil da Usiminas por meio de uma conta de Valério. A Usiminas nega

José Janene

Seu assessor João Cláudio Genu sacou R\$ 850 mil. Depoimentos indicaram que Janene recebeu R\$ 4,1 milhões

Pedro Henry

Segundo o assessor de Janene, também ordenava saques. Antes, já havia recebido acusação de Jefferson

Pedro Corrêa

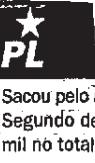
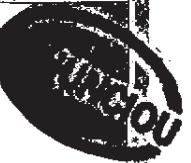
Foi acusado por Jefferson de ser operador do mensalão no PPO. Assessor de Janene disse que entregava dinheiro a ele

A situação de Dirceu é pior por vários motivos. Para começar, todos no Congresso acreditam que ele era o comandante de fato do PT ao longo do período em que foi ministro da Casa Civil. Assim, todos os atos da antiga direção partidária e especialmente do tesoureiro Delúbio Soares entram em sua conta. Além disso, Dirceu é uma es-

pécie de muro de contenção para o Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer que a crise fique restrita ao Congresso. Para isso, avalia que é importante sacrificar cabeças coroadas. A de Dirceu inicia a lista, ao lado do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha. Nas conversas particulares, Dirceu não esconde que está lutando sozinho, sem o apoio do governo. Pa-

ra piorar, nos anos em que foi o super-ministro, Dirceu criou imagem de arrogante e colecionou dezenas de desafetos no Congresso. Isso não ajuda nada na hora da votação secreta.

"Sei que vou ser cassado", diz aos amigos. "Mas quero deixar claro que será um julgamento político, e não por corrupção." Sem perspectivas ▶

Roberto Brant  Reconhece que recebeu R\$ 103 mil da Usiminas por meio de uma conta de Valério. A Usiminas nega.  Primeiro negou conhecer Valério. Depois disse que só tratava de nomeações. Há R\$ 2,1 milhões associados a seu nome	Roberto Jefferson  Acusado de liderar um esquema de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Roberto Jefferson foi cassado na quarta-feira 14 com o voto de 313 colegas da Câmara. Foi punido por ter acusado outros deputados sem apresentar provas e por ter embolsado R\$ 4 milhões de caixa dois, entre outras acusações. Recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas, por precaução, já pediu aposentadoria como deputado	Bispo Rodrigues  Sacou pelo menos R\$ 150 mil da SMP&B. Segundo depoimentos, recebeu R\$ 400 mil no total. Ele nega. 
Sandro Mabel  Acusado de participar do mensalão e de tentar comprar deputada por R\$ 1 milhão mais R\$ 30 mil mês. Ele nega	Valdemar Costa Neto  Admitiu ter recebido R\$ 6,5 milhões dos R\$ 10,8 milhões atribuídos a ele. Disse que gastou em campanhas e renunciou	
Romeu Queiroz  Uma funcionária de Valério disse que ele sacou R\$ 350 mil. O deputado alega que entregou o montante ao PTB		

no plenário, ele aposta na estratégia jurídica. Vai tentar paralisar o processo no Supremo Tribunal, alegando que as acusações contra ele se referem ao período em que foi ministro. E, fora da Câmara, não poderia ter quebrado o decoro parlamentar. No STF, pouca gente acredita na eficiência da estratégia.

Os outros parlamentares engrossam a bancada nova, a do "esqueçam de mim". Apostam no tempo como tábua de salvação. Processos de cassação são lentos e a Câmara nunca lidou com tantos casos ao mesmo tempo. Boa parte dos julgamentos pode ficar para o ano que vem, quando o Congresso estará esvaziado pela campanha eleitoral. Para tirar o mandato de um parlamentar, é necessário maioria absoluta. Ou seja, 257 dos 513 deputados precisam votar pela cassação. Qualquer outra atitude, seja voto nulo, branco ou até a ausência na votação, conta a favor do par-

lamentar em julgamento.

Os políticos apostam que, depois de julgados os casos mais rumorosos, como os de Jefferson e Dirceu, a cobertura da imprensa vai diminuir e as sessões podem se esvaziar. No julgamento de Jefferson, 489 deputados marcaram presença. Com um quórum tão alto, ninguém escapa. Mas, se o número de presentes ficar em torno de 400, a salvação passa a ser possível. Por isso, insistem tanto em "tempo para defesa".

Se as liminares deram fôlego aos cassáveis, o STF lhes deu uma péssima notícia. Os ministros derrubaram a lei que concedia foro privilegiado a ex-autoridades. Isso significa que, se forem cassados, não terão o privilégio de responder a processos no Supremo. Aos olhos do Judiciário, se transformam novamente em cidadãos comuns e podem ser processados por juizados de primeira instância.

Boa parte dos acusados coleciona

processos em seus Estados de origem e não querem nem pensar em voltar a encarar os juízes e promotores de suas cidades. É o caso do líder do PP, José Janene. O Ministério Público do Paraná move dezenas de processos contra ele por acusações que vão de enriquecimento ilícito a fraudes com dinheiro público. Um levantamento concluído recentemente pelos promotores e revelado pela revista *IstoÉ* mostra que, entre 1997 e 1999, ele teria recebido R\$ 7,78 milhões. O dinheiro teria sido desviado da prefeitura de Londrina, em associação com o então prefeito, Antônio Belinati. O dinheiro, repassado mensalmente, seria uma espécie de "avô do mensalão". Um problema velho, mas que pode voltar a incomodar. Para evitar isso e recuperar o foro privilegiado a partir do ano que vem, a melhor saída para os deputados pode ser a renúncia. ■

A CULPA É SEMPRE DO MORTO

Quando a situação apertou, eles jogaram a responsabilidade para cima de alguém falecido

Kátia Rebello
Presidente do
Banco Rural

Disse à CPI dos Correios que não tinha como dar detalhes sobre os empréstimos ao PT, pois quem cuidou disso foi o falecido diretor José Augusto Dumont

Roberto Jefferson
Ex-deputado, cassado
na semana passada

Afirma que o primeiro montante recebido pelo PTB das mãos de Marcos Valério foi entregue ao falecido deputado federal José Carlos Martinez

Severino Cávalcanti
Presidente da Câmara
dos Deputados

Depois que apareceu o cheque do empresário Sebastião Buani para sua secretária, Severino e a moça disseram que o dinheiro era para Severino Júnior, seu filho morto

Pedro Corrêa
Deputado do PP acusado de
ser operador do mensalão

Diz que quem entregou ao advogado Pau-lo Goiás o dinheiro apanhado com o assessor João Cláudio Genu foi o falecido deputado Valmor Giavarina

Rogério Buratti
Ex-secretário de Antônio
Palocci em Ribeirão Preto

Garante que a pessoa que recebia a propina do PT na empresa Leão & Leão era o falecido Ralf Barquette, outro ex-secretário da prefeitura

Waldomiro Diniz
Ex-assessor da
Casa Civil

Disse que a propina de 1% que ele estava pedindo ao empresário Carlinhos Ca-choeira era para o amigo Armando Dilli, que depois acabou morrendo

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O resumo da ópera”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 7 de setembro do corrente.

Segundo o autor, “Daniel Dantas foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça, Dantas

encarregou seu operador Marcos Valério de buscar um canal com o PT”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

O resumo da ópera

Estou tentando encaixar os fatos. Pelo que li até agora, parece-me que houve o seguinte:

Daniel Dantas foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça de sofrer uma perseguição num futuro governo Lula, por causa de sua ligação com o governo FHC, Dantas encarregou seu operador Marcos Valério de buscar um canal de negociação com o PT. Em meados de 2002, Marcos Valério se aproximou de Delúbio Soares, que exigiu propina para financiar a campanha eleitoral e domesticar o partido.

Quando Lula foi eleito, o deputado

Júlio Delgado recolheu 189 assinaturas para instalar uma CPI sobre a privatização da Telebrás. João Paulo Cunha afundou-a imediatamente, obedecendo à orientação de José Dirceu. De acordo com a agenda da secretária Fernanda Karina Somaggio, poucos dias depois, em julho de 2003, Marcos Valério e Delúbio Soares se reuniram com Carlos Rodenburg, sócio de Dantas no Opportunity. Delúbio Soares cobrou ainda mais dinheiro de Dantas, porque o Palácio do Planalto queria financiar a compra de parlamentares de outros partidos, com o chamado “mensalão”.

Tudo correu direitinho até julho de 2004, quando Dantas foi acusado de contratar a empresa de espionagem Kroll para investigar seus adversários. Um dos alvos de Dantas era Luiz Gushiken, que mantinha uma disputa com José Dirceu pelo controle do PT. Gushiken retaliou por meio de seus subordinados nos fundos de pensão estatais, que fizeram um acordo secreto com o Citibank para afastar Dantas do comando da Brasil Tele-

com. Pelo acordo, sacramentado em janeiro de 2005, os fundos de pensão comprariam a participação do Citibank na Brasil Telecom por 1 bilhão de reais, o dobro do valor de mercado. A operação foi negociada pela Angra Partners, gestora dos fundos de pensão e formada por ex-funcionários do próprio Citibank. O que se comenta no mercado é que o superfaturamento da Brasil Telecom incluiria uma cota destinada ao PT, que permitiria desviar dinheiro dos fundos de pensão e substituir Dantas como maior financiador do caixa dois do partido.

Em fevereiro de 2005, o Citibank cumpriu sua parte do acordo e destituiu Dantas da gestão do fundo CVC, com o qual ele controlava a Brasil Telecom.

Exatamente no mesmo período, segundo Roberto Jefferson, começaram a minguar os recursos do “mensalão”. A explicação é simples: Dantas, passado para trás pelo governo, interrompeu o pagamento de propina aos parlamentares. O resultado foram a perda de controle do Congresso e a eleição de Severino Cavalcanti. Em defesa de Dantas, Roberto Jefferson procurou Lula e ameaçou denunciar o esquema de corrupção do governo. José Dirceu colocou a Abin em seu encalço, para inti-

midá-lo. Começou também a procurar outras fontes de financiamento para o PT. A mais promissora previa a reestatização da Brasil Telecom e da Telemar, com o dinheiro dos fundos de pensão, operação bilionária que renderia uma boa comissão ao PT. José Dirceu já tinha sobre a mesa um projeto de lei que permitiria a fusão das duas empresas. Quando explodiu o caso de corrupção nos Correios, Roberto Jefferson, em vez de tentar uma composição, partiu para o ataque e meliou o jogo do governo, revelando o esquema de que havia sido beneficiário.

Daniel Dantas foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça, Dantas encarregou seu operador Marcos Valério de buscar um canal com o PT”

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

Estudo publicado pelo Banco Mundial e divulgado semana passada pelo jornal **Folha de S.Paulo** mostrou-me a necessidade de que nós, representantes da sociedade brasileira no Legislativo Federal, façamos uma profunda reflexão sobre a desigualdade social existente em nosso País.

Considerado campeão da desigualdade social na América Latina, o Brasil está melhor apenas do que quatro países africanos – Suazilândia, República Centro-Africana, Botsuana e Namíbia, segundo o estudo do Bird.

Segundo os autores do estudo, entre eles o economista brasileiro Francisco Ferreira, esta situação tende a se perpetuar, porque o Brasil reúne quase todos os ingredientes para não modificar o quadro atual.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estamos vivendo um momento crucial na história de nosso País.

A cada dia fatos novos revelam a fragilidade de um governo que pretendia ter sido eleito para mudar exatamente esta alarmante desigualdade social que corrói nosso País.

Este Governo, no entanto, mostrou-se incapaz de atingir os objetivos a que se propôs e, pior, incapaz de assumir a responsabilidade que a Nação lhe outorgou há dois anos e nove meses.

É nesse sentido que venho hoje a esta Tribuna.

Quero propor aos senhores parlamentares que iniciemos uma reflexão profunda e responsável sobre a reconstrução de um Brasil mais justo e menos desigual.

Não podemos simplesmente passar os olhos por um estudo como este do Banco Mundial, sem refletir sobre a urgente responsabilidade desta Casa para romper com esse sistema que vem se perpetuando em nosso País.

É preciso que reconheçamos a importância do trabalho divulgado hoje, do qual destaco a seguinte afirmativa: “eqüidade são chances iguais a todos, independentemente de cor, raça ou nível social”.

Nossa população precisa ter chance de acesso à educação de qualidade, à saúde de qualidade, à moradia, ao saneamento básico, e a sonhar com uma vida mais digna para si e seus filhos.

Como seus representantes, nosso dever é trabalhar para garantir os seus direitos.

Nesse sentido, trago como colaboração a esta Casa, Proposta de Emenda à Constituição, de minha autoria, que já recebeu parecer favorável do Sena-

dor Tasso Jereissati, na Comissão de Constituição e Justiça.

Esta PEC é o primeiro passo para uma Lei de Responsabilidade Social, pela qual serão definidas metas macrossociais para o País e instituído um Índice Nacional de Responsabilidade Social para identificar os municípios onde essas metas serão mais bem aplicadas.

Os estados e a União também serão incluídos no Índice para medir a qualidade de vida da população, seu grau de inclusão social e a necessidade de aplicação das metas macrossociais.

Exemplos dessas metas são a geração progressiva de empregos, a erradicação da pobreza, a universalização do acesso à educação básica, a redução da mortalidade infantil e a imunização da população.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o resultado do estudo do Banco Mundial é por demais vexatório para nosso País.

Não podemos permitir que suas conclusões acerca do futuro do Brasil se confirmem.

Como integrantes do Legislativo nacional, podemos e devemos trabalhar para reverter esta “armadilha de desigualdades” apontada para nós, traçando um futuro de mais justiça e buscando o respeito que o Brasil realmente merece ter junto às demais nações.

Obrigada – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, muito tenho falado aqui neste Plenário, durante estes meus dois mandatos de Senador, da urgência e da importância de se solucionarem os entranhos históricos que amarraram, há mais de uma década, o desenvolvimento no nosso querido Estado de Roraima, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Dentre os problemas centrais que aprisionam o nosso futuro promissor está, em posição de destaque e relevância, sem dúvida, a ausência de regularização fundiária e titulação das terras e a solução definitiva da pendência histórica referente à demarcação das terras indígenas e a definição da destinação de áreas produtivas para agricultura e pecuária.

Neste aspecto, apesar de outras demarcações registradas, tornou-se emblemática, sem dúvida, a questão referente à área indígena Raposa e Serra do Sol.

Esta área teve seu decreto de demarcação editado em 1998, sem que o Governo do Estado tivesse atuado para fazer as contestações necessárias, durante a elaboração do laudo antropológico, nem apresentar o contraditório que geraria o debate e a busca de uma solução negociada entre todos os segmentos envolvidos. Em decorrência deste fato, que tornou-se

preocupação para o Estado, me manifestei diversas vezes, na pregação de uma solução que garantisse a demarcação da área, mas, que também garantisse a continuidade da agricultura empresarial, uma atividade produtiva consolidada e tão importante para a nossa combalida economia.

Estas gestões culminaram com o Ofício nº 17/99, de 10 de fevereiro de 1999, encaminhado ao então Ministro da Justiça Renan Calheiros (anexo 1), que ponderava aspectos importantes de solução e apresentava proposta para pacificação da questão.

Com a mudança ministerial, encaminhei novamente, proposta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através do Ofício nº 087/00, de 7 de abril de 2000, (anexo 2).

Nesta nova proposta apresentada relatamos, tanto ao Presidente, quanto ao novo Ministro da Justiça José Carlos Dias, através do Ofício nº 085/00, de 7 de abril de 2000 (anexo 3), as medidas que entendíamos importantes para a solução do conflito e das pendengas das demarcações no Estado.

Entre as propostas, estava a utilização das fazendas repassadas à União pela massa falida do Banco Bamerindus, conhecidas como fazendas Bamerindus, para relocação dos ocupantes de áreas indígenas já demarcadas, como a área de São Marcos. Junto com a proposta encaminhei Ofício nº 041/98, de 10 de março de 1998 (anexo 4), de tratativas de utilização das fazendas com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungman. Do mesmo modo, Ofício e proposta nº 045/98, de 10 de março de 1998 (anexo 5), encaminhado ao então Presidente da FUNAI, Sulivan Silvestre, acompanhados de Nota Técnica da Embrapa referentes às Fazendas Murupú, Cauamé e Truarú, conhecidas como Fazendas Bamerindus (anexo 6).

Acostamos também à proposta Ofício do Banco Central nº 98/0101, de 15 de dezembro de 1998 (anexo 7), direcionado à Embrapa que definia a transferência dessas fazendas para o patrimônio da União, anexamos, também, documento resposta da Embrapa ao Banco Central sobre a questão, através do Ofício 456/98, de 22 de dezembro de 1998 (anexo 8) e documento da Secretaria de Patrimônio da União, Ofício 275/SPU, de 5 de julho de 1999 (anexo 9), dirigido à Embrapa.

Assim procuramos, permanentemente, o diálogo e a proposição de ações concretas que ensejassem uma solução menos traumática para a questão.

Recebemos manifestações importantes neste período, como o documento da Associação Comercial e Industrial de Roraima – ACIR, de 01 de março de 2000 (anexo 10), assim como da Associação dos Arrozeiros de Roraima (anexo 11).

Permanentemente, continuamos buscando o diálogo sem que se conseguisse uma ação mais construtiva e propositiva do Governo do Estado de Roraima. Em 11 de fevereiro de 2003, logo após a posse do Governador Flamarion Portela, encaminhei Ofício nº 033/2003, (anexo 12), propondo uma pauta de ações a serem empreendidas pela Governo do Estado e me colocando à disposição para colaborar e ajudar na busca de soluções.

A Bancada Federal de Roraima também atuou em conjunto, debatendo, discutindo e encaminhando documentos ao Governo Federal e ao Presidente da República (anexo 13).

É importante esclarecer que tratei pessoalmente do assunto, por diversas vezes, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, com o Presidente Lula. Encaminhei ao Presidente Lula, uma carta pessoal, datada de 15 de abril de 2004 (anexo 14), quando já se tratava da homologação da demarcação da área indígena Raposa e Serra do Sol, que havia sido demarcada em 1998.

Nesta carta, ponderava ao Sr. Presidente, que deveriam ser feitos alguns ajustes quando da homologação da área. Propunha uma pequena correção com a retirada das áreas produtivas de várzeas, onde existe hoje a cultura de arroz, a sede das vilas e a área de construção da Hidrelétrica do Cotingo, além disso, propunha a federalização das estradas estaduais que cortam a área. Algumas ponderações foram acatadas e outras não. A área indígena foi homologada e a população roraimense foi tomada de um temor real sobre o futuro do Estado.

Este é um desafio que temos que enfrentar.

Viabilizar Roraima, com suas terras produtivas e suas terras indígenas.

Retomar a confiança no Estado e na segurança jurídica da produção, com a titulação e a regularização Fundiária das áreas produtivas. Resolver o desafio da produção do arroz e tratar condignamente e com respeito esses produtores.

Quero encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, reafirmando que, apesar desses percalços, eu acredito cada vez mais no nosso Estado de Roraima, na nossa gente e no nosso futuro promissor.

Estamos na Amazônia e temos uma população indígena significativa. Estas são duas verdades inexoráveis. São verdades que mais do que conviver, devemos saber potencializar para gerar um desenvolvimento auto-sustentado que, respeitando o meio ambiente com inteligência, competência, compromisso político e responsabilidade, possa melhorar a vida de todos; produtores, índios e famílias de Roraima.

Tenho a certeza que é possível construir este caminho, caminho que, ao desenvolver o nosso Estado, estará sinalizando para todo o País o exemplo dado pelo nosso povo e pela nossa terra.

Era o que eu tinha a dizer, obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXO 1

**Ofício nº 017/99, de 10/02/1999,
Encaminhado ao Ministro da Justiça,
Senador Renan Calheiros.**

Of. nº 017/99 - GSRJ

Brasília, 10 de fevereiro de 1999

Senhor Ministro,

O Estado de Roraima vive um momento extremamente delicado, que poderá definir o seu futuro como região de desenvolvimento e progresso.

A demarcação de terras indígenas em Roraima é um fator decisivo para nortear, não só a ocupação geográfica dos espaços vazios, mas, principalmente, para definir a matriz de produção que deverá sustentar o crescimento do novo Estado.

Sabemos que é de fundamental importância a demarcação das terras indígenas, e registramos que deve, prioritariamente, ser definida esta questão, não só em Roraima, mas em todo o País.

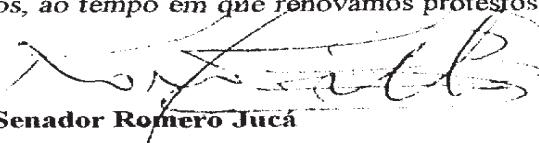
No entanto, no nosso caso específico, em decorrência da portaria que definiu a demarcação da área indígena Raposa e Serra do Sol, no norte do Estado, gostaríamos de sugerir algumas reflexões, e encaminhar proposta de adaptação da demarcação, no intuito de colaborar e buscar a harmonia entre as populações de índios e não índios, além de propiciar o equilíbrio necessário para o setor econômico de Roraima, que sendo incipiente, poderá sofrer um golpe de difícil recuperação, caso se confirme a situação atual.

Assim sendo, encaminhamos anexo, proposta de exclusão da maior várzea produtiva no Estado de Roraima, com ocupação e investimentos vultosos. A retirada desta área, possibilitada pela própria portaria desse Ministério, que prevê ajustes em áreas de conflito, permitirá o desenvolvimento imediato dos projetos agrícolas em andamento, que representam, hoje, a maior atividade produtiva do Estado.

Vale a pena ressaltar que os estudos anteriores e a antiga proposta, da própria FUNAI, já previam a retirada de grande parte desta área supra mencionada.

Registre-se, ainda, que além das várzeas de produção, que não são ocupadas por qualquer membro das comunidades indígenas da região, contêm a nossa proposição, também, a exclusão do complexo turístico do Lago Caracaranã, hoje, a principal estrutura de turismo existente no Estado, e em franca operação.

Certo da atenção de Vossa Excelência para esta questão, que é vital para o equilíbrio econômico de Roraima e para a pacificação de todo o nosso povo, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos, ao tempo em que renovamos protestos de consideração e apreço.

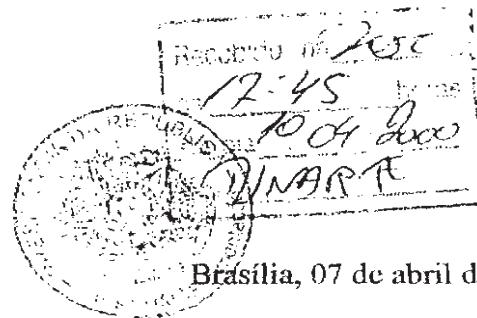


Senador Romero Jucá

Exmº Senhor
Senador Renan Calheiros
 DD. Ministro de Estado da Justiça
 Brasília - DF

ANEXO 2

Ofício nº 087/00, de 07/04/2000,
Encaminhado ao Exmº Senhor Presidente da
República, Fernando Henrique Cardoso.



Of. Nº 087/00 – GS RJ

Brasília, 07 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Tenho, reiteradamente, manifestado através de correspondências, audiências e manifestações públicas a minha preocupação com os rumos tomados pelo processo de demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima.

Como Senador pelo meu Estado, e com experiência de Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tenho procurado trazer a este processo, e ao debate em torno do tema, questões que considero relevantes e que acredito precisam ser explicadas, novamente, para tentar encaminhar soluções e entendimentos que, infelizmente, acredito estarem longe de serem efetivados.

Para a solução da questão de Roraima e a pacificação de sua população, entendo serem necessários as colocações de algumas premissas, e posteriormente de uma proposta com um conjunto de ações, que ao meu ver, se implementadas, tornariam a solução adequada aos diversos segmentos envolvidos, bem como ao nosso estado e país.

Preocupa-me não só o processo de demarcação e a solução em si, mas, principalmente, o dia seguinte. A continuidade da relação entre índios e não índios no nosso estado, e, em especial, nas áreas demarcadas.

Infelizmente, por parte de alguns, o nível do discurso e a truculência verbal têm sido ampliados, não colaborando em nada para uma solução pacífica e negociada.

Excelentíssimo Senhor

Doutor. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

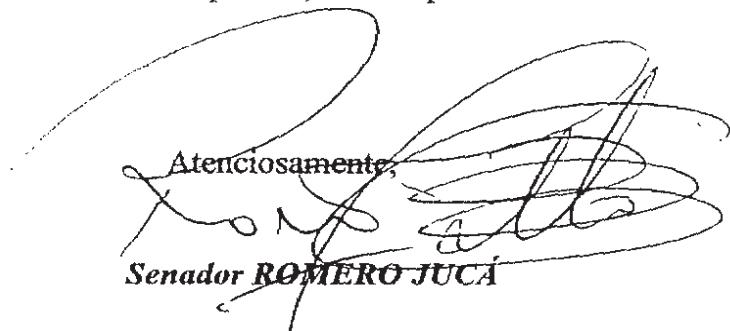
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil

Esplanada dos Ministérios

Brasília - DF

Isto Posto, encaminho, em anexo, a Vossa Excelência cópia de correspondência enviada ao Ministro da Justiça e à FUNAI propondo ações que, entendo, surtiriam efeito na busca de um entendimento e de uma solução negociada.

Certo da preocupação de Vossa Excelência e da ação na busca de justiça almejada por todos os envolvidos nesta questão, renovo protestos de consideração e apreço.



Atenciosamente,
Romero Jucá
Senador ROMERO JUCÁ

ANEXO 3

Ofício nº 085/00, de 07/04/2000,
Encaminhado ao Ministro da Justiça, Dr.
José Carlos Dias.

Of. Nº 085/00 – GSRJ

Maior
código 38000 393/2
10/07/2000 000000
Brasília, 07 de abril de 2000

Senhor Ministro

Tenho, reiteradamente, manifestado através de correspondências, audiências e manifestações públicas a minha preocupação com os rumos tomados pelo processo de demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima.

Como Senador pelo meu Estado, e com experiência de Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, tenho procurado trazer a este processo, e ao debate em torno do tema, questões que considero relevantes e que acredito precisam ser explicitados, novamente, para tentar encaminhar soluções e entendimentos que, infelizmente, acredito estarem longe de serem efetivados.

Para a solução da questão de Roraima e a pacificação de sua população, entendo serem necessários as colocações de algumas premissas, e, posteriormente, de uma proposta com um conjunto de ações, que, ao meu ver, se implementadas, tornariam a solução adequada aos diversos segmentos envolvidos, bem como ao nosso estado e país.

Preocupa-me não só o processo de demarcação e a solução em si, mas, principalmente, o dia seguinte. A continuidade da relação entre índios e não índios no nosso estado, e, em especial, nas áreas demarcadas.

Infelizmente, por parte de alguns, o nível do discurso e a truculência verbal têm sido ampliados, não colaborando em nada uma solução pacífica e negociada.

Exmº Sr.
DR. JOSÉ CARLOS DIAS
DD. Ministro de Estado da Justiça
Esplanada dos Ministérios
Brasília - DF

Equívocos estão sendo cometidos, que só agudizam o problema. Não cabe, no entanto, procurar culpados, apontar falhas ou radicalizar o discurso político, usando este momento como plataforma eleitoral. Agir assim seria mais do que desconhecer a gravidade do problema , seria a tentativa de usar os segmentos envolvidos em manobras que comprometeriam o futuro de muitas vidas.

Isto posto, gostaria de registrar e propor um conjunto de ações, algumas delas já iniciadas por mim, e até explicitadas em documentos anteriores enviados a este Ministério e outras entidades.

1 – Discussão em bloco de todas as demarcações a serem realizadas no Estado de Roraima, com solução única e definitiva. (Este fato resolveria em um único processo de entendimento todas as pendências existentes no Estado, evitando soluções "conta gota", que só contribuem para inflamar os discursos e municiar o nervosismo reinante. A população e o estado são sabem até onde vai o processo de demarcação, e fica parecendo, para alguns, que, a cada início de procedimento, vai se formando uma ação proposital para inviabilizar o estado, o que sabemos, não ser verdadeiro)

2 – Acolhimento de proposta da comunidade indígena de São Marcos/Pacaraima, que pretende a exclusão da área indígena, da zona urbana da sede do município de Pacaraima. (Esta proposta feita pela comunidade indígena demonstra equilíbrio e busca solução que evite conflitos já existentes. Ao encaminhar à FUNAI e ao Ministério Público Federal tal proposta, os índios demonstraram equilíbrio, sensatez e busca de pontos convergentes de entendimento. Hoje a sede de Pacaraima cresce em ocupação, estando situado em área indígena, na fronteira com a Venezuela, tendo, inclusive, um quartel do Exército em sua localidade. É de fundamental importância que se resolva esta questão, até pela posição geográfica estratégica da vila na área de fronteira, e a expectativa de ampliação da relação, inclusive comercial, do Brasil com a Venezuela, explicitada várias vezes pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso).

3 – Demarcação de área indígena de Raposa e Serra do Sol com a exclusão das vilas e povoados estratégicas, bem como a manutenção da áreas imprescindíveis à produção agrícola, em especial à cultura do arroz. (Existem, hoje, algumas fazendas produtivas nas áreas que são extremamente importantes para a economia do estado e estão localizadas em várzeas não ocupadas. Quanto às vilas, procura-se analisar cada uma por si, sua população, sua importância e suas perspectivas).

4 – Disponibilização imediata de recursos para a execução das indenizações correspondentes, dentro de um processo de avaliação leal e justo. (Em várias propriedades estão colocados vidas inteiras de trabalho, dedicação e amor à terra. Historicamente, inclusive, no estado de Roraima, as possíveis indenizações têm se arrastado por ~~muitos~~ anos, com processos intermináveis que vão de avaliações irrisórias e injustas, à burocratização legalista que atrasa e faz

perder-se nos escaninhos da administração pública a vontade e o direito do cidadão. Seria necessário, inclusive, levantar as pendências de indenizações de anos, que existem sobre a demarcação de outras áreas indígenas realizadas anteriormente).

5 – Disponibilização imediata das áreas das fazendas do antigo Banco Bamerindus, a Murupú, a Cauamé e a Truarú, todas localizadas no município de Boa Vista. (Tais propriedades já estão à disposição da União, como pode ser visto por documento em anexo da Secretaria do Patrimônio da União, e teria sido disponibilizada para a EMBRAPA, que também, de acordo com contato mantido por mim, e documentos , também anexos, do Presidente Alberto Duque Portugal, estariam disponíveis para a realocação de várias fazendas que seriam indenizadas com o processo de demarcação. Proponho assim que este trabalho de relocalização das fazendas seja coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário INCRA, inclusive já tendo também mantido contato anteriores com o Ministro Raul Jungmam. (Desta forma, teria o Poder Público a condição de realocar a grande maioria de fazendas de gado das regiões demarcadas, possibilitando a retomada imediata da atividade pecuária, na maioria das vezes em condições iguais ou superiores a das fazendas antigas, tendo em vista, de um lado, a potencialidade das fazendas Bamerindus, com mais de 70 mil hectares, tendo grande parte já formada, e, de outro, a falta de condição e a insegurança dos proprietários das fazendas em áreas indígenas que há anos não conseguem investir ou realizar de forma tranquila o seu trabalho. Sendo assim, com a utilização das fazendas Bamerindus, ganhariam o Estado, seus produtores, as comunidades indígenas, que teriam solucionada a ocupação de terras indígenas, e a própria União, que daria destinação a um patrimônio importante).

6 – Disponibilização, pela União, de novas áreas necessárias para a relocalização de quaisquer famílias de produtores que tivessem direito, dentro do processo de indenização e deixassem de ser contempladas na utilização das fazendas Bamerindus.

7 – Articulação entre Ministérios do Governo Federal, Governo do Estado e Municípios para destinação de recursos para complementação de atividades necessárias ao apoio às populações indígenas e áreas de demarcação, notadamente, nos setores de saúde, educação e apoio à produção, inclusive com a implantação do PRONAF – Indígena, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dessa forma, em conjunto com a demarcação e sua solução, viriam ações que contemplariam as comunidades, ampliando a presença do Poder Público em apoio e como respostas aos anseios indígenas).

Senhor Ministro, ao colocar estas proposições, já objeto de debates e entendimentos mantidos, anteriormente, com as equipes da FUNAI, do Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da EMBRAPA e de outros segmentos, inclusive representações de comunidades indígenas de Roraima, venho novamente reafirmar a urgente necessidade de tomada de decisões que restabeleçam um equilíbrio salutar e necessário não só entre índios e não índios,

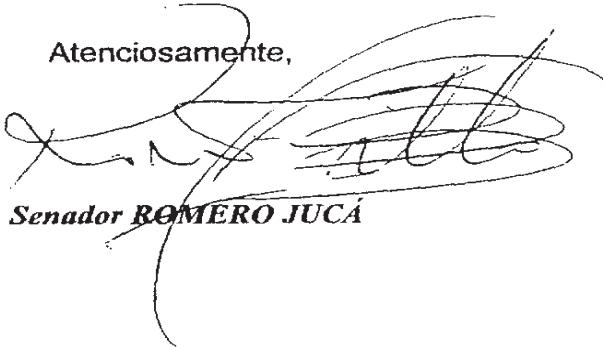
mas, também, entre as próprias comunidades indígenas que começam a se dividir, numa perspectiva histórica de tremendo prejuízo para aquelas populações. Cabe a todos nós, como representantes e ocupantes de cargos de autoridades do Poder Público, o equilíbrio e a abertura para busca de soluções que possam preservar as comunidades indígenas, suas tradições e suas condições de vida, ao tempo que os fortaleçam no convívio e na relação com não índios, permitindo uma Roraima digna e justa.

O Estado de Roraima tem um forte componente indígena no seu espaço geográfico e na sua formação étnica.

Cabe a todos nós zelar para que isto seja encarado de forma correta e contribua para o desenvolvimento e a grandeza de todos os brasileiros.

Ficando no aguardo da manifestação de Vossa Excelência, renovo-lhe a minha disposição de colaborar e os meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



Senador ROMERO JUCÁ

ANEXO 4

Ofício nº 041/98, de 10/03/1998,
Encaminhado ao Ministro Extraordinário de
Política Fundiária, Raul Belens Jungmann.

Of. nº 041/98 - GSRJ

Brasília, 10 de março de 1998

Senhor Ministro,

A demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima e, consequentemente, a retirada de fazendeiros e ocupantes históricos das referidas áreas, tem gerado um clima de insegurança e de desestabilização econômica na nossa região.

Se, por um lado, a lei garante aos índios o direito às suas terras imemoriais, e isto não se discute, por outro lado, a mesma legislação determina que os ocupantes de boa fé dessas terras, quando demarcadas, sejam indenizados por suas benfeitorias, e reassentados de acordo com os critérios vigentes.

A ausência destes procedimentos nos processos de demarcação de terras indígenas em Roraima tem contribuído, sensivelmente, para o clima de tensão e conflito que tem se instalado no nosso Estado, inclusive pela omissão do seu Governo.

No intuito de contribuir com a solução destas questões, pacificando Roraima e, principalmente, fazendo justiça a dezenas de famílias que trabalharam e construíram um patrimônio que, de um dia para outro, se esvai com a demarcação indígena, proponho a Vossa Excelência a utilização, pelo INCRA, dos mais de 50 mil hectares da Fazenda Bamerindus para o reassentamento dos fazendeiros, posseiros e ocupantes de áreas indígenas que estão sendo removidos, notadamente das áreas de São Marcos, Raposa e Serra-do-Sol e outras menores, cujos levantamentos já foram realizados pela FUNAI.

Exmº Sr

Dr. RAUL BELENS JUNGMANN

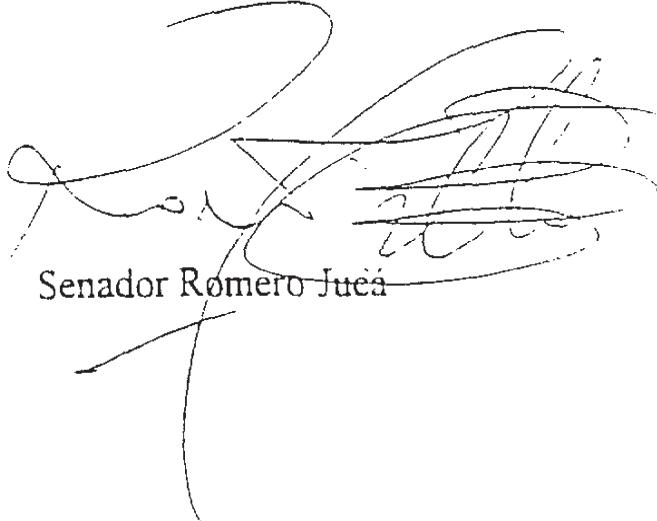
DD Ministro Extraordinário de Política Fundiária

INCRA/BR
Recebido no protocolo
11/3/1998

Restaria, assim, com este reassentamento realizado, buscar os recursos junto à FUNAI, para as respectivas indenizações, fato este que seria tratado quando da elaboração da proposta orçamentária do próximo ano.

Certo da atenção de Vossa Excelência para o caso, e de sua sensibilidade na busca de uma solução que atenda aos índios e aos produtores rurais, coloco-me à disposição, ao tempo em que renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Romero Jucá". The signature is fluid and cursive, with a large, stylized initial 'R' on the left and a more formal 'Romero Jucá' written below it in a smaller, more structured font.

Senador Romero Jucá

ANEXO 5

Ofício nº 045/98, de 10/03/1998,
Encaminhado ao Presidente da FUNAI,
Sulivan Silvestre Oliveira.

Of. nº 045/98 - GSRJ

Brasília, 10 de março de 1998

Senhor Presidente,

A demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima e, conseqüentemente, a retirada de fazendeiros e ocupantes históricos das referidas áreas, tem gerado um clima de insegurança e de desestabilização econômica na nossa região.

Se, por um lado, a lei garante aos índios o direito às suas terras imemoriais, e isto não se discute, por outro lado, a mesma legislação determina que os ocupantes de boa fé dessas terras, quando demarcadas, sejam indenizados por suas benfeitorias, e reassentados de acordo com os critérios vigentes.

A ausência destes procedimentos nos processos de demarcação de terras indígenas em Roraima tem contribuído, sensivelmente, para o clima de tensão e conflito que tem se instalado no nosso Estado, inclusive pela omissão do seu Governo.

No intuito de contribuir com a solução destas questões, pacificando Roraima e, principalmente, fazendo justiça a dezenas de famílias que trabalharam e construíram um patrimônio que, de um dia para outro, se esvai com a demarcação indígena, proponho a V. S^a a utilização, pelo INCRA, dos mais de 50 mil hectares da Fazenda Bamerindus para o reassentamento dos fazendeiros, posseiros e ocupantes de áreas indígenas que estão sendo removidos, notadamente das áreas de São Marcos, Raposa e Serra do Sol e outras menores, cujos levantamentos já foram realizados por esse órgão.

Hon^o Sr

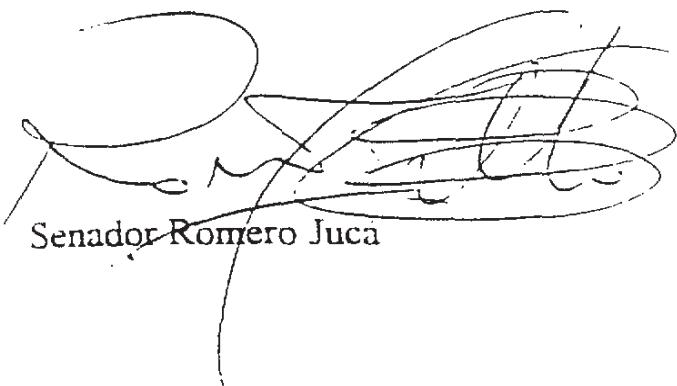
Dr. SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA

M.D. Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Restaria, assim, com este reassentamento realizado, buscar os recursos junto a essa Fundação, para as respectivas indenizações, fato este que seria tratado quando da elaboração da proposta orçamentária do próximo ano.

Certo da atenção de V. S^a para o caso, e de sua sensibilidade na busca de uma solução que atenda aos índios e aos produtores rurais, coloco-me à disposição, ao tempo em que renovo protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Romero Jucá". Below the signature, the text "Senador Romero Jucá" is printed in a smaller, formal font.

Nota Técnica da Embrapa sobre a regularização das fazendas Mitacoré (PR), Murupú, Caumé e Truaru (RR).



NOTA TÉCNICA

REGULARIZAÇÃO DAS FAZENDAS MITACORÉ (PR), MURUPU, CAUMÉ E TRUARU (RR)

- ⇒ Através do Banco Central, como pagamento com vistas à amortização de dívida perante as Reservas Monetárias por parte do Grupo Bamerindus, foi transferido ao Patrimônio da União as Fazendas Mitakoré, situada no Município de São Miguel do Iguaçu, PR, e Fazendas Murupu, Caumé e Truaru, localizadas em Boa Vista, RR.
- ⇒ Segundo documentos tramitados em função dos respectivos processos, tais bens seriam afetados à Embrapa, que se manifestou pela correspondência C.PR.Nº 189, de 19/5/99, de forma que a cessão de tais bens deveria ser procedida por meio de Decreto presidencial de incorporação, como integralização do Capital Social da Embrapa, consoante a Lei 5.851, de 7/12/72, não interessando à mesma a posse precária dos bens objeto.
- ⇒ Das tratativas e análise final da situação, como resposta a Embrapa recebeu da Secretaria do Patrimônio da União o Ofício nº 275/SPU, de 5/7/99, dando conhecimento que a Secretaria pretendia formalizar com a Embrapa tão somente a cessão das Fazendas, cuja utilização ficaria vinculada à destinação prevista para a consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária, ficando os custos de administração dos imóveis a cargo da Embrapa.
- ⇒ Diante dos fatos, foi expedida pela Embrapa, a correspondência C.PR.Nº 278, de 4/8/99, formalizando a desistência de utilização dos bens por não ser de interesse o recebimento dos mesmos na forma pretendida, caracterizando a inviabilidade face os problemas orçamentários por que passam as instituições em geral.

ANEXO 7

Ofício DEPAD/GABIN-98/0101, de
15/12/1998, do Banco Central do Brasil.

OFÍCIO DEPAD/GABIN-98/0101
Pts. 9700784663 e 9800822097

Brasília (DF), 15 de dezembro de 1998.

Senhor Diretor,

Como é do conhecimento de V. Sa., o Conselho Monetário Nacional, em sessão de 18.12.97 (Voto CMN nº 185/97, de 30.10.97), aprovou o recebimento de imóveis rurais pertencentes ao grupo Bamerindus, com vistas à amortização de dívida perante as Reservas Monetárias, dentre eles aqueles denominados Fazenda Mitakoré, situada no município de São Miguel do Iguaçu (PR), e Fazendas Murupu, Caumé e Truaru, localizadas em Boa Vista (RO).

2. Estabeleceu-se, ainda, que os imóveis citados seriam oportunamente transferidos ao Patrimônio da União e, após os procedimentos necessários a cargo daquela Secretaria, afetados à EMBRAPA, conforme interesse previamente demonstrado por essa empresa.

3. Todos os passos necessários à concretização do negócio encontram-se concluídos, conforme documentação encaminhada à Secretaria do Patrimônio da União, cuja cópia foi remetida a V. Sa., consoante expedientes DEPAD/CONOR-98/ 0566 e 98/0715, de 02.09 e 03.11.98, respectivamente.

A Sua Senhoria o Senhor
José Roberto Rodrigues Peres
Diretor Executivo da Empresa Brasileira
De Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
SAIN Parque Rural – W3 Norte
70770-991 – Brasília (DF)

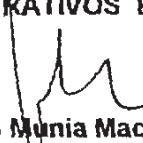
BANCO CENTRAL DO BRASIL

4. Entretanto, embora os imóveis já tenham sido oficialmente transferidos ao Patrimônio da União, permanecem sob posse e guarda do Banco Bamerindus do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial. Além disso, ainda não recebemos dessa empresa, devidamente assinados, os contratos de cessão de uso daquelas fazendas, datados de 05 e 13.05.98.

5. Nessas circunstâncias, e considerando a preocupação estampada pelo Bamerindus no expediente BBB/LIQ/98-0499, de 25.11.98 (cópia anexa), preocupação essa levada ao conhecimento da Diretoria desta Casa, solicitamos a gentileza de suas providências quanto à assinatura e devolução a esta Autarquia dos contratos de 05 e 13.05.98, bem como à efetiva assunção do patrimônio destinado à EMBRAPA.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Sa. nossos protestos de estima e consideração.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS E DE REGIMES ESPECIAIS


Francisco Munia Machado
Chefe

ANEXO 8

Ofício C.PR. nº 456/98, de 22/12/1998, do
Diretor-Presidente da Embrapa, Alberto
Duque Portugal.



C.P.R.Nº 456 /98

Brasília-DF, 22 de Dezembro de 1.998.

Ilmº. Sr.

Dr. FRANCISCO MUNIA MACHADO
Chefe do Departamento de Controle de Processos
Administrativos e de Regimes Especiais do
Banco Central do Brasil

N E S T A

Prezado Senhor,

Reportando-nos ao vosso OFÍCIO DEPAD/GABIN-98/0101, de 15 do corrente, informamos a V.Sº. que a Cessão, à Embrapa, dos imóveis rurais denominados "Fazenda Mitakoré", "Fazendas Murupu, Caumé e Truaru", localizadas, respectivamente, nos municípios de São Miguel do Iguaçu (PR) e Boa Vista (RR), que pertenciam ao grupo Bamerindus, adquiridas pela União Federal com recursos das Reservas Monetárias, deverá ser procedida por intermédio de Decreto presidencial de incorporação, como integralização do Capital Social da Embrapa, consoante a Lei 5.851, de 07.12.72, não interessando a esta Empresa sua posse precária.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


ALBERTO DUQUE PORTUGAL
Diretor-Presidente da Embrapa

ANEXO 9

Ofício nº 275/SPU, de 05/07/1999, do Secretário do Patrimônio da União, Pedro Clovis Santoro Arake.

12-22
141.07.11

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DO PATRIMÔNIO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Ofício n.º 275 / SPU

Brasília 05 de julho de 1999.

Senhor Presidente,

Faço referência à C.PR.nº 189, de 19.05.99, mediante a qual essa Empresa solicitou à Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio a regularização dos imóveis denominados Fazendas Mitakoré, Murupu, Caumé e Truaru, situadas nos Estados do Paraná e de Roraima.

2. A propósito, informo a V.Sa. que o pleito na forma apresentada, "incorporação dos imóveis por Decreto Presidencial, com integralização no seu Capital Social", vem de encontro às diretrizes desta SPU, que pretende alienar apenas mediante contrapartida financeira, os imóveis que não se prestam para uso no serviço público.

3. Lembro, por oportuno, que segundo o voto BCB nº 402/97, aprovado por voto do CMN nº 185/97, os referidos imóveis seriam incorporados ao patrimônio da União, mediante dação em pagamento, no contexto da liquidação extrajudicial do Grupo Bamerindus, para afetação à EMBRAPA, por se prestarem com perfeição na consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária.

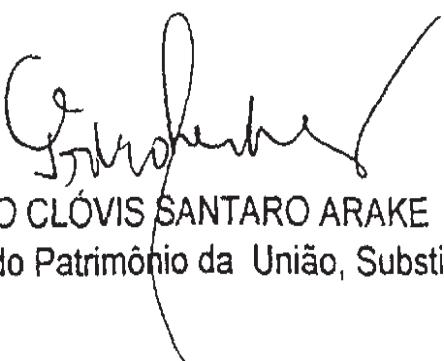
4. No entanto, considerando que a afetação dos imóveis à EMBRAPA não implica transferência de domínio, esta SPU, em cumprimento do que ficou determinado nos referidos votos e no expediente DEPAD/CONOR-98/0338, de 21.05.98, (anexos por cópia), pretende formalizar com a EMBRAPA, apenas a cessão das Fazendas, cuja utilização ficará vinculada à destinação prevista, ou seja, para consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária, ficando os custos de administração dos imóveis a cargo dessa Empresa.

À Sua Senhoria o Senhor
ALBERTO DUQUE PORTUGAL
Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
NESTA

(Continuação do Ofício SPU nº 2/5)

5. Diante disso, solicito a V.Sa. a gentileza de examinar o assunto e confirmar junto a esta Secretaria, com a urgência que o caso requer, se a EMBRAPA tem interesse pela formalização da cessão, na forma proposta ou, permanecendo a posição anterior de que só interessa a incorporação do imóvel com integralização no seu capital social, formalizar a desistência da utilização dos imóveis pelos motivos que a justifiquem.

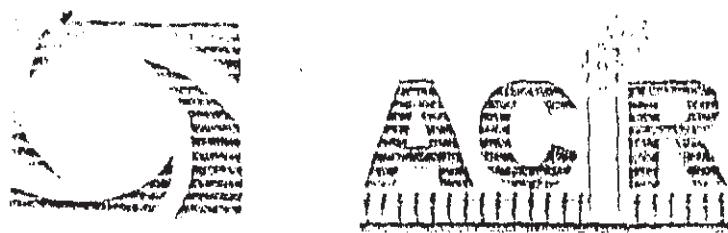
Atenciosamente,



PEDRO CLÓVIS SANTARO ARAKE
Secretário do Patrimônio da União, Substituto

ANEXO 10

Carta do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Roraima – ACIR, de 01/03/00,
Sander Fraxe Salomão.



Boa Vista/RR, 01 de Março de 2000.

CT/ACIR 34/2000

Ao Excellentíssimo
Sr. Romero Jucá Filho
SENADOR/RR

Sr. Senador,

A ACIR – Associação Comercial e Industrial de Roraima, preocupada com a indefinição da situação fundiária no Estado de Roraima, mostra a situação imposta por organismos internacionais, com a concordância da FUNAI, desestabilizando a convivência pacífica e ordeira dos brasileiros índios e a sociedade roraimense.

Vemos com grande preocupação a situação do Estado de Roraima, em especial no tocante ao desenvolvimento econômico e social, pois as fronteiras do nosso Brasil, notadamente aqui no extremo norte, correm grandes riscos de intentonas desestabilizadoras por parte de organismos alheios aos interesses do nosso povo.

Os empresários e a sociedade de Roraima estão apreensivos com tais medidas que o governo brasileiro vem adotando a respeito da questão fundiária, no tocante às demarcações das terras indígenas na Amazônia. A ACIR, ao longo dos anos de sua existência, vem mostrando tais fatos às autoridades de Roraima e do Governo Federal, alertando a todos para as graves e imagináveis consequências da implantação de verdadeiro “apartheid” étnico e social neste setentrião.

Outrossim, transmitimos a Vossa Exceléncia que a nossa Casa já está engajada; em alerta sempre, para a defesa do nosso Brasil e do desenvolvimento pacífico e ordeiro no Estado de Roraima.

Cordiais Saudações,

Sander Fraxe Salomão
Presidente

Derval da R. Furto
Dir. Secretário

ANEXO 11

Carta do Presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima , de 29/01/99, Vicente Gianluppi.

Boa Vista(RR), 29 de janeiro de 1999.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
SENADOR: ROMERO JUCÁ FILHO
BRASÍLIA / DF

Senhor Senador.

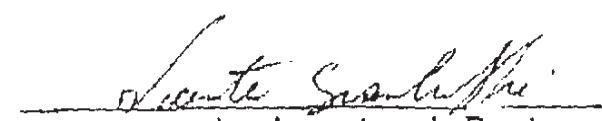
Surpreendidos com a publicação, no **Diário Oficial** da União, da Portaria n.º 820, declarando como posse permanente dos índios a área denominada Raposa/Serra do Sol fomos a protestar em praça pública em 31/12/98. Lá vociferamos contra tudo e contra todos. Não pouparamos, em especial, os parlamentares que nos representam em Brasília. mas o fizemos, SENHOR SENADOR, convictos porque como diz aquele provérbio popular “em árvore que não dá fruto não vale a pena bater”.

V. Excelênciia dissera ao Ministro da Justiça, Renan Calheiros, que Roraima não vai mais fazer, servilmente, tudo o que lhes é imposto por Brasília, quando lá se reuniram a quase totalidade de nossos parlamentares federais, produtores, tuxauas e Senadores. Acompanhamos, também, com muito interesse seu firme posicionamento em defesa do setor produtivo do Estado.

Parabenizamos a atuação de V. Excelênciia nessa estafante busca de uma solução que satisfaça a todos os roraimenses.

Que Deus ilumine e bendiga sua consciência e sua alma na certeza de que V. Excelênciia continuará a ser um zeloso vigíilante do setor produtivo do Estado.

Ao ensejo, renovamos nossos protestos de elevada estima e apreço.


Vicente Gianluppi
Associação dos Arrozeiros de Roraima
Eng.º Agrº. Vicente Gianluppi - Presidente

ANEXO 12

Ofício nº 033/03, de 11/02/2003,
encaminhado ao Governador de Roraima,
Francisco Flamarion Portela.

Gabinete do Senador ROMERO JUCA

OF 033-A/2003 GSRJ

Boa Vista, 11 de fevereiro de 2003.

Senhor Governador,

A solução pacífica da questão Fundiária e Indígena de Roraima, será fator determinante para a implantação de um processo de desenvolvimento sustentado que possa, melhorando a vida de todos, índios e não índios, construir aqui o estado que todos sonhamos.

Tenho ao longo de meu mandato de Senador, procurado defender uma solução negociada, que implante a paz como instrumento de transformação social.

Entendo que já passa da hora do Governo Estadual coordenar este processo, apresentando uma proposta que possa, diminuindo as resistências de todos, implantar uma realidade melhor para fazendeiros, índios e habitantes dos municípios afetados, principalmente Normandia, Uiramutã e Pacaraima.

Sendo assim e colocando-me à disposição, gostaria de registrar abaixo algumas sugestões como propostas para uma ação conjunta com o Governo Federal de todas as forças políticas do nosso estado, da sociedade organizada, entidades de representação Indígenas além de outros parceiros que queiram contribuir com este enorme desafio.

1º – Governo do Estado formaria grupo com representação de todas as forças políticas do Estado, Prefeitos, Vereadores e entidades envolvidas na questão fundiária. A Coordenação dos trabalhos ficaria a cargo do Executivo Estadual.

2º – O grupo credencia interlocutores junto ao governo Federal, para fluir as tratativas de modo célere e harmônico.

3º - O grupo apresenta proposta ao governo Federal para servir de base de discussão. Esta proposta deve conter algumas premissas:

Excelentíssimo Senhor
Francisco Flamarion Portela
M.D. Governador do Estado de Roraima
NESTA

RJF
Recd. em: 11/02/03
15.31 h.
Gabinete do Governador
Gabinete
Hoje: 1

- a) A definição das áreas indígenas a serem demarcadas no Estado seriam fechadas em conjunto num grande entendimento concluindo as demarcações e encerrando um processo complexo conflitivo e doloroso de ampliação de áreas. Roraima assim resolveria a questão indígena, um exemplo para o Brasil.
- b) A solução para a sede de Pacaraima, como será área de ampliação, deve fazer parte dos entendimentos. Faria-se a exclusão da área de Vila e de expansão urbana e ampliaria-se a reserva na mesma quantidade, excluída a oeste de Pacaraima, unindo a Reserva São Marcos e Ianomani.
- c) A demarcação da área Raposa Serra do Sol seria contínua, excluindo-se em ilhas as sedes dos municípios, suas áreas de ampliação, o Vale do Arroz, áreas inundáveis em produção ou com potencial para tal, o Lago do Caracaranã, a área potencial de Hidrelétrica do Cotingo, seriam tratadas ainda a situação dos vales do Mutum e Socó em Normandia e Surumu em Pacaraima.
- d) O grupo definiria proposta de apoio e desenvolvimento às comunidades indígenas, para ser financiado pelo Governo federal, como participação na busca da solução negociada. Estes recursos podem ser captados em diversos organismos do governo federal, possibilitando a aquisição de gado, tratores, construção de açudes e uma infinidade de atividade que sem dúvida beneficiaria muito as comunidades melhorando o perfil produtivo e a qualidade de vida.

Certo da atenção de Vossa Excelência, coloco-me a disposição para ajudar na busca de soluções que possam resolver este grave momento que poderá comprometer o nosso futuro como estado.



Senador Romero Jucá

ANEXO 13

Ofício da Bancada de Roraima, de 04/05/2004, encaminhado ao Exmº Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Oficio Banc.Colet./2004

Brasília, 4 de maio de 2004

À Sua Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
NESTA

9:40

SENADORES

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentamos cordialmente Vossa Excelência, ao tempo em que solicitamos ao eminente Presidente o acatamento das sugestões contidas nos Relatórios produzidos pelas Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em relação à terra indígena Raposa Serra, no Estado de Roraima, por tratar-se de um trabalho que procurou, além de propor soluções de cunho geral, a fim de atender à expectativa nacional de localização de alternativas de conflitos envolvendo interesses de índios e não-índios, apresentar medidas específicas e pontuais que tenham o condão de resolver as contendas que emergem naquele Estado da Federação.

Portanto, na expectativa de que esse justo pleito receba o apoio de Vossa Excelência, reafirmamos votos de consideração e apreço.

Respeitosamente, subscrevemo-nos,

1. SEN. MOZARILDO CAVALCANTI
2. SEN. AUGUSTO BOTELHO
3. SEN. ROMERO JUCÁ
4. MARIA HELENA
5. ALCESTE ALMADA
6. Ronaldo Paim
7. FERNANDO RODRIGUES
8. Augusto Casimiro PL-RJ
9. Patrônio H. M. Mendes
10. Almir Soárez
11. Suelly Campos

ANEXO 14

Carta pessoal, data de 145/04/2004,
encaminhada ao Exmº Sr. Presidente da
República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Brasília, 15 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília – DF,

Caro Presidente,

A questão indígena no Brasil é um assunto dominado pelo emocionalismo e a boa intenção, mas controverso pela sua própria natureza e de difícil equação.

Se, de um lado, é fundamental garantir terra e proteção aos nossos índios, de outro, é fundamental fazer com que a sociedade envolvente, se conscientize que a questão indígena é uma questão de toda a sociedade. É um patrimônio do Brasil e da nossa brasilidade.

Os que têm compromisso com a causa indígena deveriam entender que esta relação entre índios e não índios precisa ser harmônica, respeitosa, a bem do próprio índio.

Ampliar conflitos e tensões pode servir para gerar notícia no jornal, e até para captar recursos no exterior com a intenção de proteger os índios, mas, com certeza, não será bom para a comunidade indígena afetada pelo conflito. Independente do resultado físico que se alcance, ao saírem da região, os antropólogos e até os membros da Polícia Federal, sobram ali os índios, o conflito, a discórdia e uma relação no futuro que, com certeza, não será boa para o índio, se ele é visto como invasor, ou motivo de espoliação e injustiça.

É difícil apontar, na história da humanidade, conflito que duradouramente tenha melhorado a condição de qualquer população indígena.

Sei como Vossa Excelência deve estar se sentindo neste momento de definição da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol. Sei das cobranças, das pressões, que considero legítimas, e das diversas contingências que envolvem esta questão.

Tenho defendido a demarcação da área, incessantemente, porque entendo, inicialmente, que os índios precisam da proteção do Estado e Roraima precisa ter definida o que de sua área pode ser produtiva, para, a partir daí, definir o seu projeto de desenvolvimento. Isto está atrasado, há 12 anos, empacando o crescimento do Estado e incentivando conflitos.

Sei que o Governo Federal precisa ter uma solução politicamente defensável. Por isto, tenho defendido, historicamente, a demarcação em área contínua, enquanto muitos em Roraima defendiam a demarcação em ilhas, ampliando o discurso de que Roraima queria segregar os índios. Conseqüentemente, esta cultura acirrava mais ainda a disputa e fez Roraima perder um tempo precioso.

Defendo a demarcação em área contínua por entender que este é o caminho para pacificar o Estado e dar condições confortáveis para que o Governo possa agir. Ao mesmo tempo, defendo que, na demarcação contínua, sejam excluídas algumas áreas que, sem implicar em prejuízo para os indígenas, dariam no entanto, uma sinalização para o futuro de Roraima e diminuiria a tensão da conjuntura atual.

Assim, seriam excluídas da demarcação:

- 1- As estradas estaduais de ligação com as sedes dos municípios e as fronteiras que seriam transformadas em estradas federais (Projetos de minha autoria que já foram aprovados no Senado com este objetivo e estão tramitando na Câmara dos Deputados);
- 2- As áreas urbanas das sedes dos municípios, que hoje não são ocupadas pela população indígena. Isto evitaria a necessidade de remoção e indenização a mais de 10.000 famílias e a conseqüente convulsão social que este fato causaria;
- 3- As áreas de produção de arroz nas várzeas que, sendo inundáveis, não detêm nenhuma ocupação indígena.

Vale registrar que hoje a atividade privada mais recolhedora de impostos e geradora de empregos é a produção de arroz nesses vales. São empresas instaladas e produzindo há anos, que ocupam espaço reduzido e insubstituível, já que não se pode relocalizar o rio e as condições de produção ali verificadas.

Vale ressaltar que estamos falando de áreas de campos naturais e não de florestas. A remoção desses produtores, ai sim, levaria à devastação de parte da floresta de Roraima, causando impacto ambiental desnecessário. A retirada desses produtores representa, também, uma alta soma de recursos federais para a indenização, o que na análise concreta da matéria, demonstraria ser uma insanidade. Tal solução acaba com a produção, diminui a arrecadação de impostos estaduais e municipais, gera desemprego, gasta uma fortuna com indenizações e realoca os produtores na floresta, com desmatamento, impactos ambientais e, o pior, sem reproduzir as condições de produção das áreas de várzeas.

Tudo isso para retirar os produtores dessa margem de rio, que não será na prática utilizada pelos índios, já que, por serem alagadiças, não permitirão outro tipo de aproveitamento nem ocupação, visto que, em Roraima pelo menos, índio não mora em palafitas.

É importante registrar que a demarcação da forma que querem as ONG'S e a Igreja representa mais de um milhão e setecentos mil hectares (algo em torno de 85% da área total do Estado de Sergipe), enquanto que, seguindo a proposta que estamos apresentando, a área demarcada será de um milhão e seiscentos mil hectares (cerca de 80% da área do Estado de Sergipe). Portanto, se vê que o ajuste é ínfimo, mas fundamental para o futuro de Roraima.

Analise Vossa Excelência este raciocínio:

Se a União está demarcando terras indígenas em área ocupada por produtores estruturados que, há anos, têm competitividade internacional, geram empregos e pagam impostos, o que garante que, no futuro, não pode acontecer o mesmo com outros empreendimentos produtivos? Quem investirá em Roraima, a partir daí?

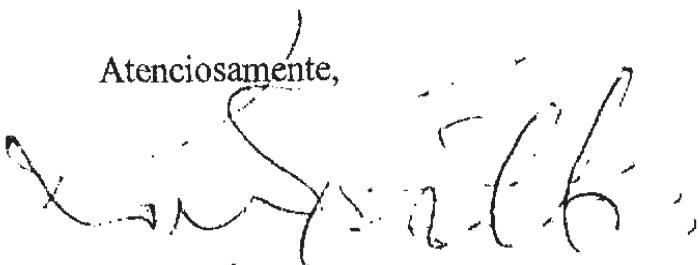
Esta demarcação é ponto decisivo para sinalizar o modelo e o futuro do Estado. Se o Estado falir, os próprios índios serão, também, prejudicados, já que o Poder Público não terá condições de prestar assistência de saúde, segurança, educação e produção que presta hoje.

A falência de Roraima é a falência de todos nós, índios e não índios e será, também, a falência da atual representação política que concordar com esses atos. Quero apelar a Vossa Excelência para que reflita e encontre para esse caso o caminho do equilíbrio, da pacificação e do respeito aos povos indígenas e a todos os outros brasileiros que dedicaram e dedicam suas vidas à Roraima.

Estarei, sempre, à disposição para debater este e outros assuntos com que possa contribuir.

O nosso povo, as instituições estaduais e municipais, as entidades organizadas da sociedade civil, empresários e parlamentares de Roraima confiam numa solução que atenda e preserve o Brasil.

Atenciosamente,



Senador ROMERO JUCÁ

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo as bênçãos de Deus para este País e que ilumine as pessoas que aqui tra-

balham para que façam justiça, e lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que *institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador José Sarney

Prazo final: 13.10.2005

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que *prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

Relator revisor: Senador César Borges

Prazo final: 20.10.2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 254, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que *revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26.10.2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de leitura dos pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 - art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior*

Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12,
DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen - Substitutivo): favorável.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 162, DE 2004-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante;
e
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união*

estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguai.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator:
Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

Agenda Cumprida do Presidente do Senado Federal

27-9-2005

terça-feira

11:00 – Senador Gilberto Mestrinho, acompanhado do Governador Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:30 – Senhor Ricardo Teixeira, Presidente da CBF

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

14:30 – Homenagem à Rádio Tupi pelos 70 Anos de sua fundação

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:30 – Reunião com os Líderes de Partidos no Senado e na Câmara, Presidentes das CCJs e Relatores da Reforma Política e da Reforma Eleitoral de emergência

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

18:00 – Encontro com Senhor Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios e a Prefeita Rosiana Beltrão, Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, acompanhados de vários Prefeitos e Vereadores

Auditório Petrônio Portela

18:30 – Coronel Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Presidente da Anatel

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA	
PFL	Rodolpho Tourinho
PFL	Antonio Carlos Magalhães
PFL	César Borges
RIO DE JANEIRO	
BLOCO - PT	Roberto Saturnino
PL	Marcelo Crivella
PMDB	Sérgio Cabral
MARANHÃO	
PMDB	Ribamar Fiquene
PFL	Edison Lobão
PMDB	Mauro Fecury
PARÁ	
PMDB	Luiz Otávio
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa
PSDB	Flexa Ribeiro
PERNAMBUCO	
PFL	José Jorge
PFL	Marco Maciel
PSDB	Sérgio Guerra
SÃO PAULO	
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante
PFL	Romeu Tuma
MINAS GERAIS	
PL	Aelton Freitas
PSDB	Eduardo Azeredo
PMDB	Wellington Salgado Oliveira
GOIÁS	
PMDB	Maguito Vilela
PFL	Demóstenes Torres
PSDB	Lúcia Vânia
MATO GROSSO	
Sem Partido	Luiz Soarez
PFL	Gilberto Goellner
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko
RIO GRANDE DO SUL	
PMDB	Pedro Simon
BLOCO - PT	Paulo Paim
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi
CEARA	
PSDB	Reginaldo Duarte
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes
PSDB	Tasso Jereissati
PARAÍBA	
PMDB	Ney Suassuna
PFL	Efraim Morais
PMDB	José Maranhão
ESPÍRITO SANTO	
PMDB	João Batista Motta
PMDB	Gerson Camata
PL	Magno Malta
PIAUÍ	
PMDB	Alberto Silva
BAHIA	
PFL	Heráclito Fortes
PMDB	Mão Santa
RIO GRANDE DO NORTE	
BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
PMDB	Garibaldi Alves Filho
PFL	José Agripino
SANTA CATARINA	
PFL	Jorge Bornhausen
BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PSDB	Leonel Pavan
ALAGOAS	
P - SOL	Heloísa Helena
PMDB	Renan Calheiros
PSDB	Teotônio Vilela Filho
SERGIPE	
PFL	Maria do Carmo Alves
PSDB	Almeida Lima
BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
AMAZONAS	
PMDB	Gilberto Mestrinho
PSDB	Arthur Virgílio
PDT	Jefferson Péres
PARANÁ	
PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Flávio Arns
PDT	Osmar Dias
ACRE	
BLOCO - PT	Tião Viana
P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
BLOCO - PT	Sibá Machado
MATO GROSSO DO SUL	
PDT	Juvêncio da Fonseca
BLOCO - PT	Delcídio Amaral
PMDB	Ramez Tebet
DISTRITO FEDERAL	
PP	Valmir Amaral
Sem Partido	Cristovam Buarque
PFL	Paulo Octávio
TOCANTINS	
PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PSB	Nezinho Alencar
PMDB	Leomar Quintanilha
AMAPÁ	
PMDB	José Sarney
BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Papaléo Paes
RONDÔNIA	
PMDB	Amir Lando
BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	Valdir Raupp
RORAIMA	
PTB	Mozarildo Cavalcanti
PDT	Augusto Botelho
PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza ¹³	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) ¹²		
PT¹					
Heloísa Helena (P-SOL) ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros ¹⁷	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 4.8.2005)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

¹⁴ Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

¹⁷ O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Philippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Deputado AROLDO CEDRAZ

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 198 PÁGINAS